

O *legado* dos megaeventos esportivos em questão: as mudanças ou as continuidades na cidade Rio de Janeiro *pós-sede*

Vittorio Leandro Oliveira Lo Bianco

Universidade Federal do Rio de Janeiro

2010

O *legado* dos megaeventos esportivos em questão: as mudanças ou as continuidades na cidade Rio de Janeiro *pós-sede*

Vittorio Leandro Oliveira Lo Bianco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia da UFRJ, como parte das exigências para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Werneck Teixeira Vianna

Universidade Federal do Rio de Janeiro

2010

O *legado* dos megaeventos esportivos em questão: as mudanças ou as continuidades na cidade Rio de Janeiro *pós-sede*

Vittorio Leandro Oliveira Lo Bianco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia da UFRJ, como parte das exigências para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

Comissão examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ana Célia Castro (UFRJ)

Prof.^aDr.^a Maria Lúcia Werneck Teixeira Vianna (UFRJ)

Orientadora

Prof. Dr. Luis Martins de Mello (FUJB)

Sumário

Capítulo I – Competições	17
1.1 Histórico dos <i>Jogos Olímpicos</i>	17
1.2 <i>Olimpismo</i> e os desafios da modernidade	20
1.3 A construção da cidadania e questão social	25
1.4 O <i>Movimento Olímpico</i> e seus objetivos sociais	31
1.5 O <i>legado</i> dos <i>Jogos Olímpicos</i> para as cidades-sede	33
1.6 Contradições de desafios para o planejamento dos <i>Legados olímpicos</i>	38
1.7 <i>A sociedade do espetáculo</i> e a questão social	42
Capítulo II – Finais de Competições	46
2.1 A dependência da trajetória.....	47
2.1.1 Novas leituras sobre a Globalização.....	48
2.1.2 Variedades de Capitalismo e o caso brasileiro.....	51
2.1.3 Instituições e Megaeventos Esportivos.....	54
2.2 Barcelona.....	57
2.2.1 O Plano dos Jogos.....	58
2.2.2 A implementação do Plano.....	59
2.2.3 O resultado dos Jogos.....	65
2.3 Londres.....	70
2.3.1 O Plano.....	70
2.3.2 A implementação do Plano.....	74
2.4 Legado de Londres e Barcelona para o Rio.....	79

Capítulo III – Cerimônia de Encerramento	83
3.1 O Rio de Janeiro e o desejo olímpico.....	83
3.1.1 O histórico do sonho <i>olímpico</i> carioca: o legado (?) das candidaturas e da organização do Pan 2007.....	84
3.2 O Projeto Rio 2016.....	90
3.2.1 O legado.....	94
3.2.2 As instalações.....	96
3.2.3 Meio-Ambiente e Sustentabilidade.....	98
3.2.4 Transportes e Tecnologia.....	100
3.3 O Projeto em perspectiva aplicada.....	102
3.4 Rio de Janeiro: Cidade transformada ou cidade dividida.....	109
Considerações Finais – Legado	113
I As Políticas Públicas e os Jogos.....	113
II Cidades Globais, Questões Locais.....	116
III Entre o Entretenimento e a Proteção Social.....	118
IV Apontamentos para a análise do Esporte e Educação a partir dos Jogos Olímpicos.....	120
Bibliografia	123

Resumo: A contribuição da organização de Olimpíadas Rio 2016 na cidade do Rio de Janeiro para a garantia e efetivação dos legados, especialmente no que tange a política esportivo-educacional. A pesquisa analisa como a cidade do Rio de Janeiro poderá se beneficiar, em termos de legado, das promessas de investimento oficiais, em contraponto com as demandas sociais e a comparação com sedes bem-sucedidas anteriormente – Barcelona e Londres. A partir dos possíveis benefícios constatados para as políticas públicas advindas da organização dos megaeventos, é possível analisar como essas políticas podem auxiliar na inclusão social e na formação da identidade nacional, contribuindo assim para a efetivação e garantia dos direitos sociais.

Palavras-chave: Olimpíadas, Políticas Públicas, Legado, Educação, Esporte, Institucionalismo, Economia do Esporte, Mídia.

Abstract: The contribution of the organization of the Rio 2016 Olympics and Paralympics to make effective and to guarantee the legacy, especially in what concerns the sports and educational policies. The research analyses how the city of Rio de Janeiro can benefit, in terms of legacy, of the official investments promises, opposing to the social demands and the comparison with well succeeded hosts in the past – Barcelona and London. From the possible benefits evidenced by the public policies derived from the mega events organization, it is possible to analyze how these policies can help in the social inclusion and national identity formation, contributing to the effectiveness and the guarantee of social rights.

Key-words: Olympics, Public Policy, Legacy, Education, Sport, Institucionalism, Sports Economy, Media

Cerimônia de Abertura

(Introdução)

"O plano do Rio-2016 está bem alinhado com o desenvolvimento para as necessidades sociais da cidade. Os Jogos podem ser um veículo para o desenvolvimento de certas áreas da cidade. " (IOC, 2009)

Com essas palavras, a entidade responsável pela organização dos *Jogos Olímpicos* – o Comitê Olímpico Internacional, COI – concluiu o relatório de inspeção do Brasil durante a etapa de candidatura do país à sede dos *Jogos* de 2016.

Historicamente, a afirmação acerca dos ganhos que a cidade-sede terá com a organização do referido evento desperta – ou deveria despertar – um intenso debate a respeito da viabilidade desses avanços, já que as promessas do *legado* devem dialogar com o planejamento efetivo das condições de recebimento e aquisição desses benefícios.

Diante do entusiasmo que marcou a candidatura do Rio e da posterior comoção advinda do anúncio da vitória da cidade, resta-nos problematizar as condições estruturais que sucedem à festa. Em que contextos o projeto da candidatura será efetivado? Que decisões serão tomadas diante de alguns obstáculos consideráveis, como aqueles que versam sobre *segurança*, *transporte* e *ação política*? Quais são as garantias do projeto apresentado ao COI que demandam Políticas Públicas específicas para o evento? Serão essas *políticas* mais urgentes que as outras já inscritas nas demandas sociais?

Sabemos que os esforços empregados no sedimento de um evento desse porte são de proporções grandiosas e que, além do Estado, boa parte da sociedade deve estar engajada em sua preparação. Isso significa que é recomendável que a *ação política* esteja afinada com os interesses do empresariado, disposta a ceder diante das expectativas da *indústria cultural* e ainda precisará convencer à população de que está proporcionando uma série de avanços sociais e não um gasto extra, de cifras astronômicas.

No caso do Brasil, os *Jogos de 2016* representam o ápice de um projeto amplo e dispendioso, iniciado com os *Jogos Militares* de 2011, a *Copa das Confederações de Futebol* em 2013 e a *Copa do Mundo de Futebol FIFA* de 2014, o que implica necessidade crescente de uma reflexão crítica sobre os reais ganhos de tais eventos para o país.

Hodiernamente, o debate sobre a organização de megaeventos esportivos considera de suma importância a centralidade do planejamento prévio, avaliando de que forma e em que circunstâncias o *legado* prometido pelos comitês organizadores dispõe do poder público e do setor privado, propiciando à sociedade benefícios efetivos que ultrapassem o período dos eventos, convertendo-se em infraestrutura de qualidade e melhores serviços à longo prazo. Em outras palavras, uma candidatura não se torna vitoriosa apenas quando é escolhida em detrimento das demais, mas quando consegue atingir as metas propostas no *pós-sede*.

Assim, torna-se imperativo pensar estratégias que auxiliem o planejamento e implementação de *Políticas Públicas* durante esse processo de preparação do megaevento, intentando assegurar formas pelas quais a sociedade possa se beneficiar. Certamente, as condições propiciadas pela visibilidade internacional e pelo forte incremento de investimentos na *cidade-sede*, são condições favoráveis ao planejamento de políticas de grande porte, mas essa oportunidade, por si só, não basta. É necessário também problematizar os meandros das tomadas de decisão, ponderar sobre escolhas feitas e interpretar os distintos interesses presentes.

Para efeitos de operacionalização da pesquisa partiremos para uma perspectiva comparada, verificando na experiência (bem sucedida) de outras sedes os possíveis impactos, erros e acertos quando da junção de questões sociais como *esporte* e *educação*. Nosso olhar estará atento às possibilidades e aos desafios que se apresentam à cidade do Rio de Janeiro, com suas particularidades históricas e políticas.

No capítulo I, por exemplo, faremos um retrospecto histórico da atuação dos *Jogos Olímpicos*, mostrando em que medida o ideário do esporte alimentou ou foi alimentado por certos ideais pedagógicos da Grécia Antiga. Para compreendermos o cenário atual propomos uma viagem ao passado e de lá traremos algumas considerações valiosas para o decifrar das ações presentes. Nossa análise, contudo, não se restringirá a essa investigação.

Tendo em vista que, ao sediar um megaevento, o *país-sede* se compromete a empreender algumas - ou muitas - transformações em sua infraestrutura urbana, é mister observar o processo de *construção - discursiva - do legado*, indagando em que medida o “prometido” corresponde ao “necessário”.

Em seu processo de candidatura a cidade interessada deve apresentar uma série de garantias de distintas ordens, como: 1) comprovação de capacidade financeira, 2) infraestrutura adequada ou projetos viáveis para a melhoria da existente, 3) plano de impacto ambiental, 4) índices de apoio popular, 5) envolvimento do setor público na candidatura e na futura execução dos *Jogos*, dentre outros critérios considerados relevantes pelo COI. Todavia, um dos pontos que mais pesam na decisão final da sede é o planejamento do *legado*, seja à nível regional ou nacional - a) melhoria/criação de instalações esportivas, b) avanços na infraestrutura, em especial no transporte urbano, c) fortalecimento da identidade nacional, d) envolvimento popular, e, sobretudo, e) aquisição de caminhos para o bem estar social.

No caso brasileiro, sabemos, a educação não é o único problema existente a demandar cuidados. Das promessas citadas acima, quase todas precisam de ajustes e grandes investimentos. Por isso, no Capítulo II estaremos dedicados à análise do bem sucedido projeto de Barcelona, em 1992 e do já considerado promissor projeto de Londres, para 2012. A intenção é verificar alguns pontos que sejam interessantes para o Brasil, concordantes ou não com o nosso projeto de candidatura. Obviamente, nesse estudo comparativo priorizaremos a relação entre *esporte e educação* por meio dos *J.O.*

Sabemos, de início, que o sucesso do projetos citados, deu-se por conta, em grande medida, de uma intensa e eficaz participação do poder público. Este, por sua vez, foi auxiliado por vários setores da sociedade. Apenas assim, no equilíbrio de forças, foi possível aliar os objetivos imediatos das *Olimpíadas* com os ganhos a médio e longo prazos do *legado* social prometido. A literatura especializada aponta que o sucesso de Barcelona, por exemplo, dialogou com um projeto pré-sede que teve com o sediamiento dos *Jogos Olímpicos* uma via de continuidade e não um incentivo para a *inauguração do não planejado*. Por isso, tratamos aqui como questão de pesquisa a indagação sobre as características do projeto de candidatura

do Rio de Janeiro, intentando saber sobre sua coerência com o contexto anterior e posterior aos *Jogos*.

A essas indagações críticas, soma-se a emergência de um discurso midiático que atribui aos *Jogos Olímpicos* uma relevância ao nível do *espetáculo*. Na tentativa de divulgar e promover o evento, suprime-se do grande público, muitas vezes, informações importantes, como as relacionadas ao *legado*, aos impactos e aos processos de negociação que viabilizam o sediamiento. Adiante, ampliaremos essa discussão sobre a espetacularização dos Jogos, tendo Pierre Bourdieu e Michel Foucault como interlocutores principais. Por enquanto, contudo, basta reconhecer que a mídia, ao elevar certos aspectos à condição de notícia, isto é, ao definir a *agenda social*, interdita a veiculação de outros temas - e aqui nos interessa diretamente o pouco destaque - ou a não criticidade - dada à relação educação-esporte, tão presente na proposta de candidatura do Rio de Janeiro.

Se tomarmos os *Jogos* não somente como espetáculo, mas, principalmente, como negociação constante entre distintas áreas, chegaremos ao mercado como variável indispensável de análise. As leituras sobre o avanço da globalização nos apresentam o *esporte como negócio*, crescente e lucrativo, o que intensifica a disputa internacional pelo sediamiento dos grandes eventos esportivos. As candidaturas representam interesses comerciais de empresas transnacionais, refletem a expectativa de lucro dos atores envolvidos, mas, ao mesmo tempo, constituem um *trade-off* entre um produto do comércio transnacional - sem fronteiras, como querem os adeptos do neoliberalismo - e a possibilidade de consolidação de direitos sociais, através dos *legados* anteriormente elencados. Como conseguiremos, então, garantir o equilíbrio de interesses desses atores nem sempre concordantes?

Para tentar responder a essa questão, precisamos considerar uma *abordagem institucionalista*, levando em conta arranjos institucionais diferenciados, bem como padrões de relação entre o Estado e o mercado. Como dissemos, nos servirá de parâmetro a experiência de Barcelona e, acrescentando, o plano dos *Jogos Olímpicos* de Londres - 2012. Nossa intenção é colocar em perspectiva como diferentes realidades institucionais planejam e implementam aquilo que foi acordado em ocasião da candidatura, sobretudo no que se refere ao nosso recorte de investigação. Em que medida a conexão entre esporte e educação pode gerar uma

maior inclusão social? Como se deu essa experiência em Barcelona? Como está prevista no plano de Londres? No Capítulo III, faremos uma incursão detalhada ao projeto do Rio.

Sem pretender respostas definitivas, considerando que a feitura da dissertação acontece em um momento de gestação da experiência brasileira no sedimento dos *Jogos Olímpicos*, exercitaremos nas páginas que seguem a formulação de perguntas. O método comparativo será utilizado como balizador das discussões e não como fonte de um juízo de valor. O diálogo com uma linha teórica interdisciplinar objetiva proporcionar olhares distintos sobre o mesmo evento, ampliando as leituras e fomentando um debate plural. Para tanto, antes de iniciarmos o primeiro capítulo, sugerimos um breve contato com as bases teóricas que sustentam a nossa argumentação.

Para compreendermos como ocorreu o processo de transformação dos *Jogos Olímpicos* em um evento que visa não apenas a promoção de valores universais, mas também os interesses comerciais de grandes empresas, é necessário pensarmos o processo de globalização nas últimas décadas. Durante o período de maior vigor da globalização em seu formato neoliberal, as organizações financeiras internacionais recomendavam políticas com o objetivo de distanciar o poder público das decisões centrais sobre os rumos da economia, o que impactava diretamente as demais áreas.

Paralelamente, como consequência desse processo, no contexto do que especialistas chamam de “guerra de locais”, as regiões passaram a ser um locus privilegiado de aporte de recursos, tendo que, para isso, disputar qual forneceria mais incentivos fiscais com vistas a receber investimentos. Em um paralelo com a “guerra de locais”, a disputa pela sede dos *Jogos Olímpicos* envolve uma verdadeira “corrida” por demonstrar quais cidades oferecerem o melhor plano e garantias para receber o evento.

Segundo Foucault, “nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância” (1979). O processo de comercialização dos *J.O.* está intimamente ligado à influência dos órgãos de mídia, movimentados pelos interesses da propaganda e do marketing. O *panóptico* – a torre central em formato circular periférico de onde se vê as dependências dos prisioneiros tornados visíveis – foi utilizado pelo autor como paralelo para os mecanismos de poder e coerção na sociedade. Como na torre, os indivíduos, vigiados “pelo lado de fora”, mantêm padrões de comportamento provocados pelo sentimento constante de vigília, o que os estimula a não transgredir o “aceitável”.

Pensado inicialmente para as instituições estatais como escolas, prisões e fábricas, o *panoptismo* pode ser pensando em outras esferas da sociedade. Os que fogem da normatização do sistema devem ser punidos, com os rigores do poder vigente, a fim de serem disciplinados e enquadrados. A midiaticização das *Olimpíadas* produz fenômeno semelhante ao estimular o patriotismo focado nas modalidades esportivas que mais geram audiência. A ênfase dada ao nacionalismo produz uma vigilância para o patriotismo, gerando relações sociais onde a identidade nacional é instrumentalizada ao se “vestir a camisa” para torcer por seu país “contra” os demais.

Pierre Bourdieu (2003), em sua análise sobre a mídia, em especial a televisão, argumenta que ela possui função primordial na construção do esporte enquanto espetáculo, pois o torna um produto palatável para ser consumido tanto de forma imediata, ao vivo, pelo público presente na instalação esportiva, quanto a partir de sua mediação. Essa consideração é essencial para se diferenciar as propostas apresentadas pela organização dos *Jogos* e sua leitura empreendida e divulgada pela mídia que, geralmente, deixa em um plano secundário as informações sobre os possíveis *legados* sociais das *Olimpíadas*.

Bourdieu argumenta ainda que

os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os

críticos literários chamam de efeito de real, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. (BOURDIEU, 1997:28).

Esse mecanismo que, por vezes, pretende ser apenas um instrumento de registro da realidade, acaba por criá-la. É por meio da televisão que a maior parte da população tem acesso à uma existência social e política e, por isso, entendemos que as *Olimpíadas* não teriam a abrangência que têm se não fosse a veiculação midiática.

O espetáculo real, o confronto entre os atletas advindos de diversos locais do globo inspirados por valores universalistas em meio a rituais que remontam à Grécia antiga, por vezes pode esconder um referencial “oculto”, ou seja, o que a televisão oferece como mostra da realidade, sua seleção de imagens do que é oferecido nos estúdios, como aponta Bourdieu, pode não corresponder a realidade.

Outra categoria interessante para a análise em questão é o fato de a televisão selecionar esportes e atletas que geram maior repercussão, os que são capazes de inflar o caráter nacionalista da competição perante os telespectadores. Todo esse movimento acaba por transformar uma competição esportiva em um “confronto de campeões de diferentes nações” (BOURDIEU, 1997:124).

A partir do fenômeno da globalização, novas formas de controle, coerção e exercício do poder acabam substituindo, segundo alguns pensadores, os arranjos políticos anteriores. Para Octavio Ianni (2000), o “príncipe eletrônico” substituiu “O Príncipe” de Maquiavel e o “Moderno Príncipe” de Gramsci, personificações dos conceitos de hegemonia e soberania.

O *príncipe eletrônico* é o *intelectual orgânico*, que se expressa por meio midiáticos. Ele reproduz a visão de mundo dominante de forma articulada, em âmbito local e também global. Para o autor, a mídia – e a televisão especialmente – são transformadoras da “realidade” que noticiam, interpretando o “fato” da forma que melhor atender seus interesses e de seus aliados.

Além de a mídia constituir-se como corporação, na maior parte dos casos, converge seus interesses com outras corporações em um processo que tenta mobilizar e alinhar opiniões e comportamentos, mercadorias e ideias, com o objetivo de influenciar a realidade e o imaginário de indivíduos e coletividades. Para Ianni, a

mídia tem a capacidade de transformar “mercadoria em ideologia, o mercado em democracia e o consumismo em cidadania” (IANNI, 2000: 34).

A televisão possui o poder de abranger um extenso público, de forma completa, segundo Ciro Marcondes Filho (1998). Para ele, a televisão acaba por centralizar o poder, assim como os interesses e a atenção geral das sociedades. Esse novo momento de relações sociais gera a presença cada vez maior de sistemas eletrônicos na vida das pessoas, “não só para as necessidades de natureza econômico-financeiras ou de compras de mercadorias, mas também de lazer, esportes, jogos e até mesmo de certos tipos de vivência” (FILHO,1998:18).

Para Marcondes Filho, a televisão, desde o final do século XX, ocupa o lugar de importante lazer, além de constituir o principal veículo de divulgação de informações.

As corporações, além de atuarem em conjunto com a mídia na comercialização dos *Jogos*, possuem interesses diretos no ambiente esportivo. O espetáculo esportivo é considerado, dentro das análises a respeito da *economia do esporte*, como um dos diversos tipos de mercados esportivos. Além de todas as atividades envolvidas diretamente com a promoção e organização dos megaeventos, as formas de comercialização a partir deles são ampliadas com ações como anúncios, patrocínios, entre outras formas de divulgação.

Proni (2008) aponta como grandes exemplos de marketing esportivo a organização da *Copa do Mundo de Futebol* e dos *Jogos Olímpicos*. Segundo a definição “clássica”, “marketing esportivo consiste em todas as atividades designadas para atender necessidades ou desejos dos consumidores de esporte por meio de processos de intercâmbio” (Proni, 2008:3).

Ainda de acordo com o autor, a organização dos *Jogos Olímpicos* envolve um elevado grau de planejamento estratégico e de comercialização, definidos a partir de

uma estratégia empresarial, apesar do COI não poder ser considerado uma empresa.

Uma vez apresentados nossos pressupostos teóricos, ainda que brevemente, pois nos dedicaremos a eles nos capítulos que seguem, podemos dar início à apresentação da pesquisa.

Utilizaremos, para construir uma identificação coerente com os ritos do megaevento, uma nomenclatura inspirada nos *Jogos*. Assim, esta *introdução* foi a nossa ***Cerimônia de Abertura***. O Capítulo I será ***Competições***, pois tratará do histórico dos jogos enquanto *elevação do esporte* e dos *negócios*. O Capítulo II, que trará as análises sobre os projetos de Barcelona e Londres será o ***Finais de Competições***, ao passo que o Capítulo III, dedicado finalmente ao projeto do Rio de Janeiro, constitui em nossa pesquisa a ***Cerimônia de Encerramento***. As considerações finais representam o nosso ***Legado***.

Competições

(Capítulo I)

1.8 Histórico dos Jogos Olímpicos

Atualmente, quando o debate acerca do *legado* proveniente de uma edição dos *Jogos Olímpicos* ganha a *agenda* social, o foco da análise é direcionado para a avaliação dos impactos econômicos gerados – ou prometidos. Tal ênfase na *economia dos jogos* tem sua razão de existir, afinal, observamos no decorrer dos anos uma mudança radical na estrutura e alcance desse tipo de evento. Há algum tempo as Olimpíadas ultrapassaram o campo do entretenimento, ganhando destaque no mundo dos negócios.

O processo de comercialização das Olimpíadas foi intensificado na década de 1980 com o melhor aproveitamento das receitas de patrocínio, divulgação e licenciamento de material esportivo. Mas, ao examinarmos o seu trajeto histórico perceberemos que em suas origens – 776 a.C. – as Olimpíadas visavam fundamentalmente cultivar as boas relações entre as cidades gregas, mostrando as qualidades físicas e o desenvolvimento dos jovens atletas¹.

Na antiguidade grega a disputa acontecia na cidade de Olímpia, cenário conhecido pelas práticas de adoração aos deuses. Apesar de os *Jogos Olímpicos* não estarem diretamente relacionados aos *festivais de culto a Zeus*, foram, em alguma medida, influenciados pelo culto religioso, ganhando notório destaque entre os gregos. Tanto é que, na mitologia grega, caracterizada por ser um depositário de *discursos sobre a origem das coisas*, há passagens que dão conta do *nascimento das Olimpíadas*. O mito mais antigo que cumpre essa função é o de Hércules que, segundo a narrativa, teria organizado os *Jogos Olímpicos* a fim de homenagear Zeus pelo apoio recebido na conquista de Elis, disputada também por Augeias².

¹ <<http://www.olympic.org/en/content/Olympic-Games/Ancient-Olympic-Games/?Tab=0>> Acessado em 05/08/2010.

² Idem.

Os *Jogos Olímpicos* na Grécia tinham o poder de findar guerras e combates, tamanho era seu espírito de promoção da paz³. A vitória construída durante os *J.O.* conferia aos atletas o *status* da imortalidade perante o povo grego, já que era digna de honras, pois prova de méritos. Ao todo, os *Jogos Olímpicos* da antiguidade duravam apenas um dia. A partir de 684 a.C., foram estendidos para três dias e no quinto século a.C., para cinco. As mulheres solteiras e os homens livres podiam participar do evento, independentemente de seu *status* social⁴.

Contudo, desconsiderando os ideais de promoção da paz e de união das cidades gregas, o imperador romano Teodósio baniu a realização do evento em 394 d.C., alegando divergências religiosas. O culto aos deuses praticado pela sociedade grega divergia das crenças romanas e toda forma de apologia ao politeísmo helênico deveria ser evitada⁵. Foi somente na Era Moderna, a partir de uma iniciativa do pedagogo e esportista Barão de Coubertin, 1500 anos depois da decisão de Teodósio, que renasceram *Jogos Olímpicos*.

O Barão – francês, um idealista reformador da educação – visava promover seus ideais pedagógicos por meio da organização dos *Jogos*. A partir da conexão entre o esporte e a educação, Coubertin pretendia modificar o que ele considerava a *rotina tediosa da instituição educacional em seu país*. Com a promoção do esporte, argumentava, os estudantes poderiam praticar e aprimorar as qualidades relacionadas à promoção da cidadania em uma democracia: comportamentos físicos, intelectuais e morais (BINDER, 2003).

O interesse de Coubertin pela educação dialoga estreitamente com os princípios pedagógicos praticados na Grécia, berço dos *Jogos Olímpicos*. No sistema educacional greco-romano a educação vai ganhando os contornos verificados ainda hoje em nossas escolas, onde os processos de *ensinoaprendizagem* dependem de um espaço delimitado na *polis* e cultuado como *reduto do saber*, regido por um mestre e frequentado por aprendizes. Nesse *espaço de sociabilidade sistematizada* ocorre – ou deveria ocorrer – a transmissão dos valores adequados à sociedade de seu tempo. Portanto, a Grécia cumpriu o papel de fornecer, em grande parte, o modelo escolar idealizado até hoje, influenciando

³ <http://www.cob.org.br/jogos_olimpicos/home.asp> Acessado em 05/08/2010.

⁴ <<http://www.olympic.org/en/content/Olympic-Games/Ancient-Olympic-Games/?Tab=2>> Acesso em 05/08/2010.

⁵ <http://www.cob.org.br/jogos_olimpicos/home.asp> Acesso em 05/08/2010.

diversas civilizações neste campo. Em Sócrates e Epicuro, por exemplo, encontramos a informação de que a *educação* deve ser compreendida como ferramenta indispensável à formação do espírito humano, seja em sua dimensão física, traduzida na *beleza corporal*, seja no aprimoramento da *evolução mental* (BRANDÃO, 2005). Se em Atenas, a educação era via de acesso ao conhecimento e à mente sã, em Esparta era pré-requisito para a constituição do *corpo perfeito*, preparado para os embates, para os desafios, para a disciplina constante – ideais muito próximos do *discurso olímpico*. Adiante, voltaremos a essa *teia de significados* entre os *Jogos Olímpicos* e a educação.

A primeira edição moderna dos *Jogos* ocorreu em Atenas no ano de 1896, ampliando o ideal de promoção da paz para o âmbito internacional. O objetivo do Barão de Coubertin, descendente de uma família tradicional, educado de acordo com valores clássicos, era difundir a ideologia do esporte e reunir os jovens de todo o mundo no evento. Admirador do sistema educacional inglês, que visava o equilíbrio entre o corpo e a mente (*mais uma influência grega*), quis programar na França a *prática esportiva relacionada à educação*, cultivando os valores do amadorismo e do Fair Play (SILVA, 2002). Essa conexão entre esporte e educação, como já salientado, remonta ao modelo espartano – conhecido por valorizar a preparação do corpo por meio da disciplina (*pedagógica*) que modela também a mente.

Os valores cultivados nos *Jogos* modernos, ao menos nas primeiras décadas, possuíam relação direta com a visão da Igreja Católica, no que diz respeito à execução de apostas e obtenção de lucros em contextos de competição. Como aponta Leidina Silva, “A igreja sempre pregou o jogo limpo, honesto e desinteressado de lucros que se equivalem ao amadorismo e ao fair play dos esportes modernos” (SILVA, 2002:276). O Barão de Coubertin, com seus princípios aristocráticos e católicos, esteve atento a esses valores. O *Olimpismo*, então, pode ser interpretado como uma resposta a essas preocupações de encontrar nos esportes um estímulo às relações sociais positivas.

Assim,

Desde então, os esportes estiveram ligados a valores que expressam autocontrole e sempre são mencionados como agentes de desenvolvimento moral, onde as condições de treinamento e de jogo moldam o caráter dos jogadores e submetem o interesse individual ao coletivo (SILVA, 2002:276).

Na Grécia Antiga a educação também era conduzida da forma supracitada. O aprendizado estava ligado à formação humanística do indivíduo, ainda que o ensino refletisse a desigualdade social presente naquela sociedade, ao excluir dos processos de instrução os escravos e as mulheres, além de impor limitações aos filhos dos pobres. *Aos futuros homens de bem caberia à educação de princípios esportistas:*

As crianças devem, antes de tudo, aprender a nadar e a ler; em seguida os pobres devem exercitar-se na agricultura ou em uma indústria qualquer, ao passo que os ricos devem se preocupar com a música e a equitação e entregar-se à filosofia, à caça e à frequência dos ginásios. (...) Só os que podem criar os seus filhos para não fazerem nada é que os enviam às escolas; os que não podem não os enviam. (SOLON *apud* BRANDÃO, 2005:17).

Será que a associação do *esporte* com a *educação* nos tempos atuais conseguiu libertar-se desses ideais de classe? Voltaremos a isso mais tarde.

A 1ª *Olimpíada* da Era Moderna contou com a participação de 311 atletas de 13 países que competiram em nove modalidades esportivas (CODEA; CODA; BERESFORD, 2002). Hodiernamente, os *Jogos* dividem-se em *Jogos Olímpicos de Verão* e *Jogos Olímpicos de Inverno*. Desde então, sucessivas edições foram realizadas, com exceção do período marcado pelas duas Guerras Mundiais.

Apesar da idealização de *promoção da paz*, inspirada no modelo inicial grego, as *Olimpíadas* tiveram que ceder nos momentos de Guerra, convivendo com questões políticas, como a não participação dos Estados Unidos da América nos *Jogos* realizados na União Soviética, e vice-versa, durante o período da Guerra Fria.

1.9– O Olimpismo e os desafios da modernidade

Podemos dizer, tomando como parâmetro os movimentos atuais do mercado, que o processo de comercialização que caracteriza os *Jogos Olímpicos*, desafia os valores iniciais propagados pelo Barão de Coubertin, ao introduzir a lógica do lucro, incentivando o profissionalismo em detrimento do amadorismo, como veremos mais adiante. Em contrapartida, o Comitê Olímpico Internacional (COI), entidade responsável pela organização dos *Jogos Olímpicos* e pela promoção do esporte internacionalmente, mantém um discurso de preservação do *legado* proposto pelo

Barão a respeito *do esporte, da paz e da educação*, principalmente por meio da promoção do *Olimpismo*.

A *Carta Olímpica* apresenta, nesse sentido, a centralidade do *Olimpismo* enquanto norte dos princípios fundamentais do *Movimento Olímpico*:

1 - Olympism is a philosophy of life, exalting and combining in a balanced whole the qualities of body, will and mind. Blending sport with culture and education, Olympism seeks to create a way of life based on the joy of effort, the educational value of good example and respect for universal fundamental ethical principles.

2 - The goal of Olympism is to place sport at the service of the harmonious development of man, with a view to promoting a peaceful society concerned with the preservation of human dignity.⁶

Fundamentalmente, pode-se dizer que o *Olimpismo* busca ressaltar a importância do esporte como um meio de interferir de forma positiva na vida do ser humano (JUNIOR; MORAIS; BERESFORD, 2002:244). Atualmente, o COI promove por meio do *Olimpismo* “três valores olímpicos: amizade, respeito e excelência, a fim de formar um mundo melhor por meio do Esporte”⁷. As ações do Comitê abrangem diversas áreas, como:

- 1) Ações locais em cooperação com as comunidades;
- 2) Desenvolvimento por meio do Esporte;
- 3) Educação por meio do Esporte;
- 4) Mulher e Esporte;
- 5) Paz por meio do Esporte;
- 6) Meio Ambiente.

Todas as áreas são articuladas pelo *Programa de Solidariedade Olímpica*, que será abordado em outro momento deste texto.

É preciso ressaltar ainda que o *Olimpismo* não objetivava apenas promover os valores supracitados entre os esportistas, mas também difundi-los e incentivá-los por toda a humanidade. Os valores do *Olimpismo*, pois, trazem a pretensão da universidade, partindo do pressuposto que o *esporte* tornar-se-ia, gradativamente,

⁶ < http://www.olympic.org/Documents/olympic_charter_en.pdf> Acesso em 06/08/2010

⁷ < <http://www.olympic.org/en/content/Olympism-in-Action/>> Acesso em 06/08/2010

mais popular, sendo um mecanismo de contato entre diferentes povos e culturas. (PARRY, 2003:2).

Da mesma forma, o COI apresenta-se como organização universal. Diretamente influenciado pelos ideais liberais do Século XIX, de Coubertin reavivou valores que também perpassaram, de certa forma, os modelos dos Jogos da Antiguidade. Para Parry (2003), o desafio para o *Movimento Olímpico* no século XXI é compreender o que os *Jogos* estão se tornando. Se, por um lado, o ideal do *Olimpismo* pode dar suporte às mudanças que se apresentam nesse novo contexto, em especial as relacionadas à maior comercialização dos *Jogos*, por outro, pode se tornar algo contraditório com os novos formatos de prática esportiva.

Um bom exemplo disso é a escolha do *programa olímpico*. O critério de seleção dos esportes que compõem as disputas realizadas durante os *Jogos* dizem respeito a critérios como universalidade e popularidade da modalidade esportiva. Todavia, vale a pena ressaltar que a missão do *Movimento Olímpico* é disseminar a prática de todas as modalidades, o que se torna paradoxal com o crescente interesse em incentivar comercialmente umas em detrimento de outras. Outra questão que merece destaque e reflexão está relacionada à centralidade de modalidades esportivas ocidentais (PARRY, 2003:3).

O movimento de modificações na concretização dos ideais do *Olimpismo* passou, atualmente, a refletir a necessidade de profissionalização da prática esportiva. O amadorismo, um dos pilares fundamentais da filosofia promovida pelo COI, cedeu lugar aos interesses de patrocinadores e à necessidade dos próprios atletas de se dedicarem exclusivamente ao esporte de alto desempenho. A defesa do amadorismo, pensada em um contexto de exclusividade do esporte para aqueles que poderiam dispor de tempo e renda para se dedicar aos treinos, passou a sofrer um questionamento por parte dos diversos atores sociais envolvidos na realização dos *Jogos*, não apenas os atletas (RUBIO, 2002). A necessidade de uma maior lucratividade e remuneração desde o fim dos anos 1970, acompanhando o crescimento econômico mundial e a mundialização das empresas, passou a substituir o amadorismo pela profissionalização (com todas as implicações mercadológicas provenientes deste processo).

De acordo com a análise de Bourdieu (1983b), o esporte constitui-se enquanto campo⁸ específico “onde se analisa em que medida as práticas e os consumos esportivos oferecidos aos agentes sociais podem ser entendidos como uma oferta destinada a encontrar determinada demanda social” (HIRATA, 2010: 5). Nesse campo preconizado por Bourdieu, encontrariam-se agentes e instituições ligadas ao esporte, tanto à prática quanto ao consumo, “quais sejam: produtores e vendedores de materiais esportivos, profissionais que prestam serviços úteis à prática do esporte e produtores e vendedores de espetáculos esportivos e de bens associados (malhas, fotos dos campeões, revistas e loterias esportivas).” (HIRATA, 2010: 6). Apesar da autonomia do campo esporte, este depende de outros setores de consumo e, de uma forma geral, da economia, em seu atual formato, dada a rede de serviços e comércio em seu entorno. De acordo com o modelo de Bourdieu, na modernidade o interesse pelo esporte dá-se pela espetacularização do mesmo, pela inserção nos mecanismos da estrutura capitalista (MARCHI JR., 2004).

É necessário problematizar como se deu esse movimento de maior comercialização, além da profissionalização (em contraponto ao amadorismo dos atletas), do *Movimento Olímpico* e como os objetivos e as finalidades dos *Jogos*, e do próprio COI, podem ser alterados a partir das mudanças observadas nas últimas décadas. As transformações advindas do fenômeno da globalização passaram a conectar, a partir de processos de integração, o mercado mundial mais fortemente a partir do final da década de 1970. Apesar de alguns discordarem dessa premissa, é importante reconhecer o aumento do fluxo comercial, o avanço das telecomunicações e a flexibilização de determinadas barreiras comerciais em um processo de integração econômica mais intensa.

Com o avanço dos interesses econômicos, determinadas áreas foram alçadas à categoria de rentáveis comercialmente, como é o caso da indústria do entretenimento. Segundo Fábio Earp (2002:2),

o que uma economia do entretenimento precisa descobrir é, antes de tudo, como as pessoas usam o tempo em que não estão trabalhando para se divertirem; quando esta diversa é gratuita e quando exige dispêndio de

⁸ “[...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinada por elas)”. (BOURDIEU, 1983a, p.89). Bourdieu utiliza este modelo teórico para analisar *espaços sociais* diversos como a literatura, o esporte, a política, dentre outros.

dinheiro; como algumas firmas ganham este dinheiro vendendo todo o tipo de produto e serviço; finalmente, como esta atividade das firmas se transforma em encomendas, em renda e em empregos.

Esse processo tornou-se crescente nas últimas décadas, não por acaso coincidindo com a ascensão do Esporte enquanto área de interesse econômico. Foi a partir da década de 1980 que os *Jogos Olímpicos* passaram a ser organizados de acordo com os interesses privados envolvidos na comercialização do evento. Edições anteriores das *Olimpíadas* já ensaiavam o processo de utilização de ferramentas de marketing e propaganda como fonte de receita, porém, de forma ainda bastante incipiente.

Os *Jogos de Los Angeles*, em 1984, realizados após a edição de Montreal em 1976 (que amargou prejuízos herdados por décadas pela prefeitura da cidade) e a edição de Moscou em 1980 (*Jogos* boicotados pela delegação dos EUA, no contexto da Guerra Fria), representaram, em sua concepção inicial, um alto risco para o COI, dado o contexto dos Jogos imediatamente anteriores. Entretanto, os novos interesses comerciais globalizados foram capazes de iniciar uma das maiores alterações na história dos *Jogos Olímpicos*. Em Los Angeles, patrocinadores, imprensa, empresas licenciadoras de produtos, dentre outros interessados, tornaram os *Jogos* um produto lucrativo. Grande parte deste lucro adveio da transmissão televisiva - US\$ 315 milhões - (PRONI, 2008:11), o que revela o entrelace que irá aumentar expressivamente nas demais edições, entre a *mídia* e o *esporte*.

Desde então, a marca dos *Jogos Olímpicos*, os - cinco anéis olímpicos -, passou a ser considerada uma das mais valiosas de todo o mundo. O COI passou a centralizar a gestão da marca em detrimento dos Comitês Olímpicos Nacionais (CONs). A partir de Seul, 1988, foi criado o *Programa do Parceiro Olímpico* (World Partner Programme – TOP), com nove categorias diferentes de serviços e produtos. Nos anos 1990, o COI instituiu um complexo programa de marketing para os *Jogos*. Os *Jogos de Barcelona*, em 1992, foram o auge desse processo de espetacularização das *Olimpíadas*, que tornou o megaevento esportivo um dos maiores mecanismos rentáveis da indústria do entretenimento, junto com o cinema e outras manifestações culturais (PRONI, 2008:12).

O novo momento dos *Jogos Olímpicos* representa um desafio aos valores tradicionais que nortearam a idealização dos *Jogos* modernos, como dissemos. O ideal do amadorismo, do atleta que praticava o esporte em seu tempo livre e que

não dependia dele como forma de sobrevivência - o que acaba por excluir determinadas parcelas da sociedade -, cedeu lugar ao profissionalismo. A atividade física foi substituída pelo *esporte de alto rendimento*, pelas competições crescentemente disputadas e rentáveis. O lado positivo da questão - a inclusão de mais pessoas e o esporte enquanto atividade central da vida do atleta – contrasta com o desafio do *Olimpismo* enquanto filosofia de vida, dada a contradição com a espetacularização do esporte, que passou a utilizar as *Olimpíadas* como produto.

A mudança dos *Jogos* acompanhou a mudança da sociedade contemporânea, conectada e globalizada. A problematização do interesse comercial adentrando uma área antes resguardada a determinada visão de mundo é útil no sentido de auxiliar a reflexão de como conciliar a rentabilidade com a educação, a atividade física e os valores ligados à paz.

A temática do legado deixado para as cidades-sede após os *Jogos* reflete sobre o elo entre as duas vertentes – comercialização e inclusão social - ao manter um projeto de transformação urbana e inclusão social em meio a cifras e números de patrocinadores e atletas. Segundo Da Costa, o Olimpismo demanda um marketing mais responsável socialmente, assim como, para o marketing, é interessante que o movimento Olímpico esteja cada vez mais atrelado a metas educacionais a fim de melhorar a excelência no esporte (DaCosta, 2002: 117), já que para o autor, a comercialização do esporte está ligada a mudanças crescentes na sociedade nesta direção.

Garcia Ferrando argumenta que

é evidente que a ideologia olímpica primordial de manter os Jogos afastados de interesses comerciais não tem nada que ver com as linhas de conduta econômica que têm seguido as últimas edições dos Jogos Olímpicos. A rede de interesses comerciais que tem envolvido o esporte em geral, e o olimpismo em particular, tem-se tornado muito densa em poucos anos. A publicidade de produtos comerciais, o patrocínio dos esportistas que atuam como autênticos agentes das empresas que representam, os contratos comerciais que realizam as federações nacionais e internacionais com as mais variadas empresas, o crescimento espetacular da indústria de equipamentos esportivos, tudo isso em suma faz o movimento olímpico cada dia mais dependente dos interesses do grande capital. Nesse sentido, o olimpismo se tem convertido não só em um instrumento da política internacional, senão também em um instrumento dos grandes interesses comerciais.

A questão dos diversos tipos de *legados* a serem deixados pela organização das *Olimpíadas* dialoga diretamente com a

visão acerca dos *Jogos* enquanto evento capaz de gerar repercussões positivas ou apenas reproduzir interesses comerciais. A mídia, em especial, repercute de forma decisiva nessa tensão contemporânea através da qual os envolvidos nos *Jogos Olímpicos* são avaliados e/ou promovidos.” (GARCIA FERRANDO, 1990: 209).

Em 1991, sob a gestão de Juan Antonio Samaranch, o COI revisou sua Carta Olímpica buscando conciliar o marketing com o ideal do Olimpismo. Para o então presidente da organização, as mudanças em prol da comercialização foram inevitáveis dado o crescente aumento do custo do evento e a vontade de não excluir os ídolos esportivos. Além dos custos, segundo Samaranch, o COI deveria zelar pela promoção do esporte e da atividade física saudável, além de promover a confraternização entre os diferentes povos, divulgando a cultura das cidades-sede, logo, necessitava viabilizar economicamente essas duas obrigações, dependendo assim de patrocinadores e contratos televisivos (PRONI, 2004).

As posições contraditórias entre Saramanch e os críticos da possibilidade de conciliação entre os valores do Olimpismo, ao menos os originais, e a crescente comercialização revelam que a problemática do interesse financeiro sobre os Jogos e o próprio esporte ganharam contornos cada vez mais impossíveis de serem negligenciados ao longo das últimas décadas. Esta contradição está presente também no debate sobre o possível legado das Olimpíadas.

Apesar dos assuntos comerciais que marcam os *Jogos* atualmente, o COI insiste em manter o discurso da promoção dos valores do *Olimpismo*, tendo como uma de suas bases a promoção do esporte, da educação, da saúde e da paz universal, como salientado antes. Diversos programas relacionados a essas áreas são desenvolvidos pelo Comitê em consórcio com os CONs, a sociedade civil organizada, os Estados membros e as empresas. É necessário refletirmos, então, em que medida e de que forma os *Jogos Olímpicos* podem auxiliar, não somente as cidades-sedes, mas também aos integrantes do *Movimento Olímpico*, ao promoverem ideais que poderão ser transformados em políticas sociais e benefícios amplos para todos. Em outras palavras, procuramos compreender o real efeito das *Olimpíadas* e seu *lugar* na contemporaneidade. O que resta de *Olimpismo* nas Olimpíadas? Onde o *negócio* ultrapassa os valores originais de Coubertin? Que imposições são feitas a partir da *espetacularização dos Jogos Olímpicos*? Haverá

uma possibilidade de equilíbrio entre *valores olímpicos* e interesses comerciais?
Como as *políticas públicas* podem auxiliar nessa busca?

1.10 – A construção da Cidadania e a Questão Social

A escolha das áreas atendidas pelos *programas olímpicos* está diretamente relacionada à promoção da cidadania, por meio da inclusão social e da geração de oportunidades, especialmente para crianças e jovens. Sendo assim, torna-se necessário refletir acerca do processo de construção da cidadania que culminou na construção da rede de garantias do Estado de Bem-Estar Social, em diversos países, ainda em construção em regiões como a América Latina. A problematização da cidadania e dos direitos sociais permitirá uma melhor compreensão sobre a possibilidade de conciliação entre os interesses sociais e comerciais do Movimento Olímpico.

Segundo Marshall (1967), cidadania é um status conferido a indivíduos que pertencem a determinado grupo social de forma plena e que, por isso, possuem direitos e deveres iguais a todos os demais membros plenos. Todavia, temos no capitalismo diferenciações sociais baseadas em questões relacionadas à renda dos indivíduos e dos grupos familiares. A contradição entre cidadania e pertencimento à determinada classe social está exatamente na questão de todos serem cidadãos plenos e ao mesmo tempo serem diferenciados socialmente pelo seu nível de rendimento. Para ele, a convivência entre dois conceitos contraditórios, a princípio, dá-se pelo julgamento da desigualdade social enquanto necessária para incentivar o esforço individual e como útil para a distribuição de poder na sociedade.

Titmuss (1950) argumenta que a partir da política social, promovida especialmente em uma configuração de um Estado de Bem-Estar, é possível a operação de mudanças na sociedade. Esse tipo de política (policy) implica intervenção por intermédio de uma série de mecanismos que visam praticar alterações positivas. O objetivo do Estado de Bem-Estar seria justamente assegurar que essas transformações sociais sejam empreendidas de forma eficiente, visando à justiça social com uma administração factível. Os desafios para esse arranjo do Estado passam pela questão de equacionar o dilema entre eficiência e redistribuição

assim como os custos envolvidos, dada a conjuntura de globalização financeira internacional.

Segundo Przeworski (2007), os partidos socialdemocratas, que inicialmente acumularam poder de implementar o Estado de Bem-Estar social, se apoiavam em Keynes para dar substrato econômico para os ideais do partido de justificar sua ação no governo, em um protagonismo do Estado que queria regular as crises e dar um caráter universalista aos trabalhadores. A regulação era uma fundamentação econômica das lutas políticas. A teoria do Estado é apontada como importante fundamento da socialdemocracia, tanto em termos de política social quanto de gestão do Estado.

Essa visão foi incorporada a uma concepção de mundo na qual a questão da redistribuição era um elemento forte. Havia, então, uma intenção de conciliar o funcionamento da economia capitalista com o igualitarismo por meio dessa visão. Não havia uma teoria prévia do arranjo de bem estar social capaz de propiciar justiça social, o que era, de certa forma, uma racionalização da realidade que estava se colocando.

A respeito das características e consequências das políticas sociais, Przeworski (2007) aponta que as políticas sociais teriam como característica principal atenuar os efeitos distributivos do funcionamento do mercado. A expectativa de que os lucros correntes fossem transformados em melhorias futuras nas condições materiais dos assalariados tornou-se a base do consentimento dado pelos socialdemocratas ao capitalismo. Portanto, esse consentimento fundamenta-se em bases econômicas; é um reflexo dos interesses materiais dos assalariados na sociedade capitalista.

Assim colocado, podemos pensar que os *Jogos Olímpicos*, ao estimular o planejamento de Políticas Públicas, convertem-se em um evento de atuação plena do Estado que, aliado com a iniciativa privada, internacionaliza suas fronteiras, obtendo visibilidade e melhorias para a sua população.

No cenário atual, Claus Offe (1984) argumenta que o Estado de Bem-Estar está perdendo rapidamente seu apoio político, por razões de mudança estrutural. Essa evolução não pode ser explicada por argumentos da crise econômica e fiscal, apenas, e nem por argumentos políticos que enfatizam a ascensão do pensamento neoconservador. Tampouco o problema pode ser resolvido por apelos morais a

justiça e legitimidade das atuais disposições do Estado de Bem-Estar. A questão é um padrão interpretativo que leva a uma falta de fé nas políticas sociais como bens públicos e que tende a destrinchar tais políticas de acordo com a racionalização do *homo economicus*, motivado a escolha racional.

Ainda no tocante às questões estruturais que apresentaram desafios ao Estado de Bem-Estar, assim como à consolidação das políticas sociais, Karl Polanyi (2000) aponta que ao organizar a economia por meio do mercado, a sociedade passou a mercantilizar também o dinheiro, a natureza e o próprio ser humano, significando que estes passariam a estar subordinados ao mercado. Todo o processo de separação da economia do tecido social gerou dolorosos processos sociais, segundo ele, um processo de *barbarização* da sociedade. A pobreza, nesta visão, deriva da privação das pessoas de toda a sua autonomia. Com sua sobrevivência ameaçada, a pessoa passa a ter que se integrar ao mercado, constituindo a pobreza.

Polanyi (2000) afirma que os diversos sistemas sociopolíticos no mundo acabaram sendo atingidos pela Revolução Industrial e o advento do sistema financeiro internacional. O impacto violento de momentos na história como o da colonização, da disputa por áreas de interesse, das guerras, dentre outros, tiveram como causa e como financiadora a ação dos grandes capitalistas de suas épocas. Ao sistema financeiro interessava um relacionamento positivo com os governos com o propósito de se obter o lucro por meio do poder e da conquista empreendida por estes governantes.

Considerando que os mercados refletem a condição humana de imperfeição, Polanyi (2000) aponta a necessidade de sua regulação social. Todavia, segundo ele, a liberdade individual defendida pelos grandes capitalistas não condiz com uma busca de uma liberdade superior para todos. Não é possível alcançar o exercício da liberdade individual sem que se compreenda o significado da liberdade em uma sociedade complexa. O autor analisa que os grandes capitalistas posicionam-se de forma contrária a qualquer tipo de regulação da vida em sociedade ao imaginar que tais propostas na verdade voltar-se-iam contra seus próprios interesses. A liberdade que defendem corresponde apenas a uma parcela da liberdade de ação que eles próprios fazem uso. Se, na teoria citada, o Estado precisa minimizar sua atuação – no sentido de uma maior autonomia do mercado (e dos sujeitos?), como podemos

analisar esse *enfraquecimento proposital* do Estado em um contexto de sedimento de *Olimpíadas*? Afinal, ao sediar um megaevento dessa natureza o Estado se compromete com o mercado e com ele se confunde.

As políticas sociais são antes de mais nada políticas públicas. Castel (2003) analisa que diferentes políticas sociais, em contextos diversos, tem a ver com concepções divergentes do que seja a questão social; reconhecendo que há uma. São duas indagações a perseguir: o que é política social, de acordo com determinados autores, e como eles identificam a questão social. Esta problemática pressupõe analisar como as diferentes visões, trajetórias históricas e ideologias entendem quais são as problemáticas sociais de determinada sociedade.

Só existe política social quando há uma questão social, quando há uma ameaça à ordem e aos objetivos que a ordem quer alcançar. Este tipo de política está relacionado com algum tipo de risco que ameace a coesão social, um risco de fratura. Logo, tem a ver com a manutenção da sociedade como um todo. Todavia, não é só a política social que faz isso, toda ação do Estado tem essa função de manter a coesão. Essas políticas acabam funcionando, portanto, como um instrumento a mais além daquele que o Estado já dispõe.

A não dependência do mercado acarreta em não precisar da conjuntura macroeconômica, por vezes recessiva, dos ciclos do capitalismo. Também auxilia a não necessitar de possíveis conjunturas de desemprego ou subemprego, acarretando uma não submissão a políticas assistencialistas, em proteções focadas que não consideram o direito social como um todo.

Werneck Vianna (1998), por sua vez, argumenta que, mesmo diante dos questionamentos apresentados pela globalização financeira internacional à estrutura do Estado de Bem-Estar Social, as formas de proteção social dos países industrializados mantém o arranjo neocorporativista de negociação entre Estado, representantes do capital e do trabalho. Contudo, apesar de não haver um desmonte completo da proteção social, ocorreram redefinições de determinados papéis do Estado, aumentou-se a seletividade nas provisões de benefícios, além de um maior controle dos gastos públicos. Nos países industrializados, apesar do compromisso socialdemocrata estar em xeque, a base do Estado de Bem-Estar manteve-se pelo apoio de setores da sociedade, especialmente funcionários públicos, e pela força do movimento sindical.

Ainda segundo a autora, mesmo diante dos desafios apresentados às políticas sociais no Estado de Bem-Estar dos países mais industrializados, ocorreu uma significativa elevação dos níveis de pobreza. Além disso, o mercado de trabalho tornou-se mais fragmentado, contribuindo decisivamente para o aumento da desigualdade de renda. Diante desse quadro, as políticas sociais tornaram-se menos abrangentes, sendo focadas em populações menos favorecidas.

Quando pensamos no legado proveniente dos *Jogos Olímpicos* somos induzidos a problematizar algumas questões sociais como inclusão, geração de emprego, melhoria de infraestrutura, elevação da autoestima nacional, além dos ganhos adjacentes prometidos pelos *programas-anexos* – educação+esporte, saúde+esporte, qualidade de vida+esporte etc. Então, seriam os *Jogos Olímpicos* um facilitador do *desenvolvimento nacional*? Em que bases estão sustentadas as promessas de progresso *pós-sede*? Quais são seus empecilhos e suas potencialidades? O *Estado-sede* deve ser, necessariamente, um *estado-de-bem-estar-social*? A população, supostamente beneficiada pelo sedimento, está apta (ou interessada) em cobrar o cumprimento do *legado*?

1.11 – O Movimento Olímpico e seus objetivos sociais

Mesmo diante de quadros desfavoráveis à expansão de políticas sociais abrangentes, é necessário refletir a respeito de iniciativas que visam contribuir, de alguma forma, com a melhoria da sociedade. Apesar das contradições do Movimento Olímpico, já apontadas anteriormente, em especial no que concerne o progressivo interesse comercial nos *Jogos Olímpicos*, é possível que apontemos para importantes iniciativas empreendidas pelo COI e pelos CONs. Após essa análise, será possível definirmos como o legado, em especial o social, dos *Jogos* pode contribuir para o avanço das políticas sociais.

O Movimento Olímpico está submetido à autoridade do COI, mas é composto por todos os indivíduos e instituições que seguem os valores do *Olimpismo*. O *Movimento Olímpico* constitui-se de uma série de ações organizadas e universais que visam promover os valores olímpicos em todas as regiões do planeta. O seu ponto máximo é o momento das *Olimpíadas*, onde esses valores são promovidos pelos atletas e demais envolvidos provenientes de todas as partes do mundo. O

símbolo do *Movimento Olímpico* são os cinco anéis interlaçados que simbolizam os cinco continentes, como vimos antes⁹.

O objetivo central do *Movimento Olímpico* está diretamente relacionado à possibilidade dos *J.O.* promoverem um *legado* que desperte o interesse de políticas públicas que sejam úteis para a sociedade das cidades-sedes como um todo. “The goal of the Olympic Movement is to contribute to building a peaceful and better world by educating youth through sport practiced in accordance with Olympism and its values.”¹⁰

Segundo o COI, foi o aumento das receitas a partir dos *Jogos de Los Angeles*, em 1984, especialmente das receitas a partir da transmissão televisiva, que proporcionou à instituição a possibilidade de ampliar o seu “Programa de Solidariedade Olímpica”, o que seria uma resposta da organização aos críticos da crescente comercialização. Como apontava Saramanch, os recursos obtidos com a transmissão televisiva e o patrocínio seriam investidos nos programas olímpicos. O programa prevê assistência aos CONs de três formas: 1) por intermédio de programas globais; 2) por meio de programas continentais, que atendem às necessidades específicas de cada continente; 3) subsídios para os *Jogos Olímpicos*, a fim de assistir a preparação dos CONs para os Jogos (IOC, 2006).

Para o quadriênio - intervalo de tempo programado pelo programa para a execução das metas - estão previstas ações que focam no Esporte enquanto direito universal. Além do apoio central, o programa conchama os NOCs a colaborarem com organizações locais com o objetivo de promover, a médio e longo-prazos, ações ligadas à promoção dos esportes, à igualdade de gênero na prática esportiva e à integração entre desenvolvimento sustentável, educação com valores olímpicos para jovens, proteção à saúde dos atletas e preservação da herança esportiva (IOC, 2009).

Tomaremos como exemplo, a título de ilustração, o programa de *Cultura e Educação*. Além de encorajar os CONs a promoverem o Esporte e a Educação, o COI financia sua participação nos Fóruns Mundiais de Educação e a organização de “desafios” temáticos (literatura, fotografia, artes, dentre outros). O programa ainda prevê apoio à criação de *Academias Olímpicas Nacionais*, filiadas à *Academia*

⁹<<http://www.olympic.org/en/content/The-IOC/Governance/Introductionold/>> Acesso em 10/08/2010.

¹⁰ IDEM.

Olímpica, que promove discussões acadêmicas a respeito dos temas ligados ao esporte e aos *Jogos Olímpicos*. Outra ação importante é o suporte à *educação olímpica* nas escolas e institutos. O orçamento para o quadriênio atual é de USD 2,800,000 (IOC, 2009).

Podemos compreender, portanto, que o movimento de comercialização do *Movimento Olímpico* é, segundo seus administradores, inevitável. A crescente conexão entre marketing, mídia, comércio e esporte, fornece as bases para o megaevento que se tornaram as *Olimpíadas*. Por outro lado, como argumenta o próprio COI, foi somente devido a este fato que o *Programa de Solidariedade Olímpica* pode ampliar o seu alcance e continuar promovendo iniciativas no âmbito da educação, do esporte, dentre outros.

Como estes novos valores em torno do *Olimpismo* impactam na questão do legado? Qual o futuro para o *Movimento Olímpico* caso a conexão com o marketing e a comercialização amplie-se ainda mais ao longo do anos? Como o possível legado para as *olimpíadas* está conectado às transformações do *Movimento Olímpico*?

1.5 - O Legado dos Jogos Olímpicos para as cidades-sedes

Apesar dos programas de *solidariedade olímpica* não serem exclusivos para os *Jogos Olímpicos*, é a partir deles que o COI empreende de forma mais ampla ações que visam promover seus valores essenciais. É principalmente por meio do *legado* das *Olimpíadas* que as ações da *Solidariedade Olímpica* podem ser efetivadas nas seguintes áreas:

- 1) *Legados* do evento em si (instalações, infraestrutura, equipamentos, empregos, aumento da atividade física);
- 2) *Legados* da candidatura do evento (planejamento urbanístico da cidade candidata a ser aproveitado pelo poder público, aprendizado do processo de candidatura);
- 3) *Legados* da imagem do Brasil (projeção da imagem do país, projeção da cidade-sede interna e externamente, projeção de oportunidades econômicas do país e cidade-sede, nacionalismo e autoconfiança);
- 4) *Legados* de governança (Planejamento participativo, cooperação entre as instâncias do poder público, parceria público-privada);

- 5) *Legados* de conhecimento (Know-how da força de trabalho, voluntariado, transferência de conhecimento para futuros eventos, conhecimento sobre a organização e organizadores, estruturas a serem aproveitadas pelo país e cidade-sede) (BRASIL, 2008).

Os estudos olímpicos, e mais especificamente, o estudo dos *legados* dos *Jogos*, inserem-se academicamente no que os especialistas classificam como *Estudos Olímpicos* – área proposta nos anos 1930 pelo Barão de Coubertin e posteriormente promovida pela Academia Olímpica Internacional (IOA) (DA COSTA; MIRAYAGA, 2008).

O Brasil, futura sede das *Olimpíadas Militares em 2011*, da *Copa Mundial de Futebol em 2014*, e das *Olimpíadas de 2016*, no Rio de Janeiro, foco de nosso estudo, deverá organizar eventos de acordo com as promessas assinadas em contrato com as organizações responsáveis pelos eventos supracitados. Para tal fim, o planejamento e a execução por parte do poder público em conjunto com o setor privado e organizações não governamentais, deverá contemplar um legado¹¹ a fim de transformar não somente a infraestrutura necessária para a boa execução dos eventos, mas também a realidade social das cidades-sede.

A organização dos *Jogos Olímpicos* demanda o envolvimento de diversos setores na sociedade interessados nos possíveis benefícios advindos de sediar os jogos. Desde o momento do planejamento de se candidatar à sede das olimpíadas, diversas etapas devem ser ultrapassadas, o que envolve custos muitas vezes elevados. Um dos impactos de organizar os jogos está exatamente ligado à fase de preparação da candidatura. Após isto, no período de sete anos que antecede os *J.O.*, a cidade sede empreende o plano aprovado pelo COI.

A decisão de se candidatar a sede dos *Jogos Olímpicos* e *Jogos Paraolímpicos* envolve uma decisão geralmente capitaneada pelo CON e pelo setor do governo responsável pelo Esporte no país. Muitas vezes esse processo não é acompanhado de uma consulta ampla aos diferentes setores da sociedade, o que, por vezes, pode vir a prejudicar a questão do legado a ser deixado para a comunidade diretamente impactada pela organização dos Jogos. Quando esse tipo

¹¹ Legado no sentido de benefícios sociais, de infraestrutura, de transformação urbana, de desenvolvimento econômico, dentre outros, obtidos de forma duradoura nas cidades e países sedes de megaeventos.

de mecanismo é utilizado, o estabelecimento de metas pode se tornar um mecanismo de transparência do processo, assim como as reais necessidades da comunidade, especialmente nas questões sociais, podem ser mais bem atendidas.

Por exemplo, a ONG PACS (Instituto Políticas Alternativas para o ConeSul) confeccionou, em conjunto com outras organizações da sociedade civil (associações de moradores, Conselhos profissionais, outras ONGs, dentre outras) uma “*Carta aberta ao Comitê Olímpico Internacional*” que solicita que o COI não comece, em conjunto com o governo brasileiro e o COB, a executar o planejamento dos *Jogos de 2016* sem consultar a Sociedade Civil organizada do Estado do Rio de Janeiro.

A principal solicitação da ONG e demais envolvidos é que a organização das *Olimpíadas* auxilie diretamente na resolução de questões sociais na cidade, privilegiando ações que possuam impacto positivo na vida da população menos favorecida e não apenas na daqueles que possuem interesses comerciais e financeiros com as obras dos Jogos. Esta crítica ao privilégio de determinados setores da sociedade é constantemente colocada por analistas que estudam os impactos de edições anteriores dos *Jogos*. Questões como o aumento da segurança durante os *Jogos* pode significar uma violação dos direitos civis dos cidadãos residentes na cidade, caso o planejamento não seja efetivado de forma a não restringir liberdades individuais e a não excluir setores menos favorecidos (CASHMAN, 2002).

Os discursos em torno do *legado* social presentes na candidatura devem se traduzir em políticas efetivas – de investimentos sociais e de lazer em comunidades carentes, de melhorias amplas no transporte público, de usufruto público e esportivo das instalações construídas, segundo os compromissos assumidos pelas cidades-sede.

A localização dos investimentos principais da organização dos *Jogos* é um dos temas essenciais do *legado* pós-término das *Olimpíadas*, tendo em vista que a construção de instalações esportivas – ou não – em espaços já valorizados da cidade podem ser rentáveis em um primeiro momento, mas podem se tornar “elefantes brancos” quando não geram impactos sociais expressivos para a região.

Barney¹² alerta para os altos custos necessários para a administração e a manutenção de instalações esportivas após os *jogos*, caso não sejam repassados para a administração privada. Mesmo no caso de transferência da administração para o poder privado, há uma questão importante: como justificar gastos públicos em aparelhos esportivos que servirão para o lucro privado após alguns anos? Para o autor, são os legados urbanísticos que realmente podem ficar a longo-prazo. Nesta questão, o papel do Estado pode ser essencial, como analisaremos, para a decisão da escolha da alocação dos investimentos de forma a privilegiar setores menos favorecidos, pois, caso contrário, é possível que ocorra apenas um privilégio a zonas já favorecidas, o que apenas favoreceria a especulação imobiliária, dada a pressão empresarial. Veremos como isso ocorreu em sedes anteriores, como Barcelona 1992 e como está se desenrolando no planejamento de Londres 2012.

Setores como o turismo, impactado diretamente pela organização dos *Jogos*, podem continuar recebendo o mesmo nível de investimento e atenção após os Jogos, assim como o ambiente de negócios da cidade em questões não imediatamente relacionadas ao Esporte, se determinadas premissas forem assumidas pela organização do evento e o governo, como veremos. O histórico da mobilização da sociedade civil em prol da perfeita execução do planejamento, em especial as ações governamentais em vistas dessa questão, mantendo um importante padrão para atração de investimentos futuros, pode se constituir um dos principais *legados* para a cidade-sede. Para o futuro, é importante que a cidade recupere a memória dos Jogos por meio de monumentos, museus, atividades, com o objetivo de manter vivo o legado dos possíveis benefícios deixados para a comunidade.

A sensibilização dos agentes públicos em torno da temática do esporte enquanto atividade física que gera melhor qualidade de vida para a população em geral, e não apenas o Esporte de alto-rendimento praticado pelos atletas “de ponta”, podem representar um legado de planejamento e implementação de Políticas Públicas efetivas para o país sede, e não apenas a cidade. Os governos, ao aceitarem as garantias demandadas pelo COI para organizar os Jogos, comprometem-se diretamente não apenas com aquela organização, mas também

¹² BARNEY, Robert. Do Olympic Host Cities Ever Win? Disponível em <<http://roomfordebate.blogs.nytimes.com/2009/10/02/do-olympic-host-cities-ever-win/>> Acessado em 28/06/2011.

com a sua própria população. As melhorias tangíveis e intangíveis a partir de um megaevento devem servir de base para políticas futuras. A consecução de *legados* positivos pode auxiliar diretamente na garantia de direitos básicos como moradia, transporte, saúde, educação, dentre outras áreas.

Com relação aos impactos econômicos, é pertinente refletir que, apesar de variações no Produto Interno Bruto do país, os maiores ganhos de ordem econômica tem sido em setores específicos, como veremos sobre Barcelona e Londres. As análises sobre o *legado* econômico têm deixado de lado conquistas como a maior inserção internacional do país, como no caso da China com Beijing 2008, o que, utilizado de forma adequada, pode vir a gerar novas oportunidades de negócios, como no caso de Barcelona.

Sediar os *Jogos* também significa estimular setores econômicos ligados a uma fase pós-industrial da economia, especialmente em regiões onde as atividades industriais perderam o posto de principal atividade econômica nos últimos anos, como é o caso do Estado do Rio de Janeiro. O avanço dos setores relacionados aos serviços – turismo, esporte, sustentabilidade, entretenimento, lazer – estabelecem oportunidades e práticas que podem ser utilizadas como catalizadores de novas especializações econômicas para a comunidade local. Como aponta Gavin Poyter,

As *Olimpíadas* assumiram um crescente significado para cidades empreendedoras que procuram estimular a abordagem norte-americana para regeneração urbana e desenvolvimento, através do que os economistas têm denominado de desenvolvimento econômico com base no consumo (consumption led). O apelo desta abordagem para renovação urbana tem sido corroborado não somente pela elevada demanda decorrente de reestruturação econômica doméstica e de mudanças de modelos de consumo, mas também pelas correspondentes mudanças na economia internacional e, em particular, em setores como indústrias de mídia, telecomunicações, lazer, viagens e turismo. (POYTER, 2008:127)

Os *legados* intangíveis, relacionados a impactos não mensuráveis financeiramente – como as obras de infraestrutura, melhorias no transporte, instalações esportivas – tornaram-se um dos principais critérios de escolha da cidade-sede por parte do COI. Outra questão gira em torno de tornar a cidade-sede mais reconhecida internacionalmente como Cidade-Global, o que pode vir a ser um importante estímulo para investimentos de diversas origens e com diversas finalidades. A maior premissa está sempre relacionada à capacidade do poder

público intervir de forma direta tanto no planejamento em conjunto com o Comitê Organizador quanto no aproveitamento de planos de longo-prazo para a região e para o próprio país. Nesse sentido, a fim de garantir conquistas sociais, analisaremos a importância do Estado aliar-se ao mercado.

Além dos impactos supracitados, é importante frisar que uma edição dos *Jogos Olímpicos* pode estabelecer *legados* não apenas para o país, e principalmente para a cidade-sede, mas também para todos os envolvidos no evento em si. Podem existir benefícios no que concerne a educação olímpica, o incentivo à prática do esporte e à promoção da paz e da cooperação enquanto valores do *Olimpismo*, conforme edições anteriores. Segundo Cashman, *legado* se tornou uma palavra popular nos círculos olímpicos nos anos 1980 e 1990 quando foi usado em um sentido mais específico e objetivo pelos comitês organizadores (CASHMAN, 2003). O comitê de Atlanta 1996, por exemplo, estabeleceu uma “Operação Legado” para atrair multinacionais para a cidade e a região.

O *legado* apareceu fortemente no discurso do comitê organizador de Sidney 2000, que em seu relatório final incluiu três páginas para falar do *legado* e das oportunidades depois dos jogos. Nos documentos do IOC o termo *legado* aparece menos frequentemente. Recentemente, começaram a surgir iniciativas oficiais na entidade relacionadas ao *legado* como o Olympic Games Knowledge Service, que é responsável por transferir o conhecimento acerca do *legado* de uma sede para a subsequente. O contrato de Beijing 2008 foi o primeiro a especificar esse *legado de arquivo*.

Legado é um termo complexo de ser definido, não só por ter diversas definições, mas também por representar valores e concepções diferenciadas (HILLER, 2000). O legado está relacionado aos objetivos, metas, motivações, significados, motivos e impactos dos Jogos Olímpicos e, mais especificamente, os resultados, efeitos e impactos a longo-prazo (VOLRATH, 2005).

1.6 – Contradições e desafios para o planejamento dos *Legados Olímpicos*

A organização dos *Jogos Olímpicos* demanda o envolvimento, como dissemos, de diversos setores da sociedade, interessados nos possíveis benefícios advindos do sedimento dos *Jogos*. A possibilidade de oportunidades para toda a

sociedade contrasta (ou aparece em consonância, dependendo da execução do evento) com o espetáculo midiático não somente da disputa, mas também dos jogos em si, indicando o que especialistas apontam como características da “sociedade do espetáculo”.

Como aponta Bourg,

nesta virada de século, a economia do esporte é constituída por uma cadeia indissociável de produtos, de imagem, de capitais e de modelos de consumo que se espalham pelos cinco continentes: (...) imagens dos JO ou da Copa do Mundo de Futebol vendidas no mundo inteiro, centenas de competições tornadas espetáculos na escala planetária. (BOURG, 2005)

Ainda de acordo com Bourg, a relação entre o esporte e o dinheiro é longa. Desde os *jogos antigos*, recursos humanos e materiais consideráveis eram mobilizados. Após a Revolução Industrial, em meados do século XIX na Inglaterra, novas atividades aparecem e multiplicam as interações entre o esporte e a economia. Mas é apenas no período de 1984-86 que o esporte de competição como espetáculo entrou verdadeiramente na área do mercado com a privatização do financiamento dos *Jogos Olímpicos de Los Angeles*, a exploração comercial dos símbolos olímpicos, a criação de um programa mundial de marketing dos jogos, o abandono dos monopólios das televisões públicas, notadamente na Europa, e o lançamento concomitante de numerosos canais de televisão privados (Bourg, 2000).

O impacto da televisão na construção imaginária acerca dos *Jogos Olímpicos* acaba por influenciar, segundo Pierre Bourdieu (1997), quais modalidades esportivas devem fazer parte do calendário olímpico, assim como quais os atletas devem estar mais em evidência, seguindo a lógica comercial. Essa questão está intimamente ligada ao possível *legado* social proveniente das olimpíadas dado que políticas públicas sociais não necessariamente geram o grau de repercussão que os resultados dos Jogos, obras de infraestrutura, dentre outros, recebem.

De acordo com Bourdieu, para compreender o mecanismo de “transmutação simbólica”,

seria preciso tomar por objeto o conjunto do campo de produção dos Jogos Olímpicos como espetáculo televisivo, ou melhor, na linguagem do marketing como “instrumento de comunicação”, isto é, o conjunto das relações objetivas entre os agentes e as instituições comprometidas na concorrência pela produção e comercialização das imagens e do discurso sobre os Jogos: O Comitê Olímpico Internacional, progressivamente convertido em uma grande empresa comercial com orçamento anual de 20 milhões de dólares, dominado por uma camarilha de dirigentes esportivos e

de representantes de grandes marcas industriais (Adidas, Coca Cola, etc.), que controla a venda dos direitos de transmissão (avaliados, para Barcelona, em 633 bilhões de dólares) e dos direitos de patrocínio, assim como a escolha das cidades olímpicas; as grandes companhias de televisão (sobretudo as americanas) em concorrência (na escala da nação ou da área linguística) a pela retransmissão; as grandes multinacionais (Coca Cola, Kodak, Ricoh, Philips, etc.) em concorrência pelos direitos mundiais sobre a associação com exclusividade de seus produtos com os Jogos Olímpicos (enquanto fornecedores oficiais); e enfim os produtores de imagens e comentários destinados à televisão, rádio ou aos jornais (em número de 10.000 em Barcelona) que estão comprometidos em relações de concorrência (...)"(BOURDIEU, 1997: 125-126).

Todos esses atores estariam envolvidos no incremento à competição, a partir da tentativa de torná-la planetária. Em diversos Estados *políticas esportivas* foram estimuladas, pautadas na ênfase do *esporte de alto* rendimento, valorizado internacionalmente. Porém, essas *políticas de esporte* não foram necessariamente conectadas às *políticas sociais*.

Ademais, precisamos sublinhar que uma das maiores influências da televisão dá-se sobre o *programa olímpico*. Essa influência permitiu a expansão global dos esportes olímpicos. Esse é um tema controverso, pois na maioria dos países a decisão a respeito de quais esportes mostrar – e de que forma fazê-lo – caberá às necessidades da rede de transmissão que precisa, entre outras coisas, gerar espectadores para as propagandas. Nesse ínterim, leva-se em conta os esportes pelos quais os produtores possuem mais familiaridades e as identidades nacionais de prováveis medalhistas, muito mais do que as oportunidades de desenvolvimento esportivo (KIDD, 2003).

Além da influência sobre o *programa olímpico*, a comercialização dos *Jogos* acarreta outros tipos de desafios e questões. Na visão deste trabalho, o mais importante dos desafios está na ênfase da *espetacularização do negócio* em detrimento da problematização do *legado social*.

A maior parte dos especialistas desfavoráveis à visão de que é possível um *legado* positivo a partir dos *Jogos* analisam que o evento é de curta-duração e, portanto, não teria capacidade de estabelecer políticas de longo-prazo. Na visão deles, o ideal seria focar em melhorias para a cidade como um todo, independentemente da realização das *Olimpíadas*. O *legado* pode, inclusive, representar um ônus a mais para o Comitê Organizador, que demanda uma estrutura maior, mais gastos e uma mobilização após os *Jogos*.

Ainda no campo das críticas levantadas contra o sedimento dos *J.O.*, existe também a questão de privilegiar determinadas regiões da cidade deixando de lado os locais menos privilegiados. O problema, nesse caso, está no fato de que todos acabariam sendo afetados tanto em termos de custos quanto de mobilização, em especial os que possuem menos recursos, mas os maiores privilégios, quando não se há um planejamento adequado, ficariam com os mais abastados da sociedade.

Zimbalist argumenta que dentre os possíveis benefícios para uma cidade-sede dos *jogos olímpicos* provavelmente aquele com maior impacto é o dos ganhos com o turismo. Todavia, mesmo neste setor, é possível apontar para algumas questões: Mesmo atraindo mais visitantes com a finalidade de turismo na cidade-sede, outros tipos de visitantes, como os que visitam a cidade a negócios, podem evitar visitar a cidade temendo os preços altos e a superlotação. Além disso, na questão da hospedagem, mesmo que, durante os *jogos*, as taxas de ocupação e de preços aumentem, o lucro final obtido por redes internacionais de hotel é enviado para seus países de origem, diminuindo o impacto na cidade-sede. Outra questão está relacionada ao fato dos organizadores geralmente acreditarem que a exposição da cidade pode atrair mais visitantes. Todavia, a longo-prazo é difícil manter a percepção positiva com relação à cidade, ainda mais se problemas poluição, atos terroristas, dentre outros, prejudicarem os *jogos* (ZIMBALIST, 2010).

Outro ponto levantado pelo autor diz respeito ao fato de, dos *jogos* de Los Angeles 1984 até Beijing 2008, apenas esse primeiro ter conseguido um apoio privado substantivo. Todas as demais sedes não conseguiram a mesma proporção de financiamento privado. Este fato está diretamente relacionado ao aumento da dívida pública em várias das sedes anteriores, dado que, entre o período em que a cidade é anunciada como sede e o ano dos *jogos* de fato, o orçamento aumenta substancialmente devido a fatores como aumento dos custos e do preço da terra ao longo dos anos, e ao fato do orçamento inicial ser apenas o do Comitê Organizador, que não possui as prerrogativas de modificações urbanas (ZIMBALIST, 2010).

Hiller (2003) argumenta que os *Jogos*, por serem articulados por um órgão externo à cidade, o COI, representam uma invasão (apesar de ser, por vezes, bem-vinda) no processo urbano normal e no processo de tomada de decisões da cidade. As cidades são, muitas vezes, forçadas a modificarem a trajetória normal de seu planejamento urbano para se adequarem a uma candidatura de sucesso. O plano

para os *Jogos* tem sido encarado como um plano urbanístico. Um planejamento responsável deve se preocupar também com o contexto urbano, não apenas como um efeito residual, mas como um objetivo simultâneo.

Para a autora, outros desafios relacionados ao urbanismo da cidade dizem respeito ao fato de que nem todos os grupos sociais são favoráveis à realização das *Olimpíadas*. Por mais que haja apoio popular, nem sempre todos concordam que a organização dos Jogos torne-se a prioridade da cidade durante os setes anos que sucedem a escolha e antecedem a realização deles. Neste intervalo de sete anos, a cidade deve adequar-se a prazos e estratégias definidos pelo COI em comum acordo com o Comitê Organizados, o que nem sempre é adequado para planos previamente estabelecidos pela comunidade impactada. Muitas vezes, existe (ou não) a necessidade de alteração de pontos do plano aprovado pelo COI, como no caso da localização de instalações esportivas, o que pode gerar atritos entre a cidade e a organização.

Hiller (2003) aponta ainda quatro categorias de impacto urbano:

- 1) A primeira diz respeito ao ambiente construído e inclui as tentativas de adicionar novas estruturas (algumas vezes com uma arquitetura interessante), transformar o espaço urbano de áreas específicas da cidade, e melhorar a infraestrutura urbana;
- 2) A segunda é essencialmente econômica e foca em como as olimpíadas podem evoluir com desenvolvimento econômico, promover o turismo e prover um cenário atraente para o investimento no país, região, cidade;
- 3) O impacto psicológico social do evento. Qual o humor que gera na população em geral da fase de postulante até a ocorrência do evento? Que memórias o evento deixa para os residentes urbanos? Existem controvérsias como questões como dívidas? Os jogos transformaram a percepção dos próprios moradores? Como?;
- 4) Outro impacto é a cidade enquanto comunidade ou pluralidade de comunidades. Que conflitos internos os Jogos reforçaram ou criaram? Que efeitos os Jogos tiveram nos líderes das cidades? Quem foi visto como os vencedores de sediar os Jogos e os perdedores? Até que ponto houve mobilidade de pessoas e qual a extensão dos benefícios econômicos serem vistos apenas como bons para grupos determinados como o turismo e a construção?

Diante de tantas questões, é necessário refletirmos sobre alguns pontos. Rose e Spiegel argumentam que o Rio de Janeiro ganhou o direito de sediar os *Jogos* de 2016 com um orçamento de U\$ 15 bilhões. Grande parte deste montante, segundo os organizadores, serão destinados a melhorar o sistema de transporte da cidade. Porém, segundo os autores,

como justificar estes investimentos apenas diante da necessidade de organizar os *jogos* se eles já eram necessários mesmo sem estes? Para os economistas a resposta é geralmente negativa, pois, para estes, não se justificaria dispêndios públicos em contextos de megaeventos já que os efeitos economicos positivos são raros e geralmente negativos (ROSE, SPIEGEL, 2010).

Todas estas questões colocam ainda mais em realce a premissa de que os *Jogos* devem estar firmemente enraizados nos processos urbanos de tomadas de decisão regulares da cidade, como analisaremos ao longo deste trabalho.

1.7 – A Sociedade do Espetáculo e a Questão Social

Os *Jogos Olímpicos* transformaram-se nos últimos anos em um grande espetáculo esportivo, um megaevento com amplas dimensões, que demanda uma grande mobilização de atores envolvidos em seu processo de realização. Todavia, ao analisarmos as origens dos *Jogos* perceberemos que eles sempre estimularam a curiosidade e a vontade de participação de diversas gerações e civilizações. A diferença para as *Olimpíadas* modernas, no entanto, está na crescente mercantilização do esporte enquanto produto rentável. A problematização dessa questão favorece a reflexão em prol de benefícios intangíveis, além dos tangíveis, para as cidades-sedes ao se pensar estratégias para sua concretização.

Durante os *Jogos Olímpicos*, e nos sete anos que os antecedem (mesmo que de forma menos intensa), o esporte é muitas vezes tratado como mecanismo de identidade e unificação nacional. Ao longo da trajetória dos diversos campeonatos, nas mais variadas modalidades esportivas, o espírito nacionalista é evocado em meio a valores pretensamente universais. O espetáculo da disputa encontra eco na vontade social de se mobilizar em prol de uma causa, seja ela a disputa contra outras nações, seja ela a transformação social pelo esporte. O espetáculo visto *in loco* diferencia-se do televisionado dadas as seleções de imagens e ênfases tanto nos interesses mais comerciais quanto na construção de mitos e tragédias. O jogo é a *espetacularização* do negócio que movimenta o mercado, mas dessa vez o

consumo não demanda o indivíduo isolado, capitalista, megalomaniaco, mas o sujeito coletivo, nacional.

A relação social estabelecida entre atletas, organizadores, público, empresas, governos e demais envolvidos é mediada pelas imagens reproduzidas pelos meios de comunicação. As análises sobre o esporte, a glorificação e a queda de heróis, a valorização de um padrão estético e comportamental, constituem tipos de relações sociais que são alteradas de acordo com interesses midiáticos, muitas vezes determinados por cotas de patrocínio e índices de audiência. Como aponta Guy Debord, “O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real” (DEBORD, 2003: 10).

Os esportes profissionais hoje percebem e se aproveitam da lógica do espetáculo da mercantilização de diversos produtos associados a eles. A propaganda, a mídia e o marketing apropriam-se do ideal de competição justa, do culto ao corpo atlético e da exibição do que “é bom” na sociedade. Ainda hoje, apesar de toda a concorrência das novas mídias conectadas à internet, a televisão constitui-se locus privilegiado de toda essa estratégia comercial em torno da prática esportiva, em especial a de alto rendimento. A televisão e a mídia em geral promovem o espetáculo do esporte. É a partir da mídia que a existência social do indivíduo é modelada e é por meio do índice de audiência que a lógica do comercial se impõem às produções culturais (BOURDIEU, 1997). Não é a toa que “levadas pela concorrência por fatias de mercado, as televisões recorrem cada vez mais aos velhos truques dos jornais sensacionalistas, dando o primeiro lugar, quando não é todo o lugar, às variedades e às notícias esportivas (...).” (BOURDIEU, 1997:73).

Na cadeia de consumo do esporte, encontramos desde os praticantes eventuais de modalidades esportivas, que utilizam os materiais esportivos anunciados pelas grandes celebridades midiáticas da modalidade de sua preferência, até o patrocínio na camisa de um clube de futebol e a renda proveniente da transmissão televisiva dos jogos. Junto com o turismo e a cultura, o esporte configura-se como uma das principais áreas do entretenimento, pelo volume mobilizado ao seu redor e pela capacidade de mobilização de interesse e participação.

Como parte fundamental da economia do esporte, os *Jogos Olímpicos* também são capazes de serem enquadrados em outras categorias de entretenimento. O evento é também uma mobilização cultural, um incentivo às diversas formas de lazer e, como no caso do presente estudo, um agente de transformação social e urbana desde que atenda a determinadas premissas.

Nosso desafio é, pois, compreender esse produto da *sociedade do espetáculo*, outrora associado a uma ideologia holística do *bem viver* e da *promoção da paz* que, apesar de guardar no discurso do COI esses *valores originários*, desponta como negócio que mobiliza esforços não só do mercado, mas também – e principalmente – do Estado. Se tivermos como premissa a urgência de um projeto *pré-sediamento* como garantia de sucesso *pós-Jogos*, resta-nos averiguar em que medida a cidade do Rio de Janeiro se preparou para esse desafio de 2016. Afinal, se por um lado, temos o discurso entusiasta do Estado e de alguns setores empresariais frente aos *Jogos*, por outro temos as críticas de determinados segmentos da *sociedade civil organizada*, alegando fragilidades no projeto olímpico carioca, que refletiria a própria fragilidade da cidade em termos de segurança e infraestrutura.

Ao invés de assumirmos a hipótese de que o Rio de Janeiro não está preparado para o sedimento – ou, pelo menos que não reúne TODAS as condições necessárias para tal – vamos analisar os documentos apresentados ao COI e compará-los aos discursos posteriores dos críticos e dos entusiastas. Antes, todavia, apreciemos as experiências de Barcelona e Londres. Esse será o foco do capítulo que segue.

Finais de Competições

(Capítulo II)

Ao estabelecermos parâmetros de comparação entre realidades, trajetórias e épocas diferentes devemos sempre ter em mente a necessidade de sabermos reconhecer que estas variáveis influenciam diretamente os resultados, mesmo quando a pesquisa é conduzida com base em dados *aparentemente auto-explicáveis*. Contudo, no caso de nosso estudo, ainda que sejam distintos os perfis de cidades em épocas históricas diversas, é possível inquirir como os *Jogos Olímpicos* mudaram, estão mudando e poderão mudar a realidade de locais-sede diferentes, desde que estejamos atentos às premissas previamente colocadas.

A realidade da Espanha, por exemplo, e mais especificamente a de Barcelona, assemelhava-se bastante, antes do sedimento, à do Rio de Janeiro, no que diz respeito ao esvaziamento de suas funções produtivas, especialmente as ligadas à indústria, em face de um novo arranjo produtivo internacional, mais globalizado e dinâmico.

O governo e a sociedade civil de Barcelona aproveitaram determinados aspectos, assim algumas das potencialidades e oportunidades proporcionadas pela organização de um megaevento esportivo. Nos sete anos que antecederam 1992, houve um forte engajamento de diversos atores sociais no processo de transformação e adaptação da cidade não só aos *Jogos*, mas a uma nova realidade.

Atualmente, podemos estabelecer paralelos, como veremos mais adiante, entre o sucesso dos *Jogos* de Barcelona e a implementação do *plano olímpico* da cidade de Londres para os *Jogos* de 2012. Assim como Barcelona, Londres apostou na regeneração e na reintegração de áreas degradadas e não dinâmicas da cidade às novas demandas e realidades modernas. Uma das zonas mais periféricas da região da Grande Londres, o Thames Gateway, está sendo totalmente remodelada aproveitando a execução do *projeto olímpico* como catalizador de investimentos e divulgação. Existem planos de aproveitamento turístico e de outros ramos de serviços, setor este cada vez mais responsável pelo *Produto Interno Bruto* mundial.

O Rio de Janeiro, cidade marcada fortemente por contrastes, tem a oportunidade de seguir a trilha deixada pelos casos bem sucedidos supracitados

para utilizar o evento como impulso a uma transformação maior em direção a um novo momento em sua história. Até 2016, data da realização dos *Jogos*, o poder público em consórcio com o setor privado e com a sociedade civil organizada, implementará o acordo com o COI tentando realizar a tão aguardada “melhor edição de todos os tempos”¹³.

A comparação entre estes três casos: uma ex-cidade-sede, uma cidade que está no final da implementação de seu *plano olímpico* e uma cidade no início do mesmo processo, somente é possível quando temos em mente, como já salientado, as diferentes trajetórias – não somente históricas, mas também institucionais – entre eles.

Apesar de partir de realidades diferentes, devemos considerar o ponto de chegada como sendo o mesmo: a realização de edições bem-sucedidas dos *Jogos Olímpicos*. O que demanda maior atenção, entretanto, é a escolha das áreas consideradas essenciais para a análise de sucesso ou de fracasso do processo de concretização do planejamento para os *Jogos*. A questão social e a transformação urbana ganham destaque quando procuramos mensurar os benefícios dessas *mudanças patrocinadas* para o conjunto da população, em prazo mais longo e duradouro.

2.1– A dependência da trajetória

Antes de refletirmos a respeito das especificidades de cada caso que será analisado - Barcelona e Londres - torna-se interessante apresentar o marco teórico que nos servirá de instrumento para compreender como as trajetórias históricas e institucionais podem fornecer ferramentas para a compreensão do sucesso das sedes e do planejamento conforme já colocado antes.

2.1.1 – Novas leituras sobre a Globalização

¹³ Quando uma cidade-sede supera as expectativas e realiza Jogos Olímpicos de altíssima qualidade, dentro dos parâmetros do COI e da opinião pública mundial, é de praxe que o presidente da entidade declare que foram os “melhores Jogos de todos os tempos” na Cerimônia de Encerramento. Quando se dá o contrário, isto simplesmente não ocorre, desapontando os organizadores e a população local.

Conforme aponta Eli Diniz (2007), é possível identificar atualmente uma terceira geração de interpretação com relação à Globalização nos trabalhos de Ha Joon Chang (2004), Joseph Stiglitz (2002) e S. Reinert (2007), dentre outros autores. Esta interpretação propõe uma revolução na compreensão da *globalização*, antes vista sob um aspecto unívoco – sob o ponto de vista *neoliberal* – cuja mola propulsora deslocou-se para o mercado financeiro. Além do marcante foco na economia, a antiga visão a respeito do processo de globalização era bastante determinista, pois pressupunha que a dinâmica do sistema financeiro mundial tinha efeitos inexoráveis, decisivos e não haveria margem para alternativas senão o esforço de se integrar a esse sistema nos termos determinados pela lógica do movimento do capital financeiro.

O processo de globalização em seu formato *neoliberal* foi acentuado pelo predomínio do receituário neoclássico nos anos 90, com o *consenso de Washington*. A agenda do *Consenso*¹⁴ seria fundamental para todas as partes do mundo inseridas no sistema econômico internacional, dada a ideia da convergência, da agenda única, que prevalecia.

A terceira geração teria submetido esta visão dominante nos anos 80 e 90 a uma crítica contundente, baseada na formulação acadêmica de qualidade, das universidades de ponta em todo o mundo, que contam com um forte poder de propagação das ideias. Stiglitz (2002), Chang (2004) e Reinert (2007) convergem para essa visão crítica. Eles adotam uma perspectiva comparada que visa analisar diferentes estratégias com o objetivo de ilustrar os argumentos centrais e fornecer evidências aos argumentos baseando-se em dados, estatísticas, estudos etc. Para esses autores, as instituições domésticas são importantes e a utilização ou não dos graus de liberdade existentes para atingir objetivos próprios vão explicar por que alguns países fracassaram e outros tiveram êxito. Poderemos, adiante, traçar semelhante paralelo com as sedes dos *Jogos Olímpicos*.

¹⁴ A expressão foi cunhada por John Williamson em 1989, descrevendo as recomendações econômicas que grande parte dos organismos multilaterais e o governo dos Estados Unidos consideravam apropriadas para o contexto no qual a América Latina estava inserida. Segundo TAVARES E FIORI (1993), o consenso seria « um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes

Segundo essa nova visão, o grau de inserção do país no novo contexto internacional depende não somente de um corpo burocrático eficiente, mas também de decisões políticas estratégicas por parte dos governantes, ou seja, decisões de fato comprometidas com uma visão de longo-prazo para seus países. Uma inserção autônoma e soberana nesse novo contexto demanda Estados ativos, com visões claras e objetivas acerca dos ganhos que esperam obter com as relações com outros países. Para o sucesso social e urbanístico da realização das *Olimpíadas*, essa questão é essencial, pois somente com a atuação decisiva do poder público é possível uma coordenação com o setor privado e com os demais setores da sociedade a fim de incorporar o planejamento dos *Jogos* aos objetivos de longo-prazo da cidade.

É neste cenário de pensamentos diversificados a respeito do desenvolvimento que podemos identificar a teoria acerca das *variedades de capitalismo*. Considerando um novo papel para o Estado, permitindo que coexistam diversos formatos de relação entre o Estado e o mercado, os estudos acerca das *variedades de capitalismo* estabelecem um contraponto ao pensamento único advogado pela *teoria neoliberal*.

Ainda a respeito dos debates sobre a globalização, Linda Weiss (2003) faz alguns questionamentos acerca da posição do Estado em um mundo de mudanças e fluxos financeiros rápidos. Em primeiro lugar, questiona o papel do Estado em questões como as políticas sociais e econômicas, discordando que exista uma ligação entre o processo de globalização e mudanças estruturais nos Estados. Ainda existe espaço para a produção de Políticas como as sociais e industriais, segundo ela.

Por sua vez, Robert Wade (1990) defende uma sinergia caracterizada por projetos compartilhados entre o Estado e o mercado. O autor acredita que deva existir uma relação estreita do Estado com o setor privado com o objetivo de formarem uma produção competitiva, inclusive no mercado internacional. Segundo ele, é muito importante que redes de conexão entre o Estado e o mercado sejam articuladas, enfatizando que o mercado deve guardar sua autonomia. Robert Wade (1990) fala do mercado governado pelas elites estatais, em uma “conexão sinérgica”, combinação de instrumentos e mecanismos através do qual o Estado estabelece a rede de conexões entre as elites governantes, os técnicos, agentes

econômicos e demais atores. Os trabalhadores organizados também podem ser inseridos, tal como no modelo do Estado de Bem-Estar.

Para Wade (1990), o mercado governado constitui-se por intermédio de arranjos políticos, garantindo investimentos pesados do Estado na produção. O papel do Estado na proposta dele é conduzir, guiar, mas não ir atrás do empresariado, ficando “a reboque” dos interesses privados, dos grupos de interesse, pois assim ele acabaria “capturado”. O Estado também deve selecionar as indústrias a serem incentivadas, de forma temporária. É necessário, segundo ele, criar instrumentos de governança econômica para administrar os conflitos existentes.

A análise de Wade nos fornece instrumentos importantes para analisarmos a essencial conexão entre o setor público e o privado durante a execução do *plano olímpico*. Segundo nossa premissa, é a partir da articulação entre esses dois atores sociais que é possível a constituição de instituições capazes de realizar não somente o plano dos *Jogos*, mas também integrar a visão estratégica do poder público aos interesses do setor privado na transformação urbana e na melhoria social. Vale a pena ressaltar o destaque dado à necessidade de não “captura” do Estado pelo setor privado, o que se aplica ao nosso estudo na questão de manter o interesse geral da população, em áreas como o legado social, apesar da crescente mercantilização das *Olimpíadas*.

Dani Rodrick (2002) aponta que Mercados e Estado são complementares. Segundo o autor, essa ideia chegou tarde aos países em desenvolvimento. Nos anos 50 e 60, houve uma ideologia antimercado, o setor privado foi encarado com ceticismo, e a estratégia de desenvolvimento foi estatizante. Nos anos 80, houve uma transformação radical com o *Consenso de Washington*. Neste contexto, o papel atribuído ao Estado é a educação, em uma tentativa de enxugar o Estado, com pouca complementariedade entre Estados e mercados. Nos últimos anos do séc. XX houve um revigoramento da capacidade do Estado. Outra ideia muito importante apresentada pelo autor é que há um novo desafio para as nações em desenvolvimento: conceber formatações próprias para a complementaridade entre mercados e Estados.

A visão de Rodrick vai ao encontro de nossa análise a respeito de como o projeto que está sendo implementado pelo Rio de Janeiro pode, ou não, ser bem sucedido na geração de um legado social e urbano positivo. Ao analisarmos adiante

o formato de coordenação, ou não, entre o Estado e o mercado nos casos de Barcelona e Londres, será possível traçarmos um paralelo com o modelo de interação entre estes dois atores sociais no caso brasileiro. Partiremos da premissa que uma maior coordenação entre Estado e mercado pode ser um elemento facilitador no que concerne a incorporação do legado ao planejamento dos Jogos.

2.1.2 – Variedades de capitalismo e o caso brasileiro

Para efeitos desta pesquisa, a análise a respeito das *variedades de capitalismo* dialogará com autores que contribuem para uma análise diversificada a respeito do papel do Estado na definição desta teoria, considerando inclusive a possibilidade da existência de modelos em outras regiões fora do centro tradicional, como Ross Ben Schneider (2007). Os autores divergem, no entanto, com relação à novidade ou não dos modelos empregados pelos governos “progressistas” na região da América Latina, o que dialoga com a questão refletida nesta pesquisa.

Ross Ben Schnider Schinder (2007) aponta para o fato de uma distinção entre princípios de *alocação* e *comprometimento* ajudar a especificar a lógica subjacente de quatro tipos ideais de variedades de capitalismo: economias de mercado liberais (LMEs), economias de mercado coordenadas (CMEs), economias de mercado rede (NMEs), e economias de mercado hierárquicas (HMEs) ¹⁵. Em síntese, lógicas diferentes compõem relações entre os agentes econômicos em cada variedade – mercados, negociação, confiança e comando, respectivamente – e conduzem a diferenças marcantes nessas quatro variedades, em especial a relação entre emprego e trabalhadores, governança corporativa, relações interfirmas e regimes de capacidades. Além disso, as interações dinâmicas ou complementares entre essas esferas de organização econômica diferem ao longo dessas quatro variedades, assim como os fatores que promovem coerência e isomorfismo em cada variedade. Essa tipologia expandida facilita uma análise comparativa mais ampla das *variedades de capitalismo* além dos casos comuns no mundo desenvolvido, incluindo os países em desenvolvimento da América Latina, Ásia ou qualquer outro lugar.

¹⁵ Liberal Market Economies (LMEs); Coordinated Market Economies (CME); Networks Market Economies (NMEs); Hierarchical Market Economies (HMEs).

A busca de Schinder (2007) pela inclusão dos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, em sua análise é uma grande inovação aos estudos das *variedades de capitalismo*. Esse autor considera que os países em desenvolvimento enquadram-se na *variedade hierárquica*.

Schinder aponta que os maiores países em termos de PIB da América Latina, apesar de guardarem similaridades, possuem algumas características que os diferenciam dos demais. Países como o Brasil e o Chile estariam migrando para formas de economia de mercado liberais com relação a tópicos como a governança corporativa, onde as características atuais apesar de ainda não poderem ser enquadradas nesse modelo, indicam uma orientação em direção a ele. Segundo o autor, o Brasil possui “ilhas” de coordenação que garantem ao país um maior dinamismo e competitividade em determinadas áreas como a da aviação civil. Apesar disso, e na visão do presente estudo, o Brasil ainda manteria grande parte das características de uma economia de mercado hierárquica.

As aplicações nacionais dos estudos da *variedade de capitalismo* esclarecem alguns pontos a respeito da necessidade de uma definição de uma estratégia de desenvolvimento para o país quando aplicadas e analisadas de forma bem sucedida a contextos de países específicos. A forma de economia de mercado para a qual o Brasil se encaminha é questionada no sentido em que ainda há uma indefinição sobre o fato de países em desenvolvimento se encaminham para um modelo pré-estabelecido, como o *liberal* ou o *coordenado* dos países avançados, ou se estamos diante da construção de um modelo específico para esses países. A problematização destas definições auxilia a reflexão de como se dá a interação entre Estado e Mercado no Brasil, o que possibilita a comparação com os modelos espanhol e inglês.

Mahrukh Doctor (2007), por exemplo, aponta que a discussão no Brasil estará centrada na busca de um equilíbrio entre crescimento e equidade. No momento atual, o desafio é a busca de um equilíbrio entre esses dois aspectos, após a consideração no passado de um jogo de soma zero entre ambos. A abordagem de *variedades de capitalismo* é inovadora, pois analisa o setor privado a partir do nível micro, de baixo para cima, ou seja, das relações empresariais com relação ao Estado, *bottom up*. Doctor concorda com Schinder (2007) que a aplicação da abordagem pode iluminar a análise das interações entre empresas e estados nos

países emergentes, desviando o foco para as empresas, dando importância para as abordagens de indústria, para onde as empresas se encontram.

Analisar onde o Brasil se enquadra nessa classificação e provocar um debate, são as metas da análise da *variedade de capitalismo* brasileira feita pela autora. O arcabouço institucional no Brasil não corresponde a um dos tipos ideais, seria a primeira hipótese, segundo ela. Outra hipótese seria que aqui no Brasil o regime acabou em uma variedade híbrida ou ainda está evoluindo para um dos dois tipos, e *se ainda está evoluindo, em que direção?*

Como indica Doctor (2007), o Brasil caminha para a direção de um mercado liberal. Existe, todavia, uma *dependência da trajetória* que “atrapalha” esse caminho. O governo Lula deu uma ênfase maior à coordenação, segundo Doctor (2007); no entanto, a presença clara de ações do tipo economia de mercado liberal no comportamento das empresas, no meio da predominância das feições coordenadas, o Brasil poderia ser classificado como uma variedade híbrida.

Diniz (2009) em “Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento” sugere que a partir do referencial teórico das variedades de capitalismo é possível:

Pensar o Estado, a empresa, o mercado, as associações e os grupos de interesse como parte integrante de um dado regime produtivo, no sentido de que estão inseridos numa configuração institucional mais abrangente, a qual define as regras, valores, incentivos e restrições que condicionam o desempenho dos diferentes atores.” (DINIZ, 2009:12).

2.1.3 – Instituições e Megaeventos Esportivos

Partindo da consideração de Doctor (2007) de que o Brasil representaria um modelo híbrido, dada a ênfase no governo atual a uma maior coordenação entre Estados e empresas e a ainda persistente característica liberal no comportamento das empresas, é possível pensar que a organização dos megaeventos esportivos no país poderá trazer a bem sucedida experiência dos *Jogos Olímpicos* em Barcelona e do projeto dos *Jogos* de Londres para a realidade do país caso haja a coordenação entre Estados e Mercados tanto na execução das obras de infraestrutura quanto na organização do legado.

Hodgson (2004) considera “the definition of an institution, seeing it essentially as a system of established and embedded social rules” (Hodgson, 2004:14). Segundo o autor, algumas instituições emergem de forma espontânea e estabelecem suas próprias políticas. Outras requerem agentes externos para o seu funcionamento. Além disso, algumas instituições possuem regras formais e as demais possuem regras informais. A ideia de haver uma instituição totalmente sem regras seria utópica, segundo ele.

Considerando o mercado como instituição, e pensando que as instituições não somente são capazes de constranger determinados comportamentos, mas também de permitir a atividade em diversas formas, é possível pensar que o mercado constitui-se de um sistema de regras, logo, também permite e constrange comportamentos. A forma como as instituições afetam os indivíduos podem trazer consequências para o desenvolvimento econômico, segundo Hodgson (2005). O processo de desenvolvimento econômico envolve uma mudança de mentalidades individuais, em um processo longo que envolve também a organização de relações sociais e estruturas. Este processo envolve tanto uma legislação cuidadosa quanto esforços para encorajar o desenvolvimento de hábitos e aspectos culturais consistentes com as metas da política econômica. Para o autor, não existe argumento que comprove que instituições econômicas apropriadas desenvolvem-se por conta própria, mesmo que em nome da liberdade individual e da auto-organização.

Para Chang e Evans (2000), as instituições “are systematic patterns of shared expectations, taken-for-granted assumptions, accepted norms and routines of interaction that have robust effects on shaping the motivations and behavior of sets of interconnected social actors” (Chang; Evans, 2000:2). Em seu artigo, “The role of institutions in Economic Change” (2000), os autores defendem uma abordagem institucionalista para o crescimento econômico. Segundo eles, uma teorização adequada do papel das instituições na mudança econômica deve considerá-las enquanto construídas em resposta à mudanças de interesses e ideologias, por um lado, e constituidoras de interesses e ideologias, por outro. A perspectiva institucionalista pode ganhar mais força dependendo de fatores políticos e intelectuais, de acordo com a capacidade de mobilização dos atores sociais envolvidos.

Rodrik (2004:10), por sua vez, recuperando um argumento apresentado em outro trabalho, aponta que

But the initial spurt in growth can be achieved with minimal changes in institutional arrangements. In other words, we need to distinguish between *stimulating* economic growth and *sustaining* it. Solid institutions are much more important for the latter than for the former (Rodrik, 2003)”

De acordo com o autor, com o crescimento estabelecido, é mais fácil manter um ciclo onde o crescimento e a transformação institucional se alimentam. Os países não necessitam de um grande esforço em termos de reforma institucional para começar o crescimento, como sugerido pelo Consenso de Washington.

Richard Nelson (2001) argumenta que a compreensão das instituições como tecnologias sociais largamente aplicadas é coerente, e que o avanço das tecnologias físicas possuem papel preponderante no crescimento econômico. As tecnologias sociais acabam por permitir ou constranger a implementação e o desenvolvimento de tecnologias físicas. A linguagem, o dinheiro, a lei, sistemas de pesos e medidas, firmas e outros tipos de organização são todas instituições. A interação entre indivíduos e instituições perpassam ambas as vertentes de institucionalismo.

Todavia, para o neoinstitucionalismo, os indivíduos já estão dados, e estes influenciam as instituições. Para o antigo institucionalismo, o comportamento dos indivíduos é constrangido pelas instituições, com as instituições fornecendo informações e *enculturando* os indivíduos. Por fim, para fins deste trabalho, vale enfatizar a concepção de que para o novo institucionalismo os mercados são dados e os Estados são mínimos, úteis para proteger os direitos de propriedade. No antigo institucionalismo, em oposição, os mercados são instituições e os Estados desempenham papel fundamental na economia, mesmo no *laissez-faire*.

A organização de um megaevento envolve um planejamento prévio e demanda que tanto o comitê organizador quanto os órgãos governamentais e empresas envolvidas executem as obras e programas com bastante antecedência. A coordenação entre governo e empresas é essencial, no sentido do modelo de alguns países europeus de coordenação, objetivando que não somente o que foi planejado para a perfeita execução do evento seja realizado, mas também para que tanto a infraestrutura quanto os demais aspectos do legado sejam de fato alcançados.

Modelos bem sucedidos de execução de megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992 e a Copa do Mundo de Futebol na Alemanha em 2006, por exemplo, passaram a condução dos governos no sentido de influenciarem as empresas e as populações locais a construir um legado definitivo para suas regiões. As melhorias nos transportes, nas instalações esportivas, nos programas governamentais, e na própria economia dos países e cidades demandam o envolvimento de todos em torno de objetivos comuns de utilização dos gastos com os eventos para o legado.

A trajetória brasileira ainda demonstra um país com características de interação liberal entre empresas e governos e, principalmente entre as empresas, o que dificulta a implementação de uma maior coordenação. No entanto, a construção de instituições sólidas, capazes de alterar comportamentos individuais e coletivos, tendo como finalidade ampliar a coordenação mercado x governo, poderá ser a base para um maior legado, conforme veremos nos próximos capítulos.

A instituição *esporte* também deve ser explorada, não somente por ser o centro dos megaeventos esportivos, e o sentido último de todo o esforço empreendido, mas também por favorecer o espetáculo da mídia e o envolvimento da população. A partir do esporte, programas sociais como o programa “Segundo Tempo” do governo federal, que envolve a prática esportiva em escolas públicas após o horário de aulas, podem ser incrementados, como discutiremos adiante. Além disso, a partir da mobilização popular permitida pelo esporte, novas oportunidades de negócios podem ser obtidas, permitindo a geração de novos empregos e especializações profissionais.

2.2– Barcelona 1992

O maior objetivo político a partir do sedimento de uma edição dos *Jogos Olímpicos* é conseguir transformar a cidade-sede e, de certa forma, auxiliar o processo de desenvolvimento de todo país, a partir de transformações urbanas e sociais. A partir dos Jogos de 1992, toda a região da Catalunha, especialmente a cidade de Barcelona, e a própria Espanha, foram transformadas.

A partir dos Jogos, Barcelona se tornou um dos principais polos turísticos europeus e a identidade do povo catalão foi promovida, assim como o bem-estar de,

ao menos, determinados grupos. A grande aposta de Barcelona em termos urbanísticos foi desenvolver, a partir dos Jogos, um ambicioso plano de urbanização que já possuía algumas linhas mestres desenhadas antes mesmos da notícia de que a cidade sediaria os Jogos, sete anos antes.

A maior parte das estruturas construídas permanentemente ou temporariamente para o evento foi feita em localizações da cidade e da região que poderiam se beneficiar com a atração de investimentos. A partir dessa decisão, a qualidade de vida da população diretamente impactada, e que poderia usufruir dos novos serviços oferecidos, sofreu uma melhora, assim como o nível econômico, dada a atração de novos negócios, eventos e visitantes, ou seja, do impacto no ambiente econômico. O investimento no esporte de alto rendimento também gerou resultados positivos dado que a Espanha alcançou posições cada vez de maior destaque nas competições esportivas internacionais e melhorou sua colocação no quadro final de medalhas das *Olimpíadas*.

O planejamento para os *Jogos* de 1992 envolveu um esforço para reformular o perfil econômico de toda a região da Catalunha. Como discutimos anteriormente, na década de 1980, diversas regiões do mundo, em especial determinadas cidades dos países desenvolvidos, passaram por um desafio de se integrar à reestruturação econômica causada pela maior integração comercial a partir da Globalização em seu formato neoliberal. A cidade de Barcelona, em meio à crise de identidade com relação a sua vocação produtiva, passou a ser considerada em um caso de sucesso internacional em poucos anos.

A cidade, que após a morte do ditador Franco, em 1975, viu ascender movimentos sociais e urbanos, além de um coletivo de indivíduos que pensavam a cidade que desejavam no futuro, conseguiu desenhar um *Plano Geral Metropolitano* que substituiu, em grande medida, o interesse privado pelo público. Apesar de o Plano datar um período anterior ao da redemocratização, foram os movimentos sociais os responsáveis por reverter o quadro geral de privilégio ao privado em detrimento do público. Neste momento, os esforços dirigiram-se para que a cidade voltasse-se para o mar e que integrasse as regiões afastadas. A partir da oportunidade de sediar os Jogos Olímpicos, a cidade compreendeu que poderia colocar em prática um novo modelo de urbanização e que, concretizando a reforma

do porto e a abertura de grandes vias rumo aos arredores, iniciaria obras para as Olimpíadas e para todos.

2.2.1 – O Plano dos Jogos

O plano dos *Jogos* de Barcelona 1992 previu um estudo que apresentava questões iniciais básicas que dialogavam com as dúvidas da população: 1) É desejável para um país organizar os *Jogos Olímpicos*? 2) O projeto atende aos interesses de Barcelona, da Catalunha e do resto da Espanha? 3) É possível que Barcelona vença a nomeação? 4) Estamos preparados para conduzir os *Jogos*? O que nos falta? 5) Podemos assumir a responsabilidade econômica? (COOB`92, 1992:219). O Comitê Organizador dos Jogos de Barcelona 1992 (COOB`92), a partir destas perguntas, desenvolveu uma série de respostas que simbolizavam a sua visão geral a respeito das *Olimpíadas* em Barcelona. O Comitê considerava que os *Jogos* seriam benéficos, de forma geral, para a promoção do turismo, a visibilidade da cidade, o incentivo à prática esportiva e a melhoria da infraestrutura, dentre outros.

A partir da organização das *Olimpíadas*, o Comitê previa que o esforço político e econômico necessário para empreender o plano auxiliaria não somente a melhoria da urbanização da cidade, mas também a qualidade de vida de sua população. Apesar de considerarem a cidade preparada, a princípio, previram que a organização dos Jogos estaria incluída em um projeto de dez anos para a cidade de Barcelona. O Comitê identificou a necessidade de melhorias para toda a *Região Metropolitana* da cidade e não apenas de seu centro urbano. Com relação às finanças, o modelo proposto foi o de Los Angeles 1984, que inaugurou a era de patrocínios e dos contratos de transmissão televisivos milionários nos Jogos Olímpicos.

A parceria entre o setor público e o setor privado, com a coordenação do COOB`92 e do poder público, atendeu às expectativas, segundo o próprio Comitê, que previa que as 27 instalações esportivas necessárias já existiam na cidade, incluindo instalações privadas. O esforço seria apenas no sentido de modernizá-las e adaptá-las às demandas das Federações Internacionais. Desde o momento de intenções em sediar os Jogos foram realizados estudos legais e técnicos objetivando

acelerar o processo de adaptação da cidade aos requerimentos urbanos e esportivos (COOB`92, 1992:226). Esse esforço sinalizaria ao COI que a cidade já estava se preparando adequadamente antes mesmo do anúncio oficial de escolha da cidade-sede.

A organização dos *jogos* teve três bases de sustentação:

- A) Pelo acordo interinstitucional, citado acima, entre a Cidade de Barcelona (que promoveu a iniciativa), o governo espanhol, o governo autônomo da Catalunha, o Comitê Olímpico Espanhol e o Comitê Olímpico Internacional, conforme o modelo preconizado pelo COI;
- B) Pela *joint venture* entre o setor público e o privado na administração de determinadas iniciativas;
- C) Pela criação de organismos especiais administrativos, não associado com a administração pública regular, com uma separação entre funções de investimento e de administração. (BRUNET, 2010).

Segundo o autor, foi este modelo de organização institucional conjugado com a meta clara de projetar e transformar a cidade que fizeram com que os *jogos* auxiliassem a cidade de Barcelona a corresponder ao estímulo das *Olimpíadas* e a atrair investimentos de diversas ordens.

A empresa criada em formato de *Joint Venture* para facilitar o processo de investimento foi a Holding Olímpica Barcelona S.A. (HOLSA). A empresa foi a responsável direta pela execução do plano do *jogos*, incluindo as instalações olímpicas, novas rodovias e a Vila Olímpica (BRUNET, 2005).

O fato de ter feito parte de uma das disputas mais acirradas para receber os *jogos* até então, já que Los Angeles 84 foi candidata única e Seul 88 apenas disputou com Nagoya, enquanto Barcelona 92 disputou com 6 concorrentes, dentre elas Paris e Amsterdã, fez com que o Comitê Organizador, ainda no processo de candidatura, compilasse informações e avançasse bastante em termos de planejamento estratégico (BOTELLA, 95).

Uma das principais decisões tomadas durante este processo preliminar da candidatura foi localizar o *anel olímpico* - região onde se concentram as principais instalações esportivas e não esportivas dos Jogos - em Montjuïc, região central da cidade, de onde é possível a visualização do porto. A decisão deveu-se a existência prévia de instalações esportivas na região e a possibilidade de restaurar o centro

urbano da cidade, incluindo o parque Montjuïc - parque público que passou a ser utilizado por toda a população, com diversas finalidades - e a reforma do Estádio Olímpico já existente.

Segundo o relatório oficial dos Jogos,

The Olympic Office began to draft the Montjuïc Olympic Ring Master Plan, which was completed in April 1983. (...)The Master Plan established exactly which sports facilities would be built in the Montjuïc Olympic Ring: the Olympic Stadium, the new sports hall (the future Palau Sant Jordi), the Bernat Picornell swimming pools and the Institut Nacional d'Educació Física de Catalunya (INEFC) headquarters, and suggested a certain way of laying them out -along a wide avenue which would act as a linking element. It also provided for a large park and set out a system of accesses to the hill and particularly to the facilities of the Ring. (COOB`92, 1992:228).

Outra área da cidade foi escolhida para atrair investimentos e centralizar algumas operações dos *Jogos*: Parc de Mar, Poblenou. Nesta região, foi construída a *Vila Olímpica* e diversas instalações não esportivas para os atletas, além da instalação do tênis de mesa e de outros esportes. Todas estas iniciativas buscaram contemplar também a participação, em suas decisões, de conjuntos expressivos da população, nos mais diversos organismos da Sociedade Civil Organizada. Desta forma, enquanto pavimentava o caminho para a escolha oficial da cidade por parte dos membros do *Movimento Olímpico*, o COOB`92 angariou um amplo apoio popular, fundamental para o sucesso da candidatura e dos próprios *Jogos*. Diante disto, a população Catalã passou a utilizar o símbolo criado para a candidatura olímpica nos mais diversos meios de divulgação como forma de confirmar o seu apoio. O Projeto preliminar da cidade

defined fundamental questions for the later development of the Candidature and the Barcelona'92 organization: the demarcation of the four Olympic areas, Montjuïc, Diagonal, Vall d'Hebron and Parc de Mar (where the Olympic Village was to be located); the participation of other cities as venues for sports competitions; the establishment of a mixed model of financing, which included contributions from public administrations and the support of private enterprise; and the programming of a cultural Olympiad lasting four years. (COOB`92, 1992:237).

2.2.2 – A implementação do Plano

Já na fase de implementação do plano, a região de Montjuïc passou por algumas modificações no que estava previsto inicialmente em termos de instalações e modificações urbanas. Em janeiro de 1985 o *Master Plan* do *anel olímpico* da região ficou pronto (COOB`92, 1992:250). Além da troca da localização de algumas instalações esportivas, incluindo o Estádio Olímpico, ocorreu a criação de uma instituição voltada especificamente para observar o andamento da implementação do plano na região. Foi criada a empresa *Anella Olímpica de Montjuïc* (AOMSA). Este modelo de operacionalização dos *Jogos* está sendo repetido tanto no projeto de Londres 2012 quanto no do Rio 2016, como veremos mais adiante.

A institucionalização permite uma melhor coordenação entre as empresas envolvidas na construção das instalações e da infraestrutura com o governo. Em 1986, o *Master Plan de Montjuïc* foi integrado a um plano mais ambicioso e geral, o *Plano Especial de Desenvolvimento de Montjuïc*, que passaria a englobar não somente as instalações *olímpicas*, mas também ações para toda a região. (COOB`92, 1992:251).

Na área do Parc de Mar, uma série de ações com relação ao transporte passou a ser implementada. Estas ações foram percebidas como essenciais para alavancar a qualidade de vida da região, além de facilitar o deslocamento durante os *Jogos*, já na fase de implementação do projeto. A reorganização do sistema de trens da cidade permitiu que a área pudesse ser de fato a utilizada para a Vila Olímpica e demais instalações. Assim como no caso de Montjuïc, o plano Olímpico para o Parc de Mar passou a fazer parte de um plano de desenvolvimento mais amplo, o *Plano de Desenvolvimento para a Orla Marítima de Barcelona* (COOB`92,1992:253).

A partir desta iniciativa, diversas propostas que impactariam a cidade a partir da organização dos *Jogos* criaram forma. Uma nova área foi criada para a cidade, com instalações de moradia para uso durante os *Jogos* e após o encerramento destes, além da reforma da zona portuária a partir do replanejamento do sistema férreo. Também neste caso, foi criada uma unidade executiva, com administração pública, para conduzir as transformações da região. Ainda em 1986 foi criada a *Unidade Especial para o redensolvimento da Orla Marítima de Poblenou*. Poderemos mais adiante traçar um paralelo entre estas ações voltadas para o Porto da cidade de Barcelona com o plano para a região portuária do Rio de Janeiro. É

importante frisar o uso público que o governo local deu à transformação da região visando estabelecermos parâmetros para uma comparação posterior.

Sobre Parc de Mer, é importante destacar que a utilização da Vila Olímpica como instrumento de reurbanização de uma área isolada da cidade-sede foi algo inédito na história dos *Jogos*. Além de permitir a recuperação em termos de transportes, moradias, saneamento e do esporte em si, novos distritos foram inaugurados, com novas residências, parques e áreas comuns (COOB`92,1992:254). Ressaltando ainda o tema da integração das ações para os *Jogos* com um plano de desenvolvimento a longo-prazo para as regiões, podemos apontar para construção de anéis rodoviários e de instalações esportivas como o Velódromo na área de Vall d'Hebron, que possuía uma deficiência histórica em termos de transportes e serviços públicos (COOB`92,1992:255).

Um dos argumentos principais para a vitória de Barcelona foi o seu plano para o futuro, além dos *Jogos*. O legado assumia, definitivamente, uma importância estratégica para a escolha das cidades-sede. Os *Jogos Olímpicos* de 1992 inauguraram não somente uma *nova Era* para a comercialização dos *Jogos*, como veremos adiante, mas também um novo parâmetro para as despesas com a sua realização. Desde Barcelona, os custos do sedimento das *Olímpiadas* cresceram de forma cada vez mais constante, pois se passou a levar em consideração também os gastos com a transformação da cidade-sede. A implementação do Projeto de Barcelona também demonstra outro traço que marcaria dali em diante o modelo de organização dos *Jogos*: a forte intervenção estatal a fim de empreender reformas urbanas, atrair investimentos e ampliar a exposição internacional da cidade a fim de torna-la um ator global de peso (POYTER, 2008).

Este modelo de organização ficou patente quando da ocasião da constituição forma do COOB`92, em 1987, que, neste momento, já contava com uma ampla base de recursos e informações para seu funcionamento graças ao trabalho institucional realizado nos anos anteriores. A gestão do Comitê foi organizada em torno dos projetos chaves dos *Jogos* integrados aos planos de desenvolvimento da cidade, como vimos anteriormente. Da constituição do Comitê até os *Jogos* de Seul em 1988, o COOB`92 agiu no sentido de configurar sua atuação institucional, manter os ritmos de obras e ações já previstas e observar o exemplo, e os problemas, de 88 como referência. Neste momento, a localização das instalações foi confirmada com

exceção de algumas vilas (mídia, juventude, etc.) e outras não olímpicas (COOB`92,1992:32).

Também neste período teve início os programas internos e externos de patrocínio, a venda das transmissões televisivas, de licenciamento e demais fontes de arrecadação de divisas. Com relação às receitas do Comitê Organizador, devemos ponderar o formato institucional tanto da arrecadação quanto da alocação dos recursos. De uma forma geral, desde 1984, nos *Jogos* de Los Angeles, conforme vimos, o COI e os comitês passaram a contar com mais fontes de financiamento privado. Ao longo dos anos, o COI aumentou sua cota de participação na receita das vendas dos direitos televisivos de um terço para a metade do total obtido (POYTER,2008:132). Além disto, como é o COI quem determina os parceiros de mídia do evento e quem acaba retendo boa parte destes recursos, resta ao COJO as parcerias de patrocínio e marketing. Estas fontes de receitas foram ao longo do tempo suplantando também os recursos advindos da venda de ingressos. Mesmo diante do incremento de receitas, 62% dos recursos para os Jogos vieram de financiamento público (De Miranda,2008:163).

Estas receitas, no entanto, quando somadas, apresentam um menor volume do que o total que a cidade de Barcelona investiu em infraestrutura. O gasto neste setor superou em larga medida aquele diretamente relacionado aos *Jogos*. Durante a fase de implementação do projeto, houve sempre a clara preocupação com a transformação não apenas social de áreas degradadas, mas também com o dinamismo econômico destas regiões. Como já vimos, a estagnação econômica nestas áreas foi substituída pela atração de novos nichos econômicos, como o setor de serviços. Ao longo da implementação do projeto outra questão também ficou patente: a valorização imobiliária dos imóveis nas regiões atendidas pelas obras. Até 1992, esta questão acabou por ampliar o processo de desvalorização de regiões mais afastadas, o que, segundo alguns analistas, foi superado após a utilização da Vila Olímpica como residência popular pós-Jogos (POYTER,2008:150). Retornaremos a este ponto mais adiante, quando analisaremos os resultados dos *Jogos* de 92 em termos de legado.

Para a execução do projeto, além da questão da construção de moradias como produto da utilização das vilas ao final das *Olimpíadas*, é possível destacar sete grandes eixos da execução do plano olímpico em Barcelona:

1) A revitalização do centro histórico, descompactando sua trama medieval, abrindo espaços públicos e refuncionalizando inúmeros edifícios;

2) A recuperação da zona costeira, fachada da cidade, reinserindo-a na vida social urbana, através do incentivo ao uso residencial e da implantação de atrativos turísticos e de lazer;

3) Alteração no uso do solo, gerando parques urbanos, novas centralidades e monumentalidades na periferia, e recuperação/refuncionalização de equipamentos obsoletos, como fábricas fechadas, terminais ferroviários subutilizados etc.;

4) O impacto das novas tecnologias, sobretudo no âmbito das comunicações, expandindo a rede de fibra ótica e as possibilidades de uso da telefonia móvel, mas também na formação de incubadoras de empresas;

5) A melhoria na infraestrutura de acesso, construindo túneis, anel viário, ampliação da rede de metrô (rumo à periferia), enquanto na área central se multiplicaram as vias de uso exclusivo pedestre;

6) Implantação de grandes equipamentos urbanos em toda a área metropolitana, voltados para o esporte, a arte e a cultura em geral, além da expansão fundamental da rede de esgoto; (MASCARENHAS,2008).

Cabe ressaltar que a implementação destes eixos privilegiou a estratégia de descentralizar os parques olímpicos a partir da ação de fragmentá-los entre as quatro grandes áreas dos *Jogos*, o que acabou por favorecer regiões distintas.

Depois dos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988, o COOB'92 organizou um segundo *Master Plan*. Neste novo plano, ficou decidido que as instalações deveriam estar prontas até 1990 para poderem começar os eventos testes – série de eventos esportivos de curta duração que visam testar as instalações esportivas construídas para os *Jogos* - no fim deste ano e durante 1991. Foi neste momento que diversas outras ações no âmbito institucional foram tomadas a fim de facilitar a implementação de projetos de diferentes áreas para as *Olimpíadas*. Neste sentido,

Three major decisions were also taken in the organizational sphere: the creation of a different company from COOB'92, Olimpíada Cultural, S.A. (OCSA), to manage the four-year cultural programme; the creation of RTO'92, as an autonomous organ without legal status within COOB'92; and the integration of the Paralympic Games into COOB'92. (COOB'92,1992:35).

Desta forma, o COOB`92 conseguiu descentralizar diversas de suas ações e facilitar a execução destes projetos.

2.2.3 – O resultado dos Jogos

Como vimos anteriormente, foi tendo como base um processo de estagnação industrial de determinadas regiões da cidade de Barcelona que o poder público, em consórcio com o setor privado, que o plano de desenvolvimento em longo prazo da cidade foi acelerado com os esforços necessários para empreender os *Jogos Olímpicos*. A fim de atrair novos tipos de negócios, especialmente a partir do setor de serviços, com as novas tecnologias agregadas e o conhecimento científico, além do enfoque no turismo, foi necessário adaptar a cidade a atração do novo tipo de capital: fluido e flexível (BOTELHO, 2004). Foram executadas diversas ações no sentido de transformar a logística da cidade visando facilitar o fluxo de comunicações e de transportes. Neste sentido,

A “revitalização” da cidade passou pela renovação social de diversos setores da cidade (frente marítimo com a Vila Olímpica; Poblenou, antigo bairro industrial, em parte transformado em distrito para empresas de Tecnologia e Comunicações, chamado de 22@, e em centro de atividades hoteleiras, comerciais e de convenções; a área do Fórum das Culturas; áreas do centro histórico), pela renovação cultural (com a construção de museus e centros culturais), pela melhora do meio construído, pela construção de novos espaços de consumo e de lazer (...). (BOTELHO, 2004:115).

Assim como apontamos, anteriormente, para a possível contradição entre a crescente comercialização das *Olimpíadas* e a busca por um legado social, podemos refletir sobre as contradições que cercam as transformações de Barcelona a partir do projeto *olímpico*. A recuperação de determinadas áreas foi acompanhada de deslocamentos populacionais, em especial da população menos favorecida, e uma nova alocação de indústrias e empresas a partir da prioridade dada aos novos setores de serviço. Outra contradição diz respeito à timidez dos investimentos em um legado social além daqueles de infraestrutura, especialmente nas áreas de educação e de promoção da atividade física entre a população. Veremos essa questão mais adiante. O interesse especulativo, em especial o imobiliário, também

foi fator fundamental de perpetuação de desigualdades, latentes na Região Metropolitana de Barcelona, pouco beneficiada pelos *Jogos*.

Mesmo diante de tamanhas contradições, a análise recorrente na literatura a respeito dos *Jogos Olímpicos* de Barcelona em 1992 considera que o legado dos *Jogos* foi, de forma geral, positivo para a cidade. Barget e Gouguet (2007) ressaltam o fato das transformações urbanas da cidade de Barcelona gerarem efeitos econômicos muito mais importantes a longo-prazo do que a curto-prazo, em especial pelas *externalidades* positivas geradas com estas ações. De acordo com os autores, Barcelona melhorou sua imagem externamente além de diminuir o aumento do número de pessoas na cidade (Barget, Gouguet, 2007:5).

Um dos pontos principais colocados a partir do sucesso de Barcelona em 1992 foi a utilização geopolítica, em âmbito internacional e interno, da região da Catalunha. O sediamiento dos *Jogos* permitiu a consolidação da identidade Catalã, conforme já colocamos, o que aumentou o seu poder de barganha na conjuntura política interna espanhola, além de promover Barcelona internacionalmente, o que, tangencialmente, também auxilia a luta política da região por maior autonomia no país. A importância da construção da imagem da cidade internacionalmente pode ser medida pela relevância dada pelo Comitê Organizador aos serviços oferecidos à *Família Olímpica* – Convidados Vips do evento, incluindo dignitários nacionais e internacionais, autoridades locais, dirigentes esportivos, dentre outros – dada a visão de que as relações bilaterais auxiliariam neste intuito. As *Olimpíadas* representaram, portanto, um mecanismo de demonstração da situação de modernidade da região da Catalunha como um todo, ressaltando a capacidade de transformação tendo os *Jogos* como ferramenta básica.

Conectada à estratégia de promoção internacional da cidade, estava o planejamento do legado para o turismo. Com os *Jogos*, o número de quartos disponíveis na cidade de *Barcelona* na rede hoteleira e de acomodação cresceu 38% entre 1990 e 1992 (IOC, 2007:5). O turismo se beneficiou da forma como a cidade foi apresentada a partir do evento, que gerou efeitos de divulgação a curto e longo-prazos. O fluxo de turistas aumentou especialmente atraído pela construção da nova imagem da Catalunha, dissociada de uma região conflitiva e estagnada. O número de visitantes aumentou de 2 milhões de visitantes em 2002 para 7 milhões em 2007 (TRUÑO,2008:170), graças ao planejamento de 10 anos realizado para o

legado dos Jogos. A promoção da mídia, em seu novo momento de interação com os *Jogos Olímpicos*, como discutido previamente com relação à crescente comercialização de direitos de transmissão e imagem, foi essencial para o sucesso da estratégia de turismo. Barcelona também se consolidou como cidade de negócios, passando para a quarta colocação no ranking de melhores cidades europeias para se fazer negócios (TRUÑO,2008:170).

Um dos traços fundamentais do legado de Barcelona foi o fato de conseguir transformar os resultados dos *Jogos*, em termos de impactos urbanos e sociais, de uma forma que vai além da simples narrativa de números e estatísticas. Barcelona conseguiu gerar um *momentum*, ou seja, uma

capacidade positiva dentro da vida de uma cidade que ajuda a desenvolver mais projetos, conexões e novas redes, e que coloca os JO, e outros megaeventos e seus preparativos, em termos de organização como força integrativa dentro de processos de transformação maiores para a cidade, a região e o país (...) O momentum de legado se refere à capacidade da cidade e da economia regional de continuar tocando seu crescimento econômico imediatamente após o megaevento. (MACRURY, 2008:155-160).

Utilizando o conceito de *momentum* podemos perceber que Barcelona foi capaz de construir uma narrativa de longo-prazo para a cidade, ou seja, uma capacidade de planejar os benefícios para além dos resultados imediatos. A interseção entre esporte, política, cultura e mercado agregou valor e significado à cidade além de facilitar que os benefícios *hard*, como as instalações esportivas, também gerassem impactos *soft*, como a transformação do perfil físico da cidade a partir das instalações, o que gera uma lembrança constante dos *Jogos* (MACRURY, 2008:162). Mais uma vez, cabe destacar a importância da integração desta visão diferenciada para os *Jogos* ao planejamento urbano de longo-prazo da cidade como um todo.

De uma forma geral, é possível compreendermos que o legado *tangível* dos *Jogos* de Barcelona produziram efeitos secundários, ligados à promoção da cidade, conforme vimos, e a um legado sociocultural, apesar de não muito relevante. Como aponta Poyter,

No período de 1988-91 mais de 600.000 metros quadrados de espaços de escritórios foram construídos (um crescimento de 21% sobre total de espaços de escritórios existentes), posicionando Barcelona na frente de Bruxelas e Madri em termos de taxa de crescimento na construção de escritórios. (...) a criação de um anel viário em torno da cidade – Dalt e

Litoral – modificou dramaticamente o modelo de circulação de veículos e ainda contribuiu para a diferenciação dos espaços urbanos da cidade. (POYTER,2008:139).

Além disto, e de forma conectada, ocorreu uma grande expansão do setor habitacional da cidade, que, mesmo diante do aumento relativo do preço, conforme vimos antes, expandiu também as oportunidades de moradia populares. Foram gerados 20.000 postos de empregos diretamente relacionados aos *Jogos* ou provenientes de serviços expandidos na ocasião da preparação para os mesmos (POYTER, 2008).

No entanto, em termos de sustentabilidade e proteção ambiental, Barcelona não apresentou avanços significativos, mesmo diante da ponderação da menor relevância do tema no contexto de final dos anos 1980 em comparação com a centralidade atual. Mesmo diante disto, houve gerenciamento do uso da água e controle da poluição dos rios, ao menos durante os *Jogos* (LEME, 2008). A exceção a este panorama está no planejamento da Vila Olímpica, construída com uma visão de bem-estar e sustentabilidade ambiental (VALÉRIA, GUÁRDIA, 2002). O novo distrito, construído a partir do entorno da Vila Olímpica, seguiu a tendência da sustentabilidade como referência.

Em termos da conexão esporte-educação, o avanço de Barcelona esteve mais conectado ao treinamento do bem-sucedido programa de voluntários. Mais de 35.000 pessoas participaram do programa, enquanto 1.000 destas tiveram a oportunidade de estudar inglês na Inglaterra ou francês na França, além dos 2.000 que estudaram outros idiomas na própria Espanha (IOC, 2010). Outro ganho de forma tangencial para a educação foi a criação e o reforço financeiros a instituições que promoviam a atividade física e a educação física no país.

Em Barcelona 10.000 crianças de escolas por ano visitam o museu embaixo do estádio olímpico, onde vão buscar memória dos jogos, participar de atividades e ser parte de programas esportivos e educacionais. Para os educadores olímpicos, o Centro de Estudos Olímpicos da Universidade Autônoma de Barcelona também provém um legado educacional duradouro. O legado da educação *olímpica*, particularmente no ensino fundamental e médio, passou a servir como uma ponte entre a busca por excelência dos atletas de ponta e a busca pela melhoria na educação básica (BINDER, 2003). A partir das Olimpíadas, complementando as

ações de educação, são realizados programas culturais. Barcelona avançou no planejamento dessas atividades ao incorporá-las aos quatro anos prévios aos *Jogos*.

The organizers of these Games set a new precedent and established the model of the Cultural Olympiad, a program for cultural celebrations that lasted the four years separating the previous Olympic Summer Games in Seoul '88 from the Games to be hosted in the city in 1992. (GARCÍA,2002:5).

Tal estratégia permitiu que a cidade ampliasse o seu período de divulgação internacional, consolidando a intenção de fomentar o turismo e a atração de investimentos, além da imagem de cidade global. Também no caso do programa cultural, uma instituição independente administrativamente, mas com decisões tomadas em conjunto com o COOB'92 e o poder público, foi criada para gerenciar as ações culturais no pré e pós-*Jogos*. A *Olimpiada Cultural S.A.* conseguiu de essa forma inovar e ser bem sucedida nos objetivos culturais de Barcelona. Cabe destacar ainda que um dos legados foi o incremento às instalações e oportunidades culturais na cidade.

A partir dos *Jogos*, Barcelona consolidou a vocação e as oportunidades para a prática da atividade física por meio de sua população. A maior parte das instalações esportivas passou a sediar não apenas eventos internacionais de grande porte, o que manteve o investimento no setor esportivo nos anos posteriores, mas também a servirem de lócus para a prática esportiva generalizada, não apenas de alto rendimento.

Em termos econômicos, Brunet aponta para índices positivos como o total de Investimentos tanto Diretos quanto Indiretos a partir dos *jogos de Barcelona*: U\$ 26.048 milhões. Segundo o autor, o nível de empregos reflete diretamente isto: Em 1986, quando da escolha da cidade como sede, os níveis de desemprego, que estava subindo, começaram a cair. Este padrão manteve-se até agosto de 2012 (BRUNET, 2010). Já Zimbalist¹⁶ argumenta que, apesar do COOB 92 ter conseguido equilibrar suas contas no final da competição, a dívida pública aumentou para U\$ 6,1 bilhões. O autor ainda argumenta que os ganhos com o turismo podem ser balanceados com o fato de um sexto da população de Barcelona planejava viajar

¹⁶ ZIMBALIST, Andrew. Do Olympic Host Cities Ever Win? : Not a Rosy Picture. <<http://roomfordebate.blogs.nytimes.com/2009/10/02/do-olympic-host-cities-ever-win/>> Acesso em: 28/06/2011.

para outros locais durante os *jogos*. Apesar disto, Matheson¹⁷ argumenta que os *jogos* serviram para colocar Barcelona como um destino turístico internacional. O autor ainda ressalta que quando uma cidade não espera obter ganhos financeiros a partir dos *Jogos*, consegue entender melhor o papel destes para os ganhos intangíveis, como a felicidade de sua população.

2.3 - Londres 2012

2.3.1 – O Plano

O plano para os *Jogos* de Londres em 2012 já é apontado como um dos grandes casos de sucesso de organização das *Olimpíadas*. Logicamente, não é possível ainda afirmar que Londres é um sucesso, tendo em vista o intervalo temporal até o evento e que a maior parte das promessas ainda precisam ser retiradas do papel. Todavia, conforme poderemos analisar adiante, não somente as ações já executadas até o momento, mas as garantias e a visão do projeto, permitem que Londres já seja considerada um sucesso do ponto de vista da forma como o legado está sendo planejado, como eixo central, e da relevante preocupação com a transformação social e urbanística da cidade.

O projeto vencedor, aprovado pelo COI, apresenta como prioridade e como potencial a necessidade de aumentar a paixão dos londrinos pelo esporte, colocar as necessidades dos atletas como essencial, criar um legado para a transformação do esporte no Reino Unido (RU) e, com destaque, regenerar as comunidades e os seus ambientes no leste da cidade (LOCOG, 2005:15). Londres planeja deixar um grande legado esportivo para sua população, incentivando a prática da atividade física ao mesmo tempo em que cria instalações esportivas de alto nível para a prática do esporte de alto rendimento.

Um dos grandes destaques do projeto é o objetivo de regenerar a área do Lower Lea Valley por intermédio de ações como a criação do Parque Olímpico no local. Esta área, localizada a 13 km leste do centro de Londres, será regenerada por

¹⁷ MATHESON, Victor. Do Olympic Host Cities Ever Win? : Happiness and Other Intangible Benefits. <<http://roomfordebate.blogs.nytimes.com/2009/10/02/do-olympic-host-cities-ever-win/>> Acesso em 28/06/2011.

meio de intervenções urbanísticas e sociais. A partir das instalações esportivas, o plano prevê que consideráveis transformações econômicas e sociais poderão ser alcançadas, servindo como modelo de inclusão social por meio de ações nas áreas da educação, da cultura, desenvolvimento de habilidades e emprego. O Parque Olímpico, já em construção na área, prevê uma Vila Olímpica, um novo Estádio Olímpico, um novo Centro Aquático, além de outras instalações esportivas (LOCOG, 2005).

A área de Lea Valley está inserida em uma vizinhança de municipalidades que incluem as cidades de Newham, Hackney e Tower Hamlets, que por serem consideradas áreas estagnadas economicamente – assim como a região portuária de Barcelona, como vimos – e que demanda a presença de programas sociais ativos dado o cenário de desigualdade social é conhecida como os *brownfields*. Assim como no caso de Barcelona, na região já existe um programa prévio aos *Jogos* a fim de regenerar a área tanto econômica quanto socialmente – o programa Thames Gateway, que incluir ainda a região do Canary Wharf e Docklands (POYTER, 2008). Assim como em Barcelona, desde 1997 a *Greater London Authority (GLA)* criou um plano de desenvolvimento de longo-prazo para área e a agência de Desenvolvimento de Londres, base para o planejamento da candidatura olímpica.

Uma das chaves que possibilitam considerar o projeto de Londres bem planejado e executado, até o momento, é o fator de integração ao planejamento estratégico a longo-prazo da cidade. Assim como em Barcelona, o projeto *olímpico* está integrado ao plano municipal para a cidade, aprovado em 2004. Este plano prevê que Londres seja uma cidade sustentável, capaz de crescer economicamente com inclusão social, melhorias no meio-ambiente e uso sustentável de recursos. O foco do projeto é o Leste da cidade a partir da regeneração urbana, conectando as diversas comunidades a pontos nodais de transporte (LOCOG, 2005). O ponto a ser ressaltado é o fato de o projeto ser conduzido independentemente da organização dos *Jogos*, mas, diante da possibilidade de organizá-los, será possível acelerar e incrementar as ações previstas.

A região de Lea Valley, uma das mais pobres da cidade de Londres, será diretamente impactada pela organização das *Olimpíadas*. Além das ações já citadas, estratégias de moradia e integração social serão conduzidas a partir da instalação do Parque Olímpico. O plano para a Vila Olímpica é servir de residência para a

comunidade, com apartamentos sustentáveis. Está previsto também no plano a melhoria no sistema de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, o incentivo às manifestações culturais, com apoio direto à indústria da criatividade.

Em termos de proteção ao meio-ambiente e sustentabilidade, o projeto prevê que o Parque Olímpico criará um ambiente agradável e sustentável para as comunidades que vivem em seu entorno. Além do aumento do espaço verde disponível, da conservação da biodiversidade e da melhora da qualidade do ar, da água e do solo, o projeto prevê o incentivo ao turismo sustentável na região (LOCOG, 2005). Todo o plano prevê os impactos das mudanças climáticas, prevê o uso reciclado de recursos naturais e a produção e consumo sustentáveis. Conforme coloca o projeto,

There will also be significant long-term benefits in terms of projects, applications of green technologies, intellectual capital and behavioural changes. This approach will contribute to a model for environmental sustainability applicable to cities in both the developed and developing worlds. For the Olympic Movement, it will mark significant progress 'Towards a One Planet Olympic Games'. (LOCOG, 2005:24).

Com relação aos aspectos econômicos, o projeto prevê impactos em todos os setores da economia, beneficiando o RU como um todo. Como exemplo, cita as 7.000 vagas de empregos para a construção do Parque Olímpico e a previsão de 12.000 vagas relacionadas ao Parque pós-*Jogos* (LOCOG, 2005:25). Além da geração de empregos, um dos legados previstos diz respeito diretamente à qualificação da mão-de-obra local, em especial na área do Lea Valley, onde há elevados índices de desemprego. Sobre o transporte, o plano prevê que 100% dos espectadores dos *Jogos* assistam aos mesmos utilizando transporte público, bicicletas ou indo a pé, com apenas poucas autorizações para utilização de carros. Apesar do sistema de transporte da cidade ser considerado de boa qualidade e eficiência, a organização prevê a melhoria do sistema, com a compra de novos trens, a construção de novas estações e a recuperação das já existentes. O objetivo central é deixar um legado em termos de transporte.

Como é possível notarmos, a partir das considerações efetuadas no projeto para os *Jogos* de Londres em 2012, os organizadores e agentes públicos do Reino Unido partiram sempre da premissa que poderiam transformar a cidade ao alavancar o plano de longo-prazo de urbanização da cidade a partir dos projetos *Olímpicos*. O parâmetro utilizado é o de Barcelona 1992 como modelo de regeneração urbana da

cidade de forma conectada com oportunidades de crescimento econômico, de inclusão social, de crescimento do turismo e melhorias na infraestrutura. Apesar de o plano desenhar um cenário positivo, é necessário problematizarmos as medidas em comparação com outras sedes, em termos da viabilidade das promessas e com o que já está sendo executado. Uma das questões essenciais é compreender que muitas vezes a *euforia* gerada em torno da vitória para ser sede dos *Jogos Olímpicos* pode desviar os planejamentos urbanos para questões menos relevantes do que os problemas concretos das cidades-sede, em especial na resolução da dita *questão social*.

A retórica da regeneração urbana a partir dos *Jogos*, em especial nos últimos tempos com exemplos ditos bem sucedidos de sediamientos, pode ter o potencial de conduzir as análises de planejadores urbanos e sociais de uma forma acrítica, que aposta no potencial quase inerente de transformação dos *Jogos*. É importante ressaltar que existem riscos inerentes à mobilização em torno deste tipo de evento. O déficit nas contas públicas, o uso dúbio dado principalmente às instalações esportivas e a falta de projetos sociais são apenas alguns desses riscos. Até mesmo os ditos ganhos devem ser relativizados quando a geração de empregos é em curto prazo apenas, quando não há preservação dos espaços verdes a serem utilizados e quando o incremento a setores como educação, atividades físicas e saúde são mínimos perante os gastos em outras áreas. Assim como ocorreu com os *Jogos* de Londres em 1948, o evento atual pode estar sendo utilizado como forma de reposicionar o país em termos da economia e da geopolítica globais após períodos de crise econômica e política (COAFFEE, 2004).

Com relação à educação, um dos setores geralmente negligenciados na prática, apesar de recorrente nos discursos, o planejamento de Londres prevê ações desde 2008. O programa *Get Set* prevê ações educacionais em diversos temas, todos tangenciando os valores do *Olimpismo* e do COI. A ação prevista inicia-se com uma plataforma *online* onde educadores e alunos podem ingressar em uma *jornada virtual sobre a amizade olímpica* (LOCOG, 2007). O *olimpismo* será a inspiração para conteúdos que serão ministrados em diversas disciplinas.

Pupils will be exposed to the widest range of Olympic Ideals including the balance of body, will and mind; the joy found in effort; the benefit of good example; respect for ethical principles; the practice of sport without

discrimination and the values of friendship, solidarity and fair play. (LOCOG, 2007:45).

Após os *Jogos* a previsão é que esses ideais passem a fazer parte da oferta em termos culturais e acadêmicos do Instituto Olímpico de Londres, instituição criada para preservar a memória e o legado de Londres 2012. Outras iniciativas no campo da educação estão relacionadas a programas para a educação básica utilizando temas como sustentabilidade ambiental, cooperação internacional, história dos *Jogos Olímpicos*, dentre outros. Ações específicas para o ensino universitário estarão conectadas a criação de centros de estudos olímpicos e conexões com a produção acadêmica relacionada ao COI. Além destes, programas para o ensino de idiomas estrangeiros, treinamento de voluntários, ensino de práticas esportivas e o incentivo de intercâmbios são as maiores apostas do Comitê na área.

2.3.2 – A implementação do plano

Além do LOCOG, entidade organizadora com a quase totalidade de financiamento derivada de fontes privadas, a *Olympic Delivery Authority (ODA)* também compõe o leque de organizações responsáveis pela organização do evento. Ao contrário do LOCOG, a ODA recebe financiamento público e é responsável pelo desenvolvimento e construção da infraestrutura dos *Jogos*, incluindo a infraestrutura necessária para seu sucesso. A ODA, apesar de não fazer parte da estrutura formal dos governos, é uma entidade pública que visa direcionar a maior parte dos investimentos dos *Jogos* para a regeneração das áreas mais degradadas da cidade, com foco no legado urbano e social.

Especificamente para a área do Parque Olímpico foi criada a Companhia para o Legado do Parque Olímpico (OPLC), que é responsável pela a manutenção, administração, planejamento e desenvolvimento da região após os *Jogos* de 2012, seguindo modelos bem sucedidos de sedes *Olímpicas* anteriores. Esse modelo institucional visa garantir que o setor público em consórcio com o setor privado será capaz de manter estruturas que assegurem o legado após 2012 dado que um dos pontos mais frágeis em termos de legado, conforme vimos anteriormente, é exatamente a não continuidade do Comitê Organizador e órgãos responsáveis pelo

evento. Como veremos no próximo capítulo, a organização dos *Jogos Rio de Janeiro 2016* adotou o mesmo modelo.

No que tange a educação, o LOCOG e a ODA já começaram a colocar em prática alguns dos planos previstos para o espaço da *olimpiad* – os quatro anos anteriores aos *Jogos* – com o programa *Get Set*, que já abrange dois milhões de jovens em mais de treze mil escolas e faculdades, o que simboliza mais da metade do conjunto destas instituições. As instituições educacionais envolvidas podem utilizar o material *olímpico* disponibilizado pela organização (LOCOG, 2007). Mais especificamente para as universidades, o programa *Podium* promove e apoia iniciativas acadêmicas que visem a melhoria de áreas relacionadas às *Olimpíadas* como cultura, treinamento, voluntariado e o esporte em si (LOCOG, 2007).

Desenvolvendo um trabalho que está mais relacionado ao legado para a educação, a ODA iniciou em 2008 um projeto de *construção de equipes* que está trabalhando com a formação de alunos de mais de cem escolas primárias e secundárias por meio de workshops que visam promover a liderança, a responsabilidade e formas de apresentação (LOCOG, 2007). Essas crianças e jovens poderão participar diretamente da organização dos *Jogos* e inspirar suas comunidades por meio de jornais, assembleias e outras atividades. Outros programas lidam com a educação para a saúde e a segurança.

Com relação ao turismo, o potencial estimado por especialistas para o turismo em Londres e no RU a partir do incremento dos *Jogos Olímpicos* é que os efeitos do fenômeno turístico durem por pelo menos quinze anos (WEED, 2006). O “fenômeno turístico” em questão diz respeito ao aumento do turismo relacionado ao treinamento esportivo, a eventos esportivos, aos negócios relacionados ao esporte e ao turismo com conteúdo esportivo (WEED, 2004). A expectativa é que Londres consiga capitalizar a imagem de cidade *Olímpica*, especialmente se conseguir perpetuar sua imagem de cidade multicultural e receptiva. Para após os *Jogos* a expectativa é igualar e ultrapassar a marca de Barcelona, com o incremento ao turismo atingindo números expressivos como vimos anteriormente. Também com relação ao turismo, a compreensão a respeito de um legado duradouro para a área perpassa a ideia da criação de mecanismos e redes, ou seja, de arranjos institucionais, capazes de reter e ampliar o aprendizado e o incremento dos *Jogos*.

Apesar de Londres já contar com uma das melhores redes de acomodação e recepção ao turismo do mundo, a expectativa é que a cidade ganhe ainda mais hotéis e outros tipos de acomodação. A previsão é que serão necessários entre 80.000 e 100.000 quartos em hotéis e albergues para acomodar os espectadores dos *Jogos*, incluindo a Família Olímpica, a mídia e os espectadores em geral (ARUP, 2002). Por volta de 2012 a estimativa é que Londres conte com 200.000 quartos, mais do que suficientes para toda a acomodação. Outra estimativa diz respeito a um incremento de 20% do turismo na cidade entre 2011 e 2013 (ARUP, 2002), sem considerar estratégias para maximizar este número e aproveitar o legado para os anos posteriores, o que poderá aumentar de forma ainda mais expressiva a atração de visitantes.

Para os transportes, a expectativa é que a malha ferroviária e rodoviária sejam expandidas, assim como o aeroporto de Heatrow, que ganhará um novo terminal, o quinto. A maior aposta é no conforto dos atletas e da família olímpica, na rapidez dos translados e na facilidade para os espectadores em geral. Existiu desde o começo da candidatura a necessidade de criação de uma agência específica para cuidar do transporte olímpico, instituição responsável pela condução dos principais fluxos, sem atrasos e maiores problemas durante os *Jogos*. Esta instituição foi criada e é a *Transport for London*. Até o momento a organização, incluindo o LOCOG e a ODA adquiriram 22 novos trens, com o objetivo de aumentar a capacidade, e ampliaram a estação internacional de Stratford. Atualmente o foco está na recuperação da estação regional de Stratford, no desenvolvimento de pistas para ciclismo e caminhada que cruzem as instalações de 2012 e um sistema de alta velocidade ligando as instalações (LOCOG, 2007).

A grandiosidade dos investimentos é acompanhada direta e indiretamente por uma expressiva geração de empregos. Como coloca Poyter,

Um breve olhar no programa de construções para Londres 2012 sugere que há significativos desafios à frente. Num período de cinco anos de construções, estima-se que 37.500 empregos serão criados: 24.000 engenheiros e mais a equipe comercial, além de 65.000 gerentes e 28.000 profissionais, incluindo arquitetos e inspetores. No pico do projeto, cerca de 8.000 pessoas estarão previstas atuando no sítio Olímpico, exatos três por cento do número total de pessoas trabalhando na Indústria da Grande Londres (Great London). (POYTER, 2008: 145).

Com vistas a qualificar a mão-de-obra necessária para as construções e para as demais atividades dos *Jogos*, foi criada uma forte política de treinamento por parte da Agência de Desenvolvimento de Londres no valor de £ 9 milhões, somado a outros aportes de agências nacionais e europeias (POYTER, 2008). O desafio para a organização, no que tange a geração de emprego e qualificação profissional, é conseguir superar a tendência de concentração de oportunidades no período anterior às *Olimpíadas* e durante as mesmas, por meio de programas como vimos anteriormente para a educação e políticas de longo-prazo que aproveitem o evento como catalizador de iniciativas. O comitê organizador demonstra, na atual fase, estar preocupado com a qualificação de mão-de-obra, inclusive de pessoas com necessidades especiais, por meio de programas articulados com outros setores da sociedade.

Os legados intangíveis, além dos projetos relacionados à educação vistos anteriormente, também começam a ser desenhados. Com relação ao incremento ao esporte e à atividade física de forma geral, é necessária a compreensão que a realização de uma edição dos *Jogos Olímpicos* deve servir como catalizador de políticas mais abrangentes nesse sentido, assim como vimos em outras áreas como turismo, infraestrutura e educação. Algumas sugestões de como aproveitar o evento como incremento à política esportiva podem ser resumidas nas seguintes recomendações:

- Governing bodies and clubs need to work together more closely to develop innovative marketing and promotional campaigns that capitalize on the high profile media coverage of the London 2012 Bid.
- The Bid for the Olympic Games should be viewed as only one part in a broader process, with a programme of pre- and post- Games inclusive events throughout the country.
- The relevance of sporting role models and associated images of excellence need to be carefully considered. Where such models are used, they need to be embedded in systematic and ongoing local programmes of promotion, mentoring and support.
- The potential of Olympic volunteering programmes to develop commitment beyond the Olympics and the potential sustainable contribution to the sporting infrastructure needs careful planning.
- If the Bid for the 2012 Olympic Games is taken as an indicator of a renewed government commitment to sport, a failed bid should not be used as a reason for reduced public investment in sport. To fail to build on the greatly increased profile for sport could be regarded as a rather cynical use of sport for non-sporting purposes. (COALTER, 2004: 13).

Comparativamente em relação à Barcelona, é possível apontarmos que Londres não necessitaria da mesma intensidade de projeção internacional dado que

a cidade está localizada em um país com grande peso e relevância geopolítica, além da cidade ser considerada global, sendo uma das “capitais do mundo”. Exatamente por este motivo, o diferencial de Londres 2012 em termos de projeção poderá ser a transformação urbana e social em suas áreas mais desfavorecidas como East London. A partir deste raciocínio, a questão do legado social ganha ainda mais relevo e dimensão estratégica. Os ganhos a partir do programa de voluntariado, culturais e de inclusão social poderão gerar uma imagem mais positiva internamente desde que gerem benefícios reais para a população como um todo.

Também ao contrário de Barcelona antes de 1992, Londres já representa uma economia estabilizada, em crescimento, apesar de nos últimos anos esse indicador econômico não contar com taxas elevadas. As *Olimpíadas* não servem tanto ao país quanto serviu a Espanha como fato de atração de investimentos. Por essa razão, mais uma vez, a relevância da regeneração do Thames Gateway é central para o sucesso do legado dos *Jogos*. Além da atração de uma indústria focada no setor de serviços, como a indústria cultural, e dos programas de geração de empregos qualificados, é necessária atenção para a questão do transporte e da moradia. O efeito das *Olimpíadas* poderá ser sentido de duas formas principais no que tange a melhoria das condições de vida da população em termos de moradia:

Em primeiro lugar, em importantes melhorias ambientais – espaços ao ar livre, parques, etc. – substituindo extensas áreas de ‘brownfields’. Em segundo lugar, através da melhoria total dos estoques residenciais existentes, amenidades sociais, varejos e instalações públicas que esse desenvolvimento contempla, principalmente nos arredores da cidade de Stratford. Essas melhorias em moradias e infraestruturas sociais modificam a dinâmica e o relativo custo de vida em uma determinada área. (POYTER, 2008: 150).

O desafio é evitar a elevação desproporcional dos preços de mercado da região, conforme ocorreu em Barcelona, assim como assegurar que não sejam criadas novas áreas periféricas ainda menos desenvolvidas.

A contradição apontada previamente entre a crescente comercialização, a tradução da realidade intermediada pelo papel crescente da mídia na divulgação dos eventos, os interesses dos patrocinadores e a oportunidade de desenvolvimento econômico e social fica evidente em Londres quando consideramos que os *Jogos*

would have an overall positive effect on the UK and London economies, with an increase in GDP over the 2005-2016 period of £1,936 million and an additional 8,164 full-time equivalent jobs created for the UK. The impacts are concentrated in 2012 (£1,067 million GDP and 3,261 FTE jobs) and in the post-Games period 2013-2016 (£622 million GDP and 1,948 additional FTE jobs). Sensitivity analysis has shown that the overall impact of the Olympics is unlikely to be negative - the change in GDP is has a probability of 84.4% of being positive, but that larger risks exist in the pre- and post- Games periods, largely because of the high levels of uncertainty of the legacy effect. (BLAKE, 2005: 68).

Apesar do potencial impacto positivo no crescimento econômico, os desafios para a cidade são muitos. O projeto e a implementação até o momento trazem perspectivas animadoras para um legado positivo em Londres. No entanto, além de todas as questões supracitadas, especialistas compreendem que a organização precisa dar mais espaço consultivo e decisório às comunidades atingidas pelo projeto e também para a Sociedade Civil Organizada de forma geral. Essa questão está presente, por exemplo, nos planos culturais para a *Olympiad* que preveem programas determinados *top-bottom*, muitas vezes desconsiderando a cultura local. Em termos mais gerais, a construção de uma imagem internacional para a cidade a partir da regeneração das áreas mais carentes muitas vezes pode vir a desconsiderar as reais necessidades da população local.

2.4– Legado de Barcelona e Londres para o Rio 2016

Como colocado anteriormente, Barcelona e Londres partiram de trajetórias histórico-institucionais diversas no momento da implementação do plano aprovado para o sediado dos *Jogos Olímpicos*. Em 1992, Barcelona enfrentava um cenário de estagnação econômica diante de um novo formato da globalização – neoliberal – e diante da necessidade de rearticular seus locais internos para dialogar de forma eficiente com o novo cenário internacional. A decisão da recuperação de uma das áreas mais degradadas e díspares socioeconomicamente da cidade partiu da visão de que a organização das *Olimpíadas* poderia funcionar como catalizadora de projetos previamente estabelecidos, em especial no que tange o urbanismo e a reintegração econômica das áreas centrais e portuárias. Além do efeito impulsionador de projetos urbanos, o sediado serviu para Barcelona como vitrine para a promoção turística da cidade, assim como para a atração de investimentos

disponíveis internacionalmente nos novos fluxos financeiros globais. Esta estratégia visava também consolidar a posição estratégica da identidade catalã no cenário espanhol, provando ao restante do país e do mundo a capacidade de recuperação, articulação e unidade de seu povo.

Londres, por sua vez, encontra-se nos dias atuais na situação de uma das principais cidades mundiais, rivalizando com Nova York e poucas outras pelo título de metrópole mundial. Como um dos centros dos fluxos financeiros internacionais e um dos principais polos turísticos mundiais, o objetivo de Londres ao sediar os *Jogos Olímpicos* diverge em essência do de Barcelona, dado que, ao contrário desta, Londres está consolidada no cenário internacional. Assim como Barcelona, no entanto, e até além desta, Londres busca utilizar o sedimento como estratégia de implementação de planos de regeneração da cidade, em especial seus bairros e municipalidades vizinhas marcadas por uma forte desigualdade social. Diante de um cenário de pós-crise, ocorrida em 2008, com reflexos até os dias atuais, Londres visa reinventar-se cada vez mais como polo do setor de serviços, local de inovação constante, referencia em termos de sustentabilidade e de dinamismo econômico. De forma mais consistente do que Barcelona, as metas em termos de incremento e inovação de políticas sociais aparecem fortemente no plano de Londres e, desde já, começam a se concretizar como um importante legado, aprofundando a marca da transformação não apenas urbana como também social a partir das *Olimpíadas*.

É importante ressaltar que, mesmo considerados modelos distintos de interação entre mercado e Estado, de *variedades de capitalismo*, Espanha e Reino Unido possuem fortes traços de coordenação entre ambos os atores econômicos em relação à capitalização de benefícios a partir dos *Jogos*. Apesar do projeto de Londres contar com mais presença do capital privado quando comparado aos *Jogos* de Barcelona em 1992, traço marcante do modelo liberal de Schneider (2007), a presença do Estado na articulação dos projetos centrais de longo-prazo para a cidade contidas no projeto olímpico é evidente.

Em ambos os casos foram criadas instituições responsáveis não apenas pela implementação dos projetos no que concerne a construção da infraestrutura adequada e da logística dos *Jogos*, mas também pela concretização e preservação do legado urbano e social. Estas instituições foram capazes de moldar e refletir interesses e de mobilizar a população e os demais atores envolvidos para a

importância dos *Jogos* para as cidades. Após os Jogos de Barcelona, a Barcelona Regional, agência metropolitana de desenvolvimento urbano e de infraestrutura, ficou responsável por manter o *legado* para a cidade no que tange as melhoras urbanísticas empreendidas para o evento. Foram criados órgãos parcialmente públicos e parcialmente privados – no caso de Londres, a maior parte das instituições possuem verbas privadas – responsáveis pela reurbanização e readequação a novos setores econômicos das zonas escolhidas como prioritárias para a recepção dos investimentos. Em Londres, o legado social passou a ganhar ainda mais destaque do que em Barcelona, com programas para a educação, a saúde, o emprego, a moradia, dentre outros, mais fortes e abrangentes.

No sentido social, Londres marca um novo momento para o legado *olímpico* e serve de inspiração direta para o Rio de Janeiro desde o planejamento do projeto de candidatura até o processo de implementação. Todavia, cabe ressaltarmos que as estratégias sociais a partir dos *Jogos* ainda é tímida se compararmos os esforços dedicados à política social à visão central do urbanismo e da atração de investimentos para o legado *tangível*. Apesar disto, mesmo o legado urbano pode ser aproveitado como incremento a políticas sociais como a de habitação, desde que observados os critérios de inclusão social e não o de valorização econômica de imóveis, que gerou e ainda gera especulação imobiliária em ambos os casos. Mesmo diante do aproveitamento do projeto *olímpico* para a consolidação da visão de longo-prazo para as cidades, em ambos os casos o impulso a uma suavização e até mesmo a uma melhoria considerável da *questão social* não alcançou o potencial previsto nos planos iniciais.

Um dos argumentos centrais para a menor centralidade das políticas sociais nos projetos *olímpicos* é o de que os *jogos* não visam à resolução das questões sociais. Apesar dos avanços em termos da conexão esporte-educação tanto em Londres como em Barcelona, é possível percebermos que o tema não ganhou o caráter estratégico que poderia ter alcançado. O Rio de Janeiro, ao conseguir o aval do COI, colocou esta como uma de suas metas centrais, como veremos no próximo capítulo, de forma a se consolidar como o melhor exemplo de legado não somente urbano mas também social a partir do sediamento dos *Jogos*.

Londres e Barcelona também sofrem/sofreram diversas críticas relacionadas a não incorporação da Sociedade Civil Organizada de forma mais direta na

elaboração dos projetos de longo-prazo da cidade. No caso de Barcelona, como vimos, a Sociedade Civil fez-se ouvir em décadas anteriores aos *Jogos*, conseguindo reverter a tendência a valorização do espaço privado em detrimento do público. No caso da cidade, o apoio popular foi bastante amplo, mas caso os setores organizados da sociedade tivessem participado mais ativamente das decisões relacionadas aos *Jogos*, questões como a especulação imobiliária das residências construídas como vilas olímpicas poderiam ter seus efeitos minimizados. Londres, por sua vez, busca integrar mais setores da sociedade, de forma mobilizada e participativa, apesar da crítica de diversas organizações a falta de espaço na tomada direta de decisões.

Como podemos analisar a partir das considerações de diversos autores e da reflexão dos projetos de ambas as cidades, a coordenação Estado-mercado dá-se de forma harmônica na concretização dos objetivos. Todavia, estudos mais aprofundados sobre o tema poderão compreender de forma mais objetiva se há uma “captura” do Estado pelo setor privado, no sentido de privilegiamento dos interesses privados em detrimento do público, um risco sempre forte quando da organização de megaeventos.

A forte contradição entre os objetivos comerciais dos *Jogos*, incluindo os interesses de transmissão midiática, patrocínios cada vez mais volumosos e parcerias de negócios, com a concretização de objetivos sociais e urbanos de longo-prazo representou um desafio para Barcelona e já coloca Londres em uma encruzilhada para conseguir alavancar a economia da região e do país, além de atender à estratégia comercial do COI, ao mesmo tempo que inclui setores da sociedade e regenera áreas com o interesse público como norte. Botella argumenta que, no caso de Barcelona, a mídia, que, durante a fase de preparação apresentou-se bastante resistente, passou a apoiar o evento diante dos contratos de transmissão com valores recordes até então e diante da interpretação de que necessitariam apoiar os *Jogos* a fim de fazê-los serem bem sucedidos (BOTELLA, 1995). Diante deste quadro, possíveis críticas à condução da implementação do plano dos *jogos* podem ter perdido espaço.

No próximo capítulo veremos mais detalhadamente o projeto do Rio de Janeiro para 2016 e poderemos analisar como está se dando a interação Estado e mercado e o que está previsto para ocorrer. Uma das principais lições de Londres e

Barcelona nesse sentido é a criação de instituições como a *Olympic Delivery Authority (ODA)* – presente em Londres e replicada no modelo institucional do Rio de Janeiro – e de organizações voltadas apenas para o legado, tanto em termos de consolidação quanto de preservação a longo-prazo.

Cerimônia de Encerramento

(Capítulo III)

3.1 – O Rio de Janeiro e o desejo *Olimpico*

O Rio de Janeiro conquistou o direito de sediar os *Jogos Olímpicos* de 2016 em 2009 com o compromisso – e o diferencial – de utilizar o evento para transformar estrutural e socialmente a cidade e estender os benefícios não apenas para o país como para todo o continente Sul-Americano. O principal argumento da candidatura do país perante o COI foi o de que os *Jogos* jamais ocorreram no continente, além do fato do Brasil estar preparado devido às tentativas anteriores, aos Jogos Pan-Americanos de 2007 e à união dos órgãos federativos brasileiros. Conforme veremos adiante, na análise do projeto vencedor, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (Rio 2016) confirmou como sua visão estratégica na implementação do projeto para as *olimpíadas* em consórcio com o governo brasileiro e os governos locais do Rio de Janeiro a: participação dos jovens, uma transformação social a partir do esporte, tornar-se uma liderança esportiva regional, promoção global e uma entrega de sucesso (RIO 2016, 2009:20).

O envolvimento direto do poder público não apenas no financiamento quase integral dos *Jogos*, mas também no estabelecimento de instituições e na própria organização, justifica que as promessas no âmbito da transformação urbana e social sejam analisadas a luz do modelo de interação entre o Estado e o mercado, do papel e da relevância das instituições para o legado e das ações oficiais para a resolução – ou amenização – da questão social. O desafio para a organização é conseguir replicar os modelos bem sucedidos anteriormente, aprofundando-os especialmente no âmbito social, vide também a maior centralidade que o legado social ganhou no plano para 2016 em comparação com os de Barcelona e Londres. A concretização dos compromissos neste âmbito poderão confirmar os *melhores jogos de todos os tempos*.

Para além de Londres e Barcelona, a realidade brasileira demanda que o gigantesco dispêndio de recursos públicos seja direcionado da forma mais eficiente

possível, visto que, ao contrário das outras duas cidades – crises econômico-financeiras a parte –, importantes centros de países desenvolvidos, o Rio de Janeiro encontra-se em um país ainda em desenvolvimento – mesmo diante do cenário econômico favorável dos últimos anos – com limitações orçamentárias e questões sociais profundas a serem resolvidas. Os *Jogos* representam oportunidades de transformação, mas ao mesmo tempo apresentam armadilhas – conforme já vimos – no sentido da captura do Estado pelo mercado e da transformação da cidade do Rio de Janeiro apenas no sentido de se tornar um porto mais seguro para a atração de capital volátil.

3.1.1 – O histórico do sonho *olímpico* carioca: o legado (?) das candidaturas e da organização do Pan 2007

Desde meados da década de 1990, o sonho *olímpico*, ou seja, a vontade das autoridades públicas e de setores ligados ao esporte como o COB de sediar as *olimpíadas*, passou a fazer parte de vários planejamentos da cidade e começou a mobilizar não apenas esforços, mas também ações efetivas no sentido de concretizá-lo. A observação do legado urbano de sedes anteriores passou a acalentar projetos de transformações da cidade a partir dos *jogos* de forma a considerá-los como eixo divisor entre uma cidade ligada ao atraso e uma nova, voltada para o novo contexto internacional de globalização neoliberal.

A elaboração dos Planos Estratégicos I e II da Cidade insere, definitivamente, o tema dos grandes eventos, em particular os Jogos Olímpicos, na agenda pública municipal como uma das principais estratégias para se alcançar o desenvolvimento urbano, econômico e social da cidade segundo uma pauta claramente neoliberal. (...) Contando com diversas consultorias internacionais a Prefeitura inicia a corrida pelos Jogos tentando sediar os Jogos Olímpicos de 2004, 2012 e conseguindo finalmente, sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007. (BENEDICTO, 2009:4-5)

Os projetos previstos para as candidaturas às *olimpíadas* de 2004 e 2012 previam desde 1995 – ano de estabelecimento da candidatura aos *jogos* de 2004 – diversas ações que, mesmo contempladas em Planos Estratégicos da cidade, não se concretizaram, tendo em vista a derrota do Rio para outras cidades – Atenas 2004 e Londres 2012 – e a negligência de partes dos planos de longo-prazo

estabelecidos para a cidade. Assim sendo, propostas que até hoje constam como metas para o poder público não se firmaram como compromissos apesar da não realização dos *jogos*, ao contrário do que geralmente é colocado para o COI – que os projetos servem para a cidade independentemente da aceitação – e para a população. A expansão do metrô, por exemplo, prometida para a direção da zona oeste e do aeroporto internacional nas candidaturas anteriores foi timidamente perseguida pelos últimos governos, apesar da concretização da linha 4 – entre a Zona Sul e a Barra - e planos para a linha 3 – Centro/Niterói/São Gonçalo.

Além disso, para a candidatura de 2004 estavam previstas ações para a Ilha do Governador, próxima ao aeroporto internacional, a fim de estabelecê-la como área central dos *jogos*, o que auxiliaria na reforma urbana de áreas centrais da cidade – apesar de já então estarem previstas instalações para a região da Barra da Tijuca – e marcaria um legado mais amplo para a cidade. Com as críticas posteriores à definição da área da Ilha do Governador como lócus principal, além da rejeição do projeto pelo COI – que eliminou a cidade ainda na fase preliminar -, o projeto para 2012 já passou a prever a Barra da Tijuca como espaço privilegiado pelas instalações esportivas e não esportivas – incluindo a vila olímpica e as instalações de imprensa. Apesar de uma segunda rejeição da candidatura por parte do COI – novamente na fase preliminar – esse modelo permaneceu para a candidatura de 2016, como veremos adiante, privilegiando uma área ainda em expansão e com forte especulação imobiliária na cidade.

Entre as duas candidaturas anteriores, a cidade postulou os XV *Jogos Pan-Americanos*, em 2007. Com a visão de utilizar os *jogos* regionais como oportunidade de demonstrar a capacidade do país de sediar megaeventos esportivos, a candidatura carioca suplantou a cidade de San Antonio, nos EUA, como sede do PAN de 2007 em 2002. No plano inicial para o PAN 2007 havia a previsão de grandes projetos de impacto urbanístico e social, prevendo um legado de amplitude *olímpica*. Grandes obras como a ampliação do metrô – que aparece novamente nos projetos para megaeventos – e soluções de acessibilidade rodoviária, ferroviária e até hidrovária, previstas ainda no ano de confirmação da cidade enquanto sede, deram lugar a soluções mais simples e rápidas no momento de concretização do plano dada a falta de integração dos projetos com uma visão estratégica mais ampla e mais a longo-prazo para a cidade.

Os *jogos* de 2007 foram o maior evento esportivo organizado pelo Brasil, contando com a participação de mais de 5500 atletas, dos diversos países do continente americano – mais de 40 – e em 44 modalidades esportivas. O orçamento para o PAN totalizou mais de R\$ 3 bilhões, mais de quatro vezes o que fora previsto inicialmente – aproximadamente R\$ 720 milhões. Além dos atletas, mais de 7 mil pessoas – entre árbitros, dirigentes, técnicos esportivos, profissionais da mídia, turistas, voluntários e espectadores (AFONSO, VLASTUIN, MOREIRA, 2008: 2). Sobre o volume de investimentos e de recursos humanos envolvidos, podemos considerar, por um lado, que:

Sem dúvida, o valor dos investimentos e o contingente de pessoas envolvidas nos Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro foram grandes, pois o Brasil projetou no sucesso do evento um fortalecimento e consolidação de sua imagem internacional para a realização de megaeventos esportivos. Dessa forma, alcançou credibilidade e mostrou seu potencial passando a ter reais possibilidades de ser o país sede dos Jogos Olímpicos de 2016, o que seria um acontecimento inédito para a sociedade brasileira. Outro passo importante e que contribui para essa conquista ocorrerá em 2014 quando o Brasil, novamente, será sede da Copa do Mundo de Futebol. Em outras palavras, sediar eventos dessa magnitude dentro de um período de tempo tão curto abriria excepcionais perspectivas para o esporte na América Latina. (AFONSO, VLASTUIN, MOREIRA, 2008: 3).

A credibilidade da cidade enquanto sede viável de megaeventos esportivos de fato foi consolidada com o PAN 2007, ao menos na opinião de diversos delegados com poder de voto nas instâncias de decisão da cidade sede pelo COI e de alguns especialistas. Conforme análise recorrente sobre o legado do PAN, a possibilidade de construir uma imagem internacional positiva, mesmo diante das contradições e adversidades que veremos adiante, foi de fato a principal consequência da mobilização em torno deste evento.

Também a partir do PAN, o conhecimento técnico e a experiência em termos de organização serviram como bases para a candidatura olímpica. Do ponto de vista institucional,

Tendo como principal responsabilidade a coordenação, o planejamento e a execução dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2007, a Secretaria Especial Rio 2007 originou-se da transformação da antiga Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. Sob sua coordenação encontravam-se todas as ações dos órgãos envolvidos com o evento assim como a articulação com órgãos dos governos federal e estadual, com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e com o Comitê Organizador do Pan-Americano. A criação de tais (novos) arranjos institucionais teve como um

dos seus principais objetivos contornar as tradicionais estruturas de planejamento, conferindo, no entender dos responsáveis pela implementação do Pan 2007, agilidade aos processos de tomada e implementação de decisões. (SANCHEZ, BIENENSTEIN, 2009: 6).

Tais iniciativas institucionais configuraram uma base em termos de aprendizado para megaeventos esportivos, tanto do ponto de vista de organização em si do poder público quanto da interação deste com o setor privado. A partir das instituições, foram desenhadas as principais articulações entre os entes públicos e o formato de atuação do setor privado no evento, que acabou destacando-se com a privatização da utilização de algumas instalações esportivas construídas – em especial a Arena Multiuso, dado que, após algum tempo sob responsabilidade da prefeitura do Rio de Janeiro, o Parque Aquático Maria Lenk e o Velódromo passaram à administração do COB. Veremos, adiante, como a interação institucional durante o PAN 2007 serviu como inspiração e base para os *jogos* de 2016.

A concentração dos investimentos na região da Barra da Tijuca – um dos quatro grandes *clusters*, macro regiões de instalações para o evento – exemplificou de forma mais marcante o grau de parceria entre o setor público e privado, com o privilégio dado aos interesses comerciais, exemplificado na arquitetura da vila pan-americana – utilizada posteriormente como um dos muitos condomínios residenciais da região.

Cabe ressaltar que não é possível comparar a dimensão de *jogos* regionais como o Pan-Americano com a das *olimpíadas* e, conseqüentemente, a expectativa com relação a um legado socioambiental deve levar em consideração esta questão. Todavia, a cobrança de diversos movimentos sociais organizados e de setores da Sociedade Civil, além de posteriores cobranças mútuas entre os entes federativos públicos, deveu-se a uma contradição essencial entre o discurso e a prática aferida após o fim do evento. Se por um lado o PAN 2007 ganhou dimensões *olímpicas* em termos de magnitude das instalações esportivas – muitas, inclusive, serão utilizadas ou servirão como base para o Rio em 2016 – o legado socioambiental não confirmou as promessas e não recebeu a mesma dimensão que hoje possui nos *jogos olímpicos*. Esta questão fica latente quando são analisados os gastos públicos com os *jogos*:

(...) Os investimentos para a promoção do grande evento esportivo materializado no Pan 2007, informam que aqueles realizados majoritariamente pelo setor público, na realidade, criaram oportunidades de lucro para um pequeno número de empresas privadas. Constata-se, então,

que no âmbito da gestão urbana, a iniciativa do Pan 2007 acabou transformando-se num instrumento de reprodução do capital privado em suas diferentes modalidades (entretenimento, construção civil, entre outras), em detrimento do atendimento das necessidades básicas do conjunto da população. (SANCHÉZ, BIENENSTEIN, 2009: 15).

Para além da distância entre discurso e prática na questão do legado, a organização do PAN 2007 estimulou conflitos em torno de questões sociais, como veremos adiante, e, principalmente, a respeito da questão da moradia. Ao longo da implementação do projeto, diversas comunidades carentes foram removidas com a alegação de estarem situadas em áreas de risco, geralmente próximas a instalações esportivas. Aprofundaremos esta questão quando tratarmos do Rio 2016, que enfrenta situações análogas atualmente.

De forma mais ampla do que a questão da moradia, movimentos sociais organizados mobilizaram-se em torno das denúncias de privilégio dado ao setor privado em detrimento do legado socioambiental. Dentre os grupos de maior destaque, podemos considerar o Comitê Social do Pan (CSP):

Pode-se dizer que as articulações para a formação do Comitê Social do Pan tiveram início em 2003 quando os Fóruns do Orçamento Participativo e do Acompanhamento do Plano Diretor do Rio de Janeiro iniciavam o debate sobre os Jogos Pan-Americanos pautados em pesquisas orçamentárias e urbanísticas sobre sua implementação. A partir de abril 2005, os Fóruns passaram a se articular com a Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAM-Rio), Instituto Virtual dos Esportes (IVE), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (CDDH Bento Rubião) e grupos de pesquisa, departamentos e institutos universitários, dentre outros atores, enquanto Comitê Social do Pan. (BENEDICTO, 2009: 9).

Apesar de reunir movimentos pré-existentes e das manifestações terem sido realizadas por diversos atores sociais, a respeito de ações independentes dos *jogos*, inclusive, pode-se afirmar que ao longo da concretização do projeto, de 2003 a 2007, a organização do evento necessitou incorporar as críticas e responde-las, de certa forma, dada a articulação de grupos como o CSP. Já em 2007, o legado intangível passou a ser mais valorizado do que o tangível, tendo em vista que grande parte das promessas de legado tangíveis não foi concretizada. Além desta questão, a segurança pública foi destacada dada a ausência de um planejamento a longo-prazo, até então, que pudesse ter sido aproveitado após os *Jogos*, para além da participação bem sucedida da Força Nacional de Segurança pública no período imediatamente anterior e posterior – além do durante – o evento. Questões como a

invasão do Complexo do Alemão, por exemplo, demonstravam ações pontuais e desarticuladas com vistas apenas a garantir a segurança do PAN e passar uma sensação de segurança nacional e internacionalmente. A articulação dos movimentos sociais permanece, portanto, como um dos legados indiretos do PAN 2007 para a organização dos *jogos* de 2016.

Projetos iniciais com o dos Guias Cívicos Mirins – jovens de comunidades carentes capacitados para fornecer informações turísticas e cívicas em inglês e espanhol -, o treinamento dos voluntários em áreas ligadas aos *jogos* e o incremento pontual dado a programas municipais, estaduais e federais ligados ao esporte e a educação, podem servir como modelos básicos para o legado socioambiental dos *jogos olímpicos*, desde que devidamente ampliados e abrangendo um número maior de pessoas. A organização do PAN, portanto, apesar dos problemas e contradições, estabeleceu marcos sobre como agir até 2016 a fim de evitarmos privilégios ao setor privado exclusivamente e que a população em geral possa ser beneficiada com o evento.

3.2 – O projeto Rio 2016

A cidade do Rio de Janeiro, antiga capital da República Federativa do Brasil – até o início da década de 1960 -, passou por um processo de perda de influência relativa não apenas no cenário nacional, mas também internacional nas últimas décadas. Diretamente relacionada à questão econômica, dada a *fuga* de indústrias e empresas para áreas mais dinâmicas do país, o processo de uma crescente estagnação pode estar se revertendo nos últimos anos. Desde as candidaturas aos *jogos olímpicos* anteriores e a organização do PAN 2007, os megaeventos esportivos tem sido uma das estratégias do poder público local para reforçar vocações econômicas da cidade como o setor de serviços, incluindo o turismo, a economia ligada ao esporte e o setor cultural.

Apesar da perda relativa em termos econômicos, a cidade mantém-se como capital turística e cultural do país, além de ser sede de diversos órgãos de relevo nacional. Os maiores desafios do Rio de Janeiro para sua projeção internacional, e até mesmo nacional, estão relacionados à questão dos desafios na área da segurança pública, à grande desigualdade social, aos problemas de mobilidade

urbana dada a topografia da cidade, à baixa qualidade dos serviços públicos e à dificuldade de inserção em setores econômicos mais estratégicos dentro da área de serviços. Projetos de revitalização urbana e social para a cidade recebem, portanto, atenção especial e estratégica, assim como vimos em Barcelona – principalmente na questão urbana. A partir dos *jogos* de 2016, diversas iniciativas já em curso, além de outras inovações, podem ser aceleradas/empreendidas no espaço de seis anos, permitindo que a estratégia de reinserção da cidade na economia nacional/global seja feita por meio de setores inovadores economicamente.

De acordo com algumas análises, um cenário positivo para a cidade nos próximos anos prevê as seguintes ações: A conclusão do projeto Porto Maravilha, reposicionando a área do Porto; Os *jogos olímpicos* deixarem melhorias importantes para a qualidade de vida e atratividade da cidade; Melhorias na infraestrutura urbana, com a adição de linhas de metrô; Plano de Desenvolvimento e reposicionamento dos subúrbios na Zona Norte; Baía de Guanabara beneficiada por projetos de tratamento de esgoto e despoluição; Reposicionamento da vizinhança tradicional da Glória; Regularização e UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras) em parte significativa de comunidades; Plano substantivo de emergência em casos de enchentes; Fluxo contínuo de investimentos e sedes internacionais; Melhoria significativa dos serviços de Educação e Saúde; Sensação de segurança melhorada. (GRISA, RODRIGUES, 2010: 16).

O projeto para 2016 pode ser encarado como parte de um momento de inserção internacional do país que reflete não apenas o ganho de um status devido ao cada vez maior peso relativo entre os grandes países em desenvolvimento, mas também a uma estratégia de autonomia e desenvolvimento com inclusão social conduzido com a presença cada vez maior do Estado. Apesar de o cenário macroeconômico ser mantido com bases formuladas anteriormente à atual administração, a perseguição da estabilidade monetária e da *responsabilidade* fiscal deixaram de ser o ponto quase exclusivo da orientação econômica do país, dando lugar a novas fórmulas de interação entre Estado e mercado (DINIZ, 2009). A vitória do projeto *olímpico* também é creditada a uma maior visão estratégica por parte do Estado com relação ao Esporte e à importância, enquanto mecanismo de transformação social e urbana, dos megaeventos esportivos. O crescimento econômico do país, com políticas anticíclicas em plena crise econômico e financeira

mundial de 2008, valorizando as políticas públicas enquanto estímulo à produção e ao consumo reflete-se, na opinião de alguns analistas, também na visão estratégica que o Estado passa a desempenhar em áreas como o Esporte. Ações como o Plano de Aceleração do Crescimento, programas de moradia, de inclusão social e combate a pobreza despertam crescentemente a atenção internacional para o que seria considerado um novo momento do Brasil (DE PIERI, DEL RIO, 2009). A disposição dos entes públicos também foi considerada essencial, entendendo que é

Evidente que a escolha da cidade sede depende da relação de muitas variáveis políticas e econômicas do país e da cidade postulante, bem como da ação determinada dos vários atores políticos nesse cenário. Prova dessa disposição foi a votação, pelo poder legislativo, do Ato Olímpico em setembro de 2009, documento que oferece as garantias por parte do Governo Federal para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Medida de ordem prática, e também simbólica, o Ato Olímpico demonstra aos dirigentes internacionais a disposição do país em receber todos os atores envolvidos no cenário das competições, sejam eles atletas, técnicos, dirigentes e profissionais atuantes diretamente com esse espetáculo, garantia essa que não foi dada, por exemplo, por Chicago em função da política externa estadunidense. (RUBIO, 2010: 22).

Aproveitando a crescente confiança internacional em termos de atratividade de investimentos, o projeto do Rio de Janeiro foi elaborado a fim de acelerar programas previamente estabelecidos para a cidade e para o país como um todo, não somente em termos de infraestrutura urbana, mas também no que tange programas socioambientais. Previamente aos *jogos*, a cidade terá sediado, e atraído investimentos consequentemente, diversos megaeventos esportivos como o PAN 2007 – conforme vimos, os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Copa das Confederações de Futebol em 2013 e a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014. Durante todo esse período, investimentos públicos e privados serão realizados na cidade, ensejando a oportunidade de uma transformação que privilegie não apenas os interesses econômicos, mas também a inclusão social. Conforme veremos adiante, a Autoridade de Desenvolvimento Olímpico será responsável por coordenar as ações entre Estado e mercado, coordenando a construção e a reforma das instalações esportivas – e não esportivas – necessárias para os *jogos* e previstas no plano vitorioso. Dentre os projetos, destacam-se:

Numerous construction and development projects, consisting of seven planned projects and eight projects currently underway, have to be completed in accordance with the sustainability concept and assorted goal of

the Rio 2016 Games. (...) These projects include: the new National Olympic Training Center in Barra da Tijuca (permanent), a new Olympic village and media village in Barra da Tijuca (permanent), a new section of the Port of Rio (temporary), 20,000 additional hotel rooms (permanent), expansion of both the international and regional airports (permanent), improvements and expansions of the metro system (including 7 new stations), a new high-speed bus systems (permanent), and 170 kilometers of new roads. (WAGAR, 2009: 9).

O projeto do Rio foca nos seguintes pontos: Os *jogos* enquanto catalizador do desenvolvimento em curso da cidade; Novo território para os *jogos olímpicos*; Promoção do Brasil; Qualificação da marca *olímpica* por meio da experiência dos *jogos*; Os planos e requerimentos da cidade a longo-prazo serão acelerados; Criar um entendimento mais profundo e global a respeito do Brasil moderno; Criar benefícios a partir do legado esportivo para toda a América do Sul; Valores *olímpicos* melhorando o desenvolvimento econômico e social. (GAFFNEY, 2009: 16). O grande questionamento é como conduzir um megaevento com tão ampla pretensão e como resolver o desafio de ser viável economicamente – diante das contradições da cada vez maior comercialização do evento – e ainda cumprir as promessas socioambientais. Mais do que demonstrar o crescimento econômico do país e a sua cada vez maior inserção internacional – turbinado pela recente descoberta de reservas petrolíferas na camada pré-sal que colocarão o país entre os dez maiores produtores mundiais de petróleo – a imagem aguardada pelo mundo após a escolha da cidade do Rio é a de um país capaz de recuperar séculos de desigualdade social e de uma cidade que vença seus desafios de segurança e integração econômica.

Desde a introdução do projeto vencedor para os *jogos olímpicos* de 2016, o RIO 2016 assume como vantagem para o COI organizar os *jogos* em uma cidade que fornece um cenário capaz de inspirar e atrair a atenção dos bilhões de telespectadores dos *jogos*. Além disso, fica clara a disposição de melhorar a qualidade de vida da população carioca em termos de transformações urbanas e sociais. O compromisso com a América do Sul como um todo é expresso no compartilhamento do Centro Olímpico de Treinamento – instalação a ser construída para os *jogos* – colocado à disposição da juventude de todo o continente. A excelência técnica do projeto é ressaltada, garantindo a integração entre os três níveis de governo, a fim de concretizar os melhores serviços possíveis para os

envolvidos nos *jogos*, além da transformação social e o desenvolvimento do esporte. (RIO 2016, 2009). Com os cariocas, o compromisso do projeto é de transformar a cidade, “surgirá uma nova infraestrutura urbana, novas iniciativas ambientais, físicas e sociais, além de vantagens e oportunidades para todos” (RIO 2016, 2009: 3). Além disso, o projeto compromete-se a inserir internacionalmente a cidade, por meio da integração do plano aos objetivos de longo-prazo do Rio de Janeiro, sendo assim, coloca que “a realização dos Jogos Rio 2016 também possibilitará a concretização das aspirações globais para o futuro da cidade, da região e do país, com uma visão de longo prazo. Será a oportunidade de acelerar a transformação do Rio de Janeiro em uma verdadeira cidade internacional” (RIO 2016, 2009: 3).

A longo-prazo, o projeto promete integrar-se aos planos pré-existentes do Rio de Janeiro, concretizando análises e estratégias a partir do estudo de sedes anteriores. A partir desta integração, o plano prevê a melhoria na infraestrutura urbana, a renovação da zona portuária, no setor de transporte e de segurança. A visão é que estas melhorias possibilitará uma maior harmonia na cidade, garantindo novas oportunidades de emprego, dentre outras vantagens, além de planos de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis. Em termos institucionais, seguindo os passos de sedes anteriores – conforme vimos – o projeto prevê a criação de duas organizações responsáveis pela verificação do legado:

Um Comitê de Legado Olímpico Rio 2016 – uma aliança composta pelo Governo, por empresas, pelo Comitê Olímpico Brasileiro e por grupos e organizações da comunidade – foi criado para supervisionar todos os projetos associados ao legado Olímpico de 2009 até 2020, independentemente do resultado da candidatura.

Um Comitê de Legado Urbano, dirigido pelas autoridades municipais, também foi formado para estudar as instalações escolhidas para os Jogos e garantir o alinhamento completo do Plano Mestre dos Jogos aos objetivos de longo prazo da cidade, trazendo assim vantagens para todos.

Se o Rio tiver a honra de ser eleita cidade-sede, os dois comitês trabalharão com a Autoridade Pública Olímpica (...) garantindo um legado Olímpico sustentável de longo prazo (...). (RIO 2016, 2009: 5).

3.2.1 – O Legado

Especificamente sobre o legado, o projeto considera que já a partir da candidatura aos *jogos* a cidade começou a ser beneficiada e cita como exemplos disto o fato do projeto de reurbanização do Porto ter sido acelerado, além do

planejamento de um novo sistema de transporte, do lançamento da Agência Nacional Antidoping e a adoção pela cidade da legislação federal sobre acessibilidade. Todavia, como *principal legado olímpico* o plano prevê que seja constituída *uma nova era para o Rio e seus habitantes*. O compromisso estabelecido é o de que o legado seja sustentável e que as transformações deem-se por meio do esporte. O plano estabelece quatro áreas prioritárias para o legado: transformação da cidade; inserção social – habitação, treinamento e emprego -; juventude e educação; Esportes.

Para a transformação da cidade, o projeto prevê diversas ações que terão início com os *jogos* e outras que estariam já em curso, incluindo:

- Melhoria da qualidade do ar, graças a controles mais estritos das emissões das indústrias e dos transportes públicos;
- Melhoria dos transportes públicos graças à criação do Anel de Transporte de Alta Capacidade;
- Importantes melhorias na segurança, incluindo novos sistemas e novas competências;
- Preservação da maior floresta urbana do mundo, incluindo o plantio de 24 milhões de árvores até 2016;
- Projetos importantes de renovação, incluindo:
 - A transformação da zona portuária em um grande bairro residencial, de entretenimento e turismo, que renovará o elo entre o porto e o coração da cidade;
 - Novos centros residenciais e de entretenimento nas Zonas Maracanã e Deodoro;
 - Importante renovação de infraestrutura na Barra, sobretudo nas instalações esportivas, de lazer e de transporte;
 - O Parque Radical de Deodoro, a zona com o maior percentual de jovens da cidade, com uma ampla variedade de instalações esportivas e de lazer. (RIO 2016, 2009: 7).

Todos estes planos, segundo o projeto, pretendem tornar a cidade mais global, com novas oportunidades de negócios, turismo e com uma melhor qualidade de vida. Já no que tange a inserção social, o projeto prevê a construção de moradias a partir da construção das quatro vilas olímpicas – desconsiderando que grande parte será vendida pelas imobiliárias participantes - , a capacitação e treinamento da mão-de-obra voluntária a partir de parcerias com o governo e outras instituições. Com relação aos empregos, a previsão é que sejam criados 50.000 empregos temporários e 15.000 permanentes, em áreas como serviços, turismo, gestão do esporte, dentre outras. Fora isto, a previsão do projeto é que mais vagas permanentes serão criadas no setor de comércio.

Para a juventude e a educação, o compromisso do projeto olímpico é de incrementar projetos do Governo Federal que fazem a conexão entre Esporte e Educação. Dentre estes, o projeto cita:

O crescimento do Programa Segundo Tempo (PST), um programa apoiado pelas Nações Unidas, que dá acesso ao esporte nas escolas públicas, incluindo, atualmente, um milhão de crianças. De 2009 até 2016, o PST crescerá até abranger 3 milhões de crianças brasileiras;

Um investimento de mais de US\$ 400 milhões entre 2009 e 2016 no Mais Educação, um programa federal de financiamento de infraestruturas esportivas nas escolas públicas. Os métodos de ensino de educação física e esportiva serão melhorados, reforçando o objetivo global, que é popularizar as aulas de educação física e esportiva em todos os estabelecimentos escolares;

Além disso, os Jogos Escolares e Universitários (uma iniciativa premiada pelo COI) serão ampliados. Dos atuais 2,5 milhões de jovens, o evento passará a atender 5 milhões de estudantes, o que estimulará a participação nos esportes Olímpicos. Este programa está alinhado com os conceitos dos Jogos Olímpicos da Juventude organizados pelo COI, que envolvem esporte, cultura e educação. (RIO 2016, 2009: 9).

De forma integrada aos programas de Educação e Esporte, estão previstas ações para promover os valores olímpicos para estudantes brasileiros e de outros países. A partir de programas elaborados em conjunto com os patrocinadores, a mídia, o COI e o IPC (International Paralympic Committee) e de programas já existentes como o *inspiração internacional* de Londres e o *Olympic Lives*, serão elaboradas ações como a distribuição de material pedagógico para ser distribuído em todo o mundo.

O legado esperado para o esporte contempla o desenvolvimento do mesmo em todo o continente sul-americano por meio de ações como a concessão de bolsas para atletas que não dispõem de patrocinadores privados – 11.000 jovens atletas seriam beneficiados, atacando uma das maiores deficiências do esporte no país – e bolsas vinculadas também ao programa de solidariedade olímpica para atletas de todo o mundo treinarem no Centro Olímpico de Treinamento. O projeto também prevê um incremento ao esporte de alto-rendimento no país com o investimento de mais de 200 milhões de dólares na preparação das equipes olímpicas e paraolímpicas, além das 29 instalações esportivas de treinamento no Rio e as 14 fora da cidade, próximas a comunidades carentes.

3.2.2. – As instalações

Com relação às instalações, o projeto carioca prevê quatro grandes zonas – *clusters* – dentro da zona de perímetro urbano do Rio de Janeiro. A promessa é que todas as instalações possam ser acessadas por meio das novas obras do Anel de Transporte de Alta Capacidade e das Faixas Olímpicas, com tempo de deslocamento baixo. Segundo o Comitê Organizador, dadas as obras feitas para o PAN 2007, os Jogos Mundiais Militares de 2011 e a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, apenas 26% das instalações terão que ser construídas (RIO 2016, 2009b: 3). A Vila Olímpica e Paraolímpica contará com 17.700 camas, sem áreas comuns como dormitórios, localizando-se próxima ao Parque Olímpico, permitindo que os atletas acessem mais de 10 instalações esportivas a pé. A infraestrutura da Vila contará com centros de treinamento, uma Praia Olímpica e áreas de lazer reservadas. A promessa é que a Vila conte com acessibilidade total.

Segundo o Plano, a localização das instalações segue a visão de longo-prazo da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para a cidade. A justificativa para a localização da maior parte das instalações na área da Barra da Tijuca – e consequentemente da maior parte dos investimentos – é o fato de ser um bairro em crescimento, que observará melhorias com relação ao transporte público, à questão habitacional e à proteção ambiental. A escolha da região de Deodoro está relacionada ao fato de ser a área de maior concentração de jovens na cidade do Rio de Janeiro, sem contar com serviços e infraestrutura adequados para tal. Desde o PAN 2007, a visão dos organizadores dos megaeventos é a de estimular a participação destes jovens em atividades esportivas, com a promessa de incremento a partir da construção do Complexo do Parque Radical para os *Jogos* de 2016.

A região do Maracanã, incluindo o Centro do Rio, é a que recebe mais promessas de revitalização urbana. O plano prevê intervenções urbanas na área do entorno do Maracanã, do Sambódromo – uma das instalações olímpicas – e, principalmente, do Porto da cidade. A promessa é de uma revitalização “permanente e de longo prazo em toda a Região” (RIO 2016, 2009b: 9). Já para a Zona de Copacabana, que contempla alguns bairros da Zona Sul da cidade como Copacabana, Lagoa, Flamengo, dentre outros, o projeto prevê mais impactos ambientais do que de regeneração urbana, já que a região conta com poucas perspectivas de expansão.

De acordo com o projeto, os estádios de futebol do Maracanã e das outras quatro cidades-sede das competições de futebol – São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Brasília – terão seus estádios reformados para a Copa Mundial de Futebol FIFA 2014, quando atingirão o padrão olímpico. Serão construídas nove instalações que ficarão como legado permanente para a cidade do Rio de Janeiro. A promessa é que todas as instalações a serem construídas estão, desde já, fundamentadas em planos comerciais, o que garantiria a sustentabilidade a longo-prazo, em especial no que tange benefícios para a comunidade e para o esporte olímpico e paraolímpico (RIO 2016, 2009c: 3). Todas as instalações receberam a garantia de financiamento por parte dos três níveis de governo e possuem prazo para conclusão das obras de, no mínimo, um ano antes do evento.

A assinatura pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva da Medida Provisória que cria a Autoridade Pública Olímpica (APO), em 2010, pode ser considerada uma ação no sentido de haver mais coordenação entre Mercado e Estado. A APO, instituição criada a partir da experiência dos *Jogos Olímpicos* de Londres 2012, sintetiza o compromisso dos entes federativos brasileiros em coordenar os serviços públicos e a entrega da infraestrutura necessária à realização dos Jogos. A APO será responsável por coordenar as diversas divisões envolvidas com a realização dos Jogos, como marketing, tráfego e transporte olímpico, segurança, sustentabilidade e ainda supervisionar os projetos das instalações esportivas e da regeneração urbana, um dos principais legados da organização do evento.

Além da criação da APO, as secretarias e ministérios envolvidos na organização do evento devem priorizar o legado deixado por tal organização, conclamando a população em geral e os empresários especificamente para participarem de uma conjuntura única para um esforço coletivo em prol de transformações para o país. Projetos como o de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro a partir da construção das vilas de mídia e outras instalações para os Jogos 2016, são exemplos de como canalizar esforços em prol de um legado positivo.

3.2.3 – Meio-Ambiente e Sustentabilidade

O plano prevê para a área de meio-ambiente e sustentabilidade quatro áreas principais de atuação: Conservação da água, energia renovável, Jogos neutros em carbono e gestão do lixo/responsabilidade social. Com relação à conservação da água, a promessa é recuperar rios e córregos da cidade, além da despoluição da Baía de Guanabara e do sistema lagunar da Barra da Tijuca, contando com ações de tratamento de esgoto e conscientização ambiental. Para utilizar energia renovável, o Comitê pretende utilizar pilhas que utilizam combustível de hidrogênio e células geradoras nas instalações. As emissões de carbono serão neutralizadas, de acordo com o projeto, com o reflorestamento de mais de três milhões de árvores plantadas na Floresta da Tijuca, um programa que está inserido na estratégia de plantar vinte e quatro milhões de árvores em todo o Estado até 2016. Este programa fará parte de um Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, abrangendo ainda ações de conscientização e desmatamento zero nas florestas da cidade. Por fim, uma promessa que também impacta na questão da moradia, é a de gerir sustentavelmente o lixo produzido no evento. 100% do lixo sólido será tratado e reciclado em uma cadeia de economia solidária, sustentável, em conjunto com as comunidades vizinhas. A promessa é que as desapropriações e aquisições sigam a mesma lógica.

Para assegurar que as metas de sustentabilidade perpassem todo o projeto, foi planejada uma instituição responsável pela aferição:

Os Ministérios do Esporte e do Meio Ambiente celebraram um acordo pelo qual a Comissão Especial de Meio Ambiente, que faz parte do Comitê de Candidatura Rio 2016 se tornará a Divisão Olímpica para a Sustentabilidade (DOS). A DOS estará subordinada à Autoridade Pública Olímpica (APO), e será a agência Olímpica encarregada da operação dos projetos e investimentos previstos no programa de preservação do meio ambiente. (RIO 2016, 2009d: 3).

A DOS em conjunto com o Comitê Organizador ficarão responsáveis por:

- elaboração de políticas de coordenação e planejamento;
- capacidade de realização e pesquisa;
- avaliação de projetos;
- coordenação da mobilização dos investidores;
- definição e controle de indicadores em seus respectivos projetos;
- obtenção de provas concretas da realização dos projetos. (RIO 2016, 2009c: 13).

Os indicadores utilizados para o acompanhamento serão fornecidos pelo IBGE de acordo com normais nacionais e internacionais das Nações Unidas. Foi garantido espaço de diálogo com a Sociedade Civil na organização do DOS a fim de debater necessidades de ação no âmbito da sustentabilidade.

A promessa da organização é que em todas as ações econômicas, ambientais e sociais sejam considerados os pilares do *planeta – uma visão global de sustentabilidade, pessoas – ganhos sociais para o Rio de Janeiro e prosperidade -*, considerando o lema *Jogos Verdes para um Planeta Azul*. A ideia da organização é conseguir implementar ações sociais e ambientais em todas as quatro zonas dos *jogos*.

3.2.4 – Transportes e tecnologia

As áreas de Transportes e Tecnologia podem trazer avanços significativos para a infraestrutura da cidade do Rio de Janeiro, auxiliando no projeto maior – ao menos o declarado – dos *jogos* de transformar a cidade estrutura e simbolicamente, inserindo-a em um novo momento de sua vocação econômica, assim como incluindo socialmente parcelas excluídas da sociedade. Com relação aos transportes, o plano prevê que todos os participantes dos *jogos*, sejam espectadores, atletas, Família Olímpica, enfim, todos que necessitam deslocarem-se durante o evento, terão transportes *seguros, rápidos e confiáveis*. A força de trabalho e os espectadores poderão se deslocar gratuitamente, utilizando o *Anel de Transporte de Alta Capacidade*, uma promessa de integração entre um novo sistema de trens, um sistema de metrô reformado e os novos BRT (Sistemas de Ônibus em faixas exclusivas, rápidas). Também no caso dos transportes, uma instituição, a Divisão de Transporte e Tráfego Olímpico (DTTO) coordenará as ações dos entes públicos responsáveis pelo trânsito durante os *jogos*. A DTTO responderá diretamente à APO, garantindo assim que os principais envolvidos na organização do evento dialogarão a respeito das demandas de transporte.

Para o aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão – estão previstas as seguintes intervenções, que se concretizadas, poderão deixar um legado tangível importante para o turismo e a cidade como um todo:

A ampliação das duas pistas para possibilitar as operações das aeronaves modelo A380 até 2010;
A reforma dos terminais 1 e 2, com a aplicação de níveis de serviço internacionais e aumento da capacidade do aeroporto para 20 milhões de passageiros/ano até 2010;
A construção de duas áreas de estacionamento com capacidade total para 6.000 veículos até 2012;
A construção de um armazém adicional de logística com 12.000m² para aumentar a capacidade de transporte de cargas para 120.000 toneladas/ano até 2014, bem acima da demanda esperada para os Jogos;
A construção de dois terminais satélites, atingindo a capacidade de 25 milhões de passageiros por ano até 2014.

De forma geral, as promessas para o transporte são:

- A reforma dos dois terminais do Aeroporto Internacional do Rio para atingir a capacidade de 25 milhões de passageiros por ano até 2014;
- Um programa de melhorias no valor de US\$ 1,1 bilhões (incluindo os próprios trens) na rede ferroviária de subúrbio que irá resultar em um sistema de alta capacidade de primeira linha, conectando áreas altamente populosas da cidade com as Zonas Deodoro e Maracanã;
- A extensão, orçada em US\$ 1,2 bilhões (incluindo os trens), da Linha 1 do metrô na zona sul, assim como a conexão entre as duas linhas de metrô, que irá ampliar os serviços entre o centro da cidade e as Zonas Maracanã e Copacabana;
- A construção, com um investimento total de US\$ 1,5 bilhão, de três sistemas BRT (corredor T5, Barra-Zona Sul e Ligação C).

Dentre os avanços com relação à tecnologia, destacamos a consolidação da cidade do Rio de Janeiro como principal centro de telecomunicações do país, o que poderá auxiliar a trazer cada vez mais oportunidades na área para a cidade. Uma das iniciativas de destaque a partir dos jogos é a Rede Nacional de Esportes. Por meio de uma central de telecomunicações, as principais entidades esportivas do país estarão conectadas. Também por meio de uma rede, será criado o Centro Nacional de Informação Esportiva, que contará com serviços de TI e comunicação para quem precisar utilizar seus serviços. Em uma segunda fase, a conexão esporte e educação será beneficiada pela integração da comunidade educacional à Rede Nacional de Esporte, consolidando e expandindo o conhecimento e a prática do esporte.

3.3 – O projeto em perspectiva aplicada

Considerando a questão da melhoria da educação e a sua conexão com o avanço do esporte no país, podemos pensar a partir do projeto que os programas previstos nesse sentido para os *jogos* de 2016 contemplam projetos em curso especialmente pelo Governo Federal. Apesar de promessas de avanços concretos, como a instalação de quadras esportivas e a utilização do esporte enquanto estratégia de ensino em tempo integral, é necessária a problematização de alguns conceitos utilizados pelo projeto.

A consideração de que a conexão entre esporte e educação é capaz de gerar desenvolvimento econômico e social por meio de estratégias de inclusão de crianças e jovens que passam pelo processo educacional - da escola à universidade – sustenta ideologicamente os diversos programas que mobilizam não somente o poder público, mas também setores da sociedade civil organizada. As políticas públicas de promoção da educação através do esporte insistem na ênfase da atividade física como elemento indispensável da grade curricular das escolas, auxiliando o bem-estar da saúde física e mental dos alunos. Porém, quando se associa esporte e educação em um cenário de investimentos públicos, tendo como pretexto um grande evento de curta duração – ainda que com um suntuoso legado prometido – torna-se imperativo problematizar os ganhos e os problemas gerados pela “mercadorização” tanto do esporte quanto da educação.

Em que medida a divulgação e o incentivo das atividades físicas de alto rendimento – modalidade esportiva característica das Olimpíadas – implicam inclusão social, desenvolvimento educacional e geração de oportunidades? O aluno atendido por esses programas terão mais acesso ao mercado formal? Terão mais chances de escapar do fracasso escolar? Como tem sido pensadas – qualitativamente – essas questões? A Educação tem sido contemplada nessas políticas públicas como meio ou como fim em si mesma? Ela está subordinada aos esportes ou trata-se do contrário: o esporte como parte integrante do processo de ensinoaprendizagem? Tais questionamentos poderão propiciar uma

visão mais completa da implementação das citadas políticas públicas, bem como auxiliam na identificação dos impactos sociais por elas gerados.

Os valores de integração social, identidade coletiva, cidadania e tantos outros atribuídos ao esporte aplicado à educação devem ser pensados quando traduzidos em investimentos públicos. Qual a aplicabilidade desses valores no cenário contemporâneo da educação no Brasil? Quais são suas bases de operacionalidade? Até que ponto conseguem ultrapassar o discurso do mercado para se traduzir, efetivamente, em ganho social? Dentro da estratégia desta pesquisa de problematizar o legado social dos *jogos olímpicos Rio 2016*, estas questões fornecem a base para análises futuras a respeito do impacto de um megaevento esportivo para a conexão esporte e educação, dado o discurso oficial de incremento e inovação na área.

A percepção de que os programas colocados como legado para a juventude e a educação contemplam iniciativas já existentes – centralizando o papel dos *jogos* na canalização de mais recursos – coloca em questão a real centralidade da educação para o legado olímpico, dado que, diante da oportunidade de organização dos *jogos* poderiam ser aproveitadas de forma mais efetivas a mobilização em torno do esporte, inclusive utilizando mais o conhecimento do *olimpismo* como ferramenta educacional. À construção de quadras e a ampliação do programa Segundo Tempo, além das promessas de confecção de material pedagógico relacionado ao tema do *Olimpismo*, poderiam ser somadas iniciativas que abrangesse de forma mais direta a Sociedade Civil Organizada, incluindo universidades e projetos educacionais que lidam com a conexão da Educação com o Esporte.

A Prefeitura do Rio de Janeiro planejou dois projetos conectados ao legado para a conexão educação e esporte a partir dos *jogos*. O primeiro projeto é o *Rio Criança Global*,

Com o *Rio Criança Global*, a partir do segundo semestre de 2010 o inglês passará a fazer parte da grade curricular também para os 177 mil estudantes do 1º ano (antiga Classe de Alfabetização) ao 3º ano, e a partir de 2011 as aulas serão gradualmente estendidas às demais séries até que, em 2016, o ensino de inglês esteja universalizado nas escolas do Município. O enfoque das aulas também será diferente, privilegiando a conversação e a fluência verbal.

Os demais anos da educação Fundamental já contam com o ensino do Inglês. A estratégia do programa é permitir o ensino de um segundo idioma para os alunos da

rede municipal em todas as fases do Ensino Básico/Fundamental, prevendo a cada vez maior inserção internacional da cidade. A partir do programa a prefeitura já efetuou a contratação de professores concursados com a finalidade de aumentar a disponibilidade de professores de inglês. Entretanto, cabe ressaltar que, acompanhado da contratação de novos professores e da disponibilidade de ensino do idioma estrangeiro, é necessária a reforma da infraestrutura das escolas, conectando-as a métodos modernos de ensino-aprendizagem de idiomas estrangeiros e de conteúdos em geral. Além do Rio Criança Global, a prefeitura oferecerá o programa *Rio em Forma Olímpico* que

visa atender, dentro das próprias comunidades, os moradores em atividades que fomentem a qualidade de vida. O projeto está focado nos valores emocionais e educacionais, capazes de serem mobilizados pelo esporte e o lazer, pretende através das suas atividades, agregando conhecimentos, valores, condutas e comportamentos. Os núcleos estão sendo implantados nas comunidades que dispõem de espaços físicos que comportem as atividades e também em áreas consideradas conflagradas, onde os alunos avaliados pela última prova do MEC apresentaram baixo índice de desenvolvimento educacional; priorizando assim, as áreas das ESCOLAS DO AMANHÃ. Serão oferecidas nos núcleos, atividades esportivas, culturais, sociais, éticas e de saúde, todas instruídas por profissionais qualificados e registrados nos seus devidos órgãos de fiscalização, funcionando de segunda a sexta.¹⁸

Para além da questão da educação, é necessário problematizar o discurso da inserção/promoção global da cidade do Rio de Janeiro, dada a possibilidade da estratégia focar apenas na atração de investimentos de capital volátil em detrimento de investimentos tangíveis, especialmente em áreas benéficas para a população em geral. Da mesma forma, toda a estratégia de desenvolvimento que perpassa os avanços urbanos – infraestrutura – devem ser acompanhados dado o risco de *captura* do Estado pelo mercado, conforme vimos, com o privilegiamento de atores privados como construtoras, grandes empresas e o turismo internacional com foco exclusivo no setor de mais alta renda.

Estas questões influenciam diretamente na questão da moradia e na transformação urbana de áreas socioeconomicamente desprivilegiadas da cidade, uma vez que caso os interesses privados sejam exclusivamente beneficiados e modelos anteriores de organização dos *jogos* no que tange o privilégio à habitação privada e ao recrudescimento de especulação imobiliária, ocorra também nos *jogos*

¹⁸ <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smel/exibeconteudo?article-id=106760>> Acesso em 10/10/2010.

de 2016, a cidade perderá uma chance de conseguir incluir as regiões menos favorecidas no roteiro de legados positivos sociourbanisticamente, sem estigmatizar ainda mais áreas como as das favelas. Portanto, uma estratégia que assume o legado social como de fato central, além de estabelecer regras de remoção de comunidades e de ocupação do solo urbano que estejam de acordo com os interesses das população afetada, preconiza

uma *inflexão territorial* de políticas públicas, especialmente na direção dos espaços marcados pelas desigualdades sociais, superando a notória concentração de recursos e bens públicos na cidade. Portanto, um projeto de justiça territorial urbana capaz de promover a *substancialização* dos direitos sociais e o reconhecimento concreto de sujeitos de direitos.

Longe de representarem territórios caóticos, sem lei e sem controle que ameaçam a cidade – como afirmam os discursos mais conservadores – as favelas constituem experiências valiosas para repensar e refazer a cidade como um todo. A inclusão das favelas no cenário de mudanças efetivas do Rio Olímpico não deve ser em função das representações negativas que se fazem delas ou por um “estado absoluto de precariedade urbana”, mas por significarem umas das experiências mais dignas e legítimas de luta de direitos à Cidade. (BARBOSA, 2010: 5).

Neste sentido, também cabe destacarmos o projeto de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro, diretamente conectado ao plano para os *jogos* e mencionado como um dos legados deste. O projeto *Porto Maravilha* prevê a transformação da Zona Portuária por meio de uma união de iniciativas entre as três esferas de governo. Na primeira fase do projeto, está previsto o investimento de R\$ 350 milhões a serem alocados principalmente em obras de reformulação urbanística. A inspiração do projeto é especialmente o Porto de Barcelona e também Puerto Madero, em Buenos Aires, com melhorias para toda a região do entorno, como investimentos em iluminação pública, patrimônios culturais, pavimentação calçamento, drenagem e plantio de árvores¹⁹. Segundo a prefeitura,

Entre as obras já em andamento, está a nova alça de acesso rodoviário às Docas, via que pretende desafogar o trânsito na Avenida Brasil ao desviar o acesso de caminhões de carga com destino ao terminal. A demolição da alça de subida do Viaduto da Perimetral também está previsto para a primeira fase do projeto, bem como a reurbanização do histórico Morro da Conceição, marco da ocupação da cidade no século XVI. Os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo também serão beneficiados com obras e melhorias.

O Píer Mauá, porta de entrada dos turistas que chegam à cidade a bordo de transatlânticos, também trará modificações em suas instalações, que vão do armazém 1 ao 4. Sede de um dos mais importantes eventos de moda do

¹⁹ < <http://www.portomaravilhario.com.br/oprojeto/>> Acesso em 10/10/2010.

país, o Fashion Rio, o espaço também abrigará o Museu do Amanhã. Parceria entre a Prefeitura e a Fundação Roberto Marinho, o espaço será dedicado à sustentabilidade.²⁰

A demolição do elevador da perimetral, via expressa de 7 km que liga a zona norte à zona sul da cidade, é tradicionalmente apontada como uma das soluções para a região. Além de constar nos planos para o *Porto Maravilha*, a demolição já fez parte de projetos anteriores que visavam reformar o porto. O elevador é símbolo de uma cidade – e um país – que optou pelo privilégio dado ao transporte individual em detrimento do coletivo (FERREIRA, 2010). O projeto RIO 2016, que inicialmente não previa instalações relevantes para a zona portuária, passou a demandar do COI que parte das vilas e outras instalações não esportivas se localizassem na região. Após uma série de convênios e acordos assinados com os responsáveis pela organização – e pelo legado – dos *Jogos de Barcelona e Londres*, e após a constatação que a região que mais poderia vir a ser beneficiada pelos *jogos* é a do centro – e mais especificamente, a zona portuária – foi decidido que o Centro Operacional de Tecnologia (TOC), a Vila de Mídia para jornalistas não credenciados, o Centro de Credenciamento e Distribuição de Uniformes (UAC), o Centro de Credenciamento (MAC) e o Centro de Distribuição (MDC) ficarão na região, que ainda contará com dez mil quartos das vilas transferidas – parte da vila de mídia e a vila de árbitros.

Diante da centralidade que o Porto passou a ter nos projetos para os *jogos* torna-se imperativo questionar se o privilégio dos benefícios será dado somente ao incremento do turismo e às sedes empresariais transferidas para a região ou se haverá ganhos sensíveis para a população local, especialmente na questão da moradia. A já anunciada Parceria Público-Privada para as obras na região, em ambas as fases do projeto, prevê que o consórcio de empresas vencedor também será responsável pela administração da região após a finalização das obras. É necessário que trabalhos futuros observem se os interesses públicos – em especial com relação às questões sociais – estão sendo observados na condução das obras e na futura administração do novo espaço.

Ressalvas com relação à remoção de moradores já constam como preocupações, dado que a constatação do encaminhamento do projeto é a de que este privilegia os interesses comerciais em detrimento dos sociais, apesar da

²⁰ Idem

previsão da Unidade de Polícia Pacificadora para o Morro da Providência vir acompanhada dos projetos sociais das UPPs e que o casario da região seja recuperado pelo programa *novas alternativas*²¹, que promove principalmente a construção de moradias de uso misto, com prédios associados a comércios e serviços²². A manutenção de áreas para utilização de habitação com interesse social, conforme previsto no projeto, é essencial para a proposta de revitalizar a área de forma a contemplar a população em geral. Além do programa *novas alternativas*, a prefeitura lançou o programa *Morar Carioca* que prevê um processo de urbanização e de integração de todas as favelas cariocas em um espaço de 10 anos²³ e, além de urbanização, o projeto “prevê outras quatro linhas de atuação: conservação do espaço público, controle do crescimento das favelas, legislação urbanística, com a criação de Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSO) e o reassentamento de moradores que se encontram em áreas de risco”²⁴, uma promessa importante e que pode fornecer ferramentas de legado urbano e social de grande impacto. Vale ressaltar que as promessas do *Moras Carioca* também constam como compromisso da cidade com o COI.

Para monitorar as ações que gerarão os mais diversos tipos de legados para a cidade a partir dos *jogos* a Prefeitura do Rio de Janeiro lançou o *Legadômetro*, que utiliza parâmetros econômicos, socioambientais e urbanísticos para avaliar o impacto dos projetos relacionados à organização das *Olimpíadas* para a cidade a longo-prazo. Representantes da prefeitura e da Empresa RIO 2016 – responsável pelos projetos que gerarão legado, conforme vimos – avaliará os projetos atribuindo notas a fim de mensurar o possível impacto destes. Apesar da iniciativa representar um determinado grau de preocupação por parte da iniciativa pública municipal com relação ao legado que possivelmente será deixado para a cidade, é necessário que o mecanismo passe a contemplar também setores da Sociedade Civil Organizada e que possa ter critérios mais claros e com maior grau de determinação sobre os projetos.

²¹ <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/compur/pdf/projeto_porto_maravilha.pdf> Acesso em 10/10/2010.

²² <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=125406>> Acesso em 10/10/2010.

²³

<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=868

> Acesso em 11/10/2010.

²⁴ Idem.

Algumas iniciativas já começaram a se concretizar na cidade. A construção da Vila Pan Americana já teve início, o que auxilia a diminuir a necessidade de acelerar o processo de forma a obter financiamentos e empréstimos de forma não transparente como ocorrido em eventos anteriores. Além disso, a prefeitura conseguiu uma linha de financiamento com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento - para a construção dos trajetos de BRT programados para os *jogos*, o que permitiu que o trajeto de algumas linhas fosse ampliado, beneficiando mais regiões e, conseqüentemente, um maior número de pessoas. É necessário que as condicionalidades dos empréstimos relacionados aos *jogos* sejam observadas, pois em nome da celeridade do processo e da necessidade contratual de finalização dos empreendimentos no prazo pré-estabelecido, questões sociais e urbanas podem dar lugar aos interesses comerciais exclusivamente.

Um dos Centros de Treinamento previstos para serem instalados até os *jogos* também já foi concretizado. O Centro de Treinamento e Revelação de talentos para lutas, e futuramente, sede também de um laboratório esportivo com padrões internacionais, teve início no Parque Aquático Maria Lenk, iniciando também um padrão de utilização de instalações esportivas que poderá, caso seja mantido e estimulado, diminuir a ociosidade de instalações esportivas após a realização dos *jogos*, uma das maiores preocupações com relação a um possível legado negativo. Para a região do Porto, as obras do projeto *Porto Maravilha* já tiveram início, com licitações de projetos e contratações de iniciativas como o *Museu do Amanhã*, a ser instalado na região do Cais. Como já colocamos enquanto reflexão, a observação de como os equipamentos do Porto servirão à população em geral e não apenas ao público ligado ao turismo e aos negócios diretamente impactados pelas obras deverá ser levada em consideração durante todo o processo de implementação do projeto.

No âmbito político, é possível destacar como o Esporte passou a ganhar mais centralidade enquanto política pública, ao menos nos discursos oficiais de autoridades públicas. Em alguns casos, o discurso já está cedendo lugar à concretização de iniciativas para a promoção do Esporte de alto rendimento e da atividade física, relacionada à educação ou não. A presidenta eleita para o mandato 2011-2014, Dilma Rousseff, comprometeu-se durante a campanha a investir no esporte de alto rendimento a fim de tornar o Brasil uma potência olímpica, a

desenvolver o esporte de base – com a ampliação do projeto Segundo Tempo (conexão esporte e educação) e do programa Mais Educação – construção de quadras poliesportivas – além de aumentar o orçamento do Ministério do Esporte. No mesmo âmbito, a Prefeitura carioca criou o projeto *Time Rio Olímpico*, que destinará bolsas de formação e sustento para atletas e paratletas com potencial olímpico, projeto semelhante ao *Bolsa Olimpíada* federal.

3.4 – Rio de Janeiro: cidade transformada ou cidade dividida?

Apesar do projeto da cidade do Rio de Janeiro ainda estar sendo efetivado, a menos de seis anos dos *jogos olímpicos* de 2016, já é possível tecermos algumas conclusões e, principalmente, apontamentos a respeito da condução do projeto, tendo em mente a premissa principal de integrá-lo ao planejamento de longo-prazo da cidade, da necessidade de observância das demandas da sociedade e, principalmente, da questão social enquanto foco da justificativa de dispêndio de recursos públicos em megaeventos esportivos.

A premissa de integração do projeto aos planos de longo-prazo para a cidade pode se concretizar, como previsto no compromisso com o COI, no entanto, é necessário que novas formas de participação da sociedade estejam previstas na definição de quais são os interesses de fato da cidade para o período pós-*jogos*. Um planejamento de longo-prazo que não contemple anseios e necessidades concretas de setores diversos da sociedade, em especial aqueles que mais necessitam de projetos e ações, não pode servir como referência para a análise de como o evento auxiliará a cidade em termos urbanísticos e socioambientais. A participação da sociedade também se faz necessária de forma mais transparente e direta nesta fase de implementação do projeto, mesmo que muitas organizações consideram que o mesmo não contemplou, em sua fase de formulação, demandas de muitos setores. A cinco anos dos *jogos*, ainda é possível reverter essa situação de forma a maximizar o possível legado.

A possível contradição entre interesses privados e interesses públicos – no que tange a resolução ou amenização da questão social – permanece como um dos

pontos mais latentes desta fase de implementação do projeto. Ao mesmo tempo em que projetos que conectam a educação e o esporte – como os programas *Segundo Tempo*, *Mais Educação*, *Rio Cidade Global*, *Rio em Forma Olímpico*, dentre outros – fornecem uma perspectiva positiva para o incremento e inovação de políticas públicas, projetos como o da Vila Olímpica – a ser construída pela construtora dona do terreno onde será localizada a Vila – despertam questionamentos por parte daqueles que poderão ser atingidos negativamente.

A questão da remoção *autoritária* de comunidades carentes, que estariam em *áreas de risco* segundo as autoridades públicas, poderia ser reconsiderada no sentido de passar a contemplar o interesse social destes moradores, agregando-os a programas direcionados à estas áreas como as UPPs sociais e o novo programa *Morar Carioca*. A observância do interesse social se faz mister também no projeto de revitalização da região portuária, o *Porto Maravilha*, onde, apesar da contemplação de áreas carentes com a proteção de delimitação de áreas de habitação social, da previsão de projetos de reurbanização e do próprio *Morar Carioca*, a cessão de terrenos para financiar a iniciativa para o setor privado e o privilégio dado ao turismo de alto rendimento e às sedes de empresa, poderão colocar em risco uma melhoria concreta para os setores menos privilegiados da região. Com relação à zona portuária, também é importante ressaltar positivamente a articulação pública, capitaneada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, de alteração do projeto inicial para os *jogos* ao deslocar algumas instalações não esportivas para a região em detrimento da Barra da Tijuca, conforme vimos. Apesar do privilegiamento da região da Barra – um dos maiores pontos negativos do projeto em termo de legado urbano para a cidade – a crescente mobilização em prol da revitalização do Porto poderá concretizar um legado nos moldes de Barcelona, com o necessário diferencial social.

Os programas de conexão entre Esporte e Educação, além do programa cultural dos *jogos* representam importantes mobilizações do setor público em prol dessas áreas, como talvez não ocorresse sem a realização do evento. Trabalhos futuros poderão contemplar o impacto concreto desses programas e como as *olimpíadas* podem de fato auxiliá-los. Para a finalidade deste estudo cabe ressaltar que estes temas ganharam um destaque mais acentuado no projeto do Rio de Janeiro maior do que o COI demanda concretamente e, como veremos nas conclusões, relativamente maior que em cidades como Barcelona e Londres. A

observância dos valores do *Olimpismo* e uma utilização eficiente dos programas do COI para o Esporte e a Educação, poderão trazer efeitos incrementais benéficos para a cidade, ao menos em termos de Currículo escolar e acadêmico e de programas sociais a serem mais bem desenvolvidos no futuro.

As transformações urbanas a partir da melhoria do sistema de transportes poderão significar avanços positivos para a cidade, desde que os projetos que contemplam soluções não rodoviárias e que visam os transportes coletivos sejam de fato concretizadas – e incrementadas. A ampliação do metro, a constituição de linhas BRT de ônibus articulados e o surgimento de linhas de Veículo Leves sobre Trilhos poderão auxiliar um dos pontos críticos da cidade na atualidade, desde que, mais uma vez, o interesse público sempre pautar a questão comercial a fim de que toda a população possa ser beneficiada, independentemente do local onde reside. O incremento à política de *pacificação* e urbanização de comunidades carentes pode significar um ganho em termos de segurança pública, assim como o cada vez maior aprendizado de articulação de instâncias e setores diversos em prol da resolução da questão, desde que não contemplem ações autoritárias e pontuais que visem apenas a diminuição de índices de criminalidade no *pré* e *durante jogos*, como a cidade assistiu em outros eventos. A observância da questão social em consórcio com a urbanização e reintegração das comunidades carentes por meio de programas sociais efetivos, além de um novo tipo de articulação institucional em prol da segurança pública, poderão ser legados substanciais da organização para além dos *jogos*.

O encaminhamento de ações de transparência em relação aos gastos públicos, assim como de efetivação de orçamentos previstos para o legado, faz-se necessário para a obtenção de um legado político. A articulação entre as três instâncias governamentais é um aprendizado importante para o país, o que poderá auxiliar novas experiências em termos de políticas públicas, considerando a sustentabilidade ambiental e em termos gerais para todas as ações efetivadas. Este cenário positivo impactará diretamente no estabelecimento de mais recursos e programas não só para o Esporte de alto rendimento – olímpico – mas também para o estímulo à atividade física, fundamental em termos de saúde e de lazer para a população em geral. Os novos Centros de Treinamento, a otimização da utilização das instalações esportivas e o incentivo financeiro e fiscal para o Esporte poderão

transformar o Brasil em uma potência Olímpica que considera não apenas resultados de medalhas, mas que também visa integrar sua população em geral.

Legado

(Considerações Finais)

I – As Políticas Públicas e os Jogos

De acordo com a premissa estabelecida para este estudo, o projeto de candidatura poderá ser efetivado de forma eficiente em termos do legado a ser deixado após os *jogos* caso esteja integrado ao planejamento a longo-prazo da cidade-sede. O projeto da cidade do Rio de Janeiro para os *jogos* de 2016 contempla, em partes, objetivos estabelecidos pelas atuais administrações públicas para os próximos anos. Como vimos, o maior questionamento recai sobre o formato de participação da Sociedade Civil Organizada na decisão e no estabelecimento do que seriam objetivos a longo-prazo para a cidade, de forma a contemplar não apenas os interesses de setores tradicionalmente privilegiados – como o empresariado – mas também as necessidades concretas da população menos favorecida. Os vultosos gastos públicos para a organização dos *Jogos Olímpicos* justificam-se apenas diante da percepção de que o conjunto da população poderá ser beneficiado e não apenas aqueles que possuem interesses diretos na organização e na utilização das instalações – esportivas ou não, dado que o orçamento poderia ser utilizado para outras necessidades de gastos públicos.

O projeto para os *jogos* do Rio prevê decisões para áreas como *segurança, transporte e ação política* que tangenciam ações pontuais para o evento em si e, ao mesmo tempo, integração às políticas públicas já existentes para as áreas. Ações como as *Unidades de Polícia Pacificadoras* – especialmente sua vertente social -, soluções de transporte que passam por investimentos em transporte coletivo e a integração entre as três instâncias de governo e diversos órgãos para solucionar as questões de segurança mostram um esforço dos organizadores para modificar a imagem – ainda estabelecida internacionalmente – de uma cidade violenta e caótica, logo, incapaz de sedir um megaevento esportivo do porte das *Olimpíadas*. Como vimos, uma das preocupações centrais de gestores públicos atualmente é atrair eventos deste porte para promover internacionalmente suas cidades, atraindo desta forma investimentos e projeção. Em termos de legado, este esforço poderá ser

concretamente acompanhado de um outro: o de estabelecer metas e ações capazes de assegurar avanços para além dos *jogos*, apesar destes, se a intenção de fato é utilizar o evento como impulso a transformações urbanas e sociais. O discurso atual contempla uma vontade de cumprir com este compromisso com a população, demandando que esta tenha mecanismos e se organize de forma a cobrar a observação destas questões por parte do poder público. A cidade do Rio de Janeiro comprometeu-se não apenas com o COI de efetivar políticas públicas capazes de gerar um relevante impacto social, mas, principalmente, com sua própria população. Se estas políticas contemplarem objetivos a longo-prazo, associados a metas mais abrangentes que as necessárias para o evento, poderão justificarem-se no que tange a prioridade que recebem, especialmente nos anos mais próximos a 2016.

Para concluirmos nosso estudo, é fundamental a compreensão de que as decisões e análises em termos de Políticas Públicas devem sempre responder quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006). Sendo assim,

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Uma das críticas mais constantes a processo de candidatura para a disputa de um megaevento esportivo está relacionada à não transparência do processo, que contempla apenas determinados atores governamentais e de instituições esportivas, sem um debate mais amplo com a sociedade em geral. Diante disto, o receio de que os *jogos* sirvam apenas aos interesses comerciais, cada vez mais em pauta no ambiente olímpico, conforme vimos, é um dado que deve ser considerado durante todo o processo de implementação do projeto. A sociedade em geral deve ganhar com a organização do evento, dada a utilização de recursos públicos e as promessas efetivadas, não somente para promover o país e atrair investimentos privados, além de não somente contemplar obras de infraestrutura descoordenadas de um planejamento a longo-prazo, mas também por meio de ações sociais que poderão fazer a diferença para setores desprivilegiados. O choque latente entre o interesse comercial e a possibilidade de ações sociais efetivas fica explícito,

conforme vimos, em algumas áreas do projeto carioca, como o modelo de transformação da Zona Portuária, o privilegio de ações públicas na região da Barra da Tijuca e a construção da Vila Olímpica por uma construtora privada – que possuirá direitos de comercialização dos edifícios após os *jogos*.

Como vimos, os *jogos* podem gerar um impacto positivo para a economia não somente local, mas, por vezes, nacional, desde que a premissa da coordenação entre Estado e mercado pautada a organização do evento, dado que assim os riscos de “captura” do Estado diminuem. A institucionalização de áreas como o legado e a construção/reforma da infraestrutura, são indícios de que o risco de captura do Estado pode ser minimizado, tornando essencial, mais uma vez, o acompanhamento da sociedade e dos órgãos de fiscalização de execução de orçamento e decisões políticas a fim de que o interesse comercial não suplante o interesse coletivo. Neste sentido, os *Jogos Olímpicos* podem ser um facilitador do desenvolvimento nacional desde que as instituições estabelecidas perpetuem a busca pelo legado mesmo após a dissolução do Comitê Organizador, mantendo o padrão de integração entre as esferas governamentais e o mercado, e desde que os investimentos nacionais e internacionais sejam destinados à transformação da cidade, em especial para as regiões mais carentes, para o desenvolvimento do Esporte e da atividade física e para os programas sociais. Para este fim, a sociedade poderá se mobilizar, se interessar e acompanhar a execução das promessas para assegurar a alocação adequada dos recursos públicos. Para isso, o estímulo oficial poderá ser acompanhado de um maior interesse acadêmico, da imprensa, dos órgãos de controle e das organizações da Sociedade Civil, de forma diversa do padrão estabelecido até o momento, onde, apesar da cobertura midiática – mais focada na exploração da indústria do entretenimento e do esporte - e do interesse esporádico e pontual dos demais setores, não houve articulação suficiente para constranger e incentivar ações em prol geral.

II – Cidades Globais, Questões Locais

A consideração a respeito do sucesso de Barcelona enquanto sede *olímpica* e, desde já, da implementação do projeto de Londres, exemplifica casos onde as cidades-sedes – e os governos locais e nacionais – conseguiram, mesmo em

modelos de interação Estado e Mercado do tipo Liberal – como no caso de Londres – que as instancias governamentais conseguissem conduzir as empresas, com a participação da população local – em menor ou maior grau – a construírem um legado que foi – ou está indo – além dos *jogos*. Como vimos, as experiências bem sucedidas destas cidades fornecem para a organização do Rio de Janeiro parâmetros de acerto e erro na condução da implementação do projeto *olímpico*.

Cabe ressaltar, no entanto, que os acertos de sedes anteriores não podem servir como retórica da organização atual de forma a conduzir as análises em geral sobre a implementação do projeto de forma acrítica, como se as *olimpíadas* sempre tivessem o papel de transformação urbana e social. Os já conhecidos riscos – déficit nas contas públicas, instalações mal planejadas e utilizadas, falta de projetos sociais com impacto relevante, dentre outros – revelam mais uma questão de como o projeto é conduzido localmente – dentro das contradições inerentes ao megaeventos esportivo, como vimos – do que condições inerentes ao evento. Barcelona e Londres enfrentaram questionamentos com relação às promessas de geração de empregos a longo-prazo, à sustentabilidade das instalações e, principalmente, quanto incremento a setores como educação, saúde, atividade física e esporte, estando longe, portanto, de serem unanimidades.

Barcelona utilizou os *jogos olímpicos* como vitrine para o novo momento da região da Catalunha – e da Espanha – após um período de estagnação industrial, demandando um processo de aceleração de transformações urbanísticas. Todavia, a recuperação de algumas áreas atendeu prioritariamente o interesse privado, enquanto outras concretizaram objetivos sociais. O grande diferencial da condução do projeto de Barcelona foi a tradição de mobilização da Sociedade Civil da cidade que, desde as discussões a respeito de planos diretores, de longo-prazo, para a cidade, anos antes, discutiam o que beneficiaria a coletividade em detrimento de interesses pontuais. Como o foco majoritariamente na questão urbana, houve uma timidez nos investimentos socioambientais – mesmo consideração a menor relevância do tema no período histórico em questão, chegando, de certa forma, a configurar o evento enquanto perpetuador de desigualdades, especialmente no que tange os deslocamentos populacionais e a especulação imobiliária. Barcelona tornou-se uma cidade mais atrativa turística e comercialmente, atingindo um dos principais objetivos dos organizadores. No que concerne a conexão esporte e

educação, Barcelona utilizou os *jogos* como ferramenta para incluir o conteúdo *olímpico* no currículo escolar, incluindo os valores do *olimpismo* e a importância atribuída à atividade física e ao esporte. O programa de voluntários foi capaz de qualificar milhares de pessoas em línguas estrangeiras, contribuindo com o objetivo de internacionalização da cidade. A criação de museus e programas acadêmicos foram outro legado educacional, principalmente a partir da institucionalização dos programas culturais dos *jogos*.

Londres, por sua vez, já é considerada um caso de sucesso pelo planejamento das ações do Comitê Organizador, assim como da integração do projeto ao planejamento estratégico da cidade. Como previsto no plano a longo-prazo para a cidade, o projeto *olímpico* concentra ações na questão da sustentabilidade, com inclusão social, melhorias no meio-ambiente e uso sustentável de recursos, o que marca um avanço com relação à Barcelona. A regeneração urbana está focada exatamente em uma área mais degradada e com população mais vulnerável, consolidando a organização das *olimpíadas* enquanto estratégia de transformação urbana – um aprofundamento da estratégia de Barcelona. Londres também marca um aprofundamento nos programas de educação e esporte, contando não apenas com incrementos às políticas previamente existentes, mas também com programas inovadores, com utilização de tecnologia e incentivo à prática de atividades físicas.

O projeto apresenta contradições e desafios, especialmente na demanda por uma maior participação popular durante o período de sua implementação, da garantia de que a região do Lea Valley, a ser regenerada, contemplará também os interesses dos menos favorecidos e não se tornará zona de especulação imobiliária e que as instalações sejam de fato utilizadas por todos, conforme previsto no plano inicial.

O Rio de Janeiro teria como desafio central para a fase de implementação de seu projeto aprovado pelo COI ter a capacidade de coordenação entre o Estado e o mercado nos modelos propostos por Londres e Barcelona, evitando o risco de *captura*, ou seja, de privilegiar o interesse privado em detrimento do público. A premissa da importância do projeto de longo-prazo ser integrado ao projeto *olímpico* ganha também a dimensão de que é apenas com a forte presença do setor público

enquanto agente mobilizador e planejador poderá haver de fato um legado urbano e social. O sucesso de jogos e eventos anteriores dependeu de um perfeito planejamento e de uma visão de legado que de fato comprometeu os indivíduos envolvidos, contabilizando nesse quadro a população da região e do país. As instituições permitiram que os indivíduos modificassem suas percepções sobre os eventos e passassem a coordenar de forma mais efetiva sua participação no esforço coletivo. De acordo com esse planejamento, é possível analisar que caso haja coordenação entre empresas, comitês organizadores e governos, como aponta nossa premissa, pode-se criar instituições capazes de garantir que a organização de um megaevento esportivo gerará impactos positivos.

III – Entre o entretenimento e a proteção social

A fim de que haja uma mobilização da Sociedade Civil Organizada em torno de demandar do poder público a concretização das promessas relacionadas ao legado a partir dos *jogos olímpicos* é essencial que, setores como a mídia, pudessem privilegiar o enfoque social como prioritário, contribuindo assim para alertar a população sobre os riscos de mobilizar recursos públicos e obter retornos aquém dos esperados. Todavia, percebemos que na organização do Esporte enquanto espetáculo, enquanto nicho da economia do entretenimento, a mídia possui papel essencial de veículo de propaganda e marketing, assim como de criação de mitos e conceitos.

Como vimos, conforme Bourdieu (2003), Ianni (2000) e Marcondes Filho (1998), a mídia constrói o esporte enquanto espetáculo, concretizando a disputa olímpica enquanto ferramenta de entretenimento e consumo. Portanto a mídia funciona enquanto estímulo direto ao lado comercial das *olimpíadas*, ocultando por vezes que o gasto público poderia ser direcionado ao benefício coletivo em detrimento dos interesses comerciais pontuais. O envolvimento da mídia nestas questões está diretamente relacionado, muitas vezes, a questões políticas, como foco em desvios de corrupção, da forma que melhor atende seus interesses e os de seus aliados, mas sem auxiliar a articular movimentos capazes de demandar ações concretas. O estímulo ao consumo torna-se, portanto, o centro da organização do evento, atraindo a atenção geral das sociedades, constituindo a realidade para

aqueles que tem a televisão como principal instrumento de lazer e também para os que definem padrões de comportamento e consumo a partir desta.

Conforme Bourdieu, ““Por meio do índice de audiência, é a lógica do comercial que se impõem às produções culturais” (BOURDIEU, 2003: 30). Também por meio da lógica comercial da indústria do entretenimento e dos setores econômicos envolvidos no evento, muitas das responsabilidades do poder público são moldadas, levando prioritariamente em consideração as demandas dos patrocinadores, apoiadores e demais parceiros privados. Neste momento dos *jogos olímpicos*,

(...) a economia do esporte é constituída por uma cadeia indissociável de produtos, de imagem, de capitais e de modelos de consumo que se espalham pelos cinco continentes: (...) imagens dos JO ou da Copa do Mundo de Futebol vendidas no mundo inteiro, centenas de competições tornadas espetáculos na escala planetária. (BOURG, 2005: 59).

Diante desta conjuntura, somente a atuação do Estado, mesmo que, enquanto parte essencial da organização do evento esteja ligado aos interesses comerciais dada a demanda por patrocínios – diante de custos que não poderiam ser bancados apenas pelo poder público – pode arbitrar as demandas econômicas do setor privado diante das necessidades sociais da população em geral. A origem dos *jogos olímpicos* remonta a uma tentativa de contribuição do esporte para a construção da cidadania, por meio da prática esportiva e da educação. Sendo assim, caso haja a valorização de fato do legado social, especialmente dos programas de conexão entre esporte e educação, a contradição entre a comercialização e as demandas sociais pode se resolver de forma a não privilegiar apenas o interesse financeiro.

O modelo moderno, especialmente a partir dos anos 1980, de organização dos *jogos* também revela uma contradição entre um evento que estimula a disputa entre cidades, insirida na lógica neoliberal de desregulamentação, privatização e atração de capital volátil, e ao mesmo tempo depende de uma atuação coordenada do Estado com o mercado, quando se há interesse em impedir a captura do Estado. Considerando a irreversibilidade – possível apenas se a cidade não cumprir os acordos com o COI – de sedimento do evento, é necessário, do ponto de vista social, que o legado suplante a flexibilização e os mecanismos de atração de investimentos enquanto finalidade única e exclusiva. A internacionalização da

imagem da cidade sede, acompanhada de objetivos estratégicos de aumento de prestígio e inserção internacional do país sede, enquanto recursos de poder *soft* – desvinculado de critérios como poder militar, mais ligado ao prestígio e à imagem – não pode ser utilizada apenas como estratégia de atração de investimento financeiro dissociado de melhorias gerais. O objetivo último deve ser obter visibilidade para conseguir ainda mais melhorias para a população. Portanto, não é possível que se permita ocorrer um enfraquecimento – proposital – do Estado no contexto de sedimento dos *jogos*, devendo este apenas cumprir os acordos com o mercado, tendo o interesse público enquanto norte das ações. Neste sentido, as políticas sociais devem objetivar ir além da busca pela manutenção da ordem para os *jogos* e pós-*jogos*, devem visar a inclusão.

IV - Apontamentos para a análise do Esporte e Educação a partir dos *jogos olímpicos*

Conforme vimos nos projetos, e nos resultados no caso de Barcelona, para a organização dos *Jogos Olímpicos* a conexão entre Esporte e Educação recebe gradativamente mais atenção ao longo dos anos. A *poderosa conexão* torna-se um dos eixos centrais dos planos para o legado social a partir dos *jogos*, incrementando a tendência de transformação não só urbana, mas também social a partir da grande mobilização socioeconômica em prol do evento. As maiores intervenções na área ainda estão relacionadas a programas pontuais e incrementais relacionados à promoção dos valores do *olimpismo*, conforme os planos iniciais do Barão de Coubertein para as *olimpíadas*. As iniciativas, portanto, seguem o padrão de estabelecer o *olimpismo* no currículo das escolas da região – e/ou do país – além de estimular iniciativas acadêmicas e culturais – museus, cátedras, pesquisas, etc. Londres representa um marco para o aprofundamento das iniciativas em prol da educação, com programas inovadores – e incrementais – relacionando o uso da tecnologia, do esporte e do olimpismo ao cotidiano dos alunos londrinos. O Rio de Janeiro propõe programas tradicionalmente relacionados aos *jogos* como a capacitação de voluntários, especialmente em relação às línguas estrangeiras. No entanto, as promessas vão além dos programas culturais tradicionais, prevendo mais recursos e novas estratégias para políticas consolidadas como o programa

Segundo Tempo e o Mais Educação, prevendo a inserção do esporte como complemento do currículo escolar em horário integral, a construção de quadras poliesportivas e a valorização da educação física enquanto estratégia de ensinoaprendizagem.

Trabalhos futuros poderão investigar como se dará, de forma detalhada e esmiuçada, o incentivo e o aprofundamento destes programas, além dos demais prometidos após o estabelecimento do projeto. É necessário compreender como os jogos podem de fato contribuir decisivamente para que a conexão esporte e educação cumpra sua promessa de geração de desenvolvimento econômico e social, base ideológica de programas públicos e privados para a educação. O questionamento a respeito de como a mercantilização crescente do evento pode influir na conexão entre ambas as áreas, em uma área social destinada ao poder público, permite qual o impacto concreto deste tipo de articulação em termos de acesso ao mercado formal, qualificação do processo de ensinoaprendizagem, educação como fim ou instrumento de ascensão social e como se dá a relação com o esporte – de maneira harmoniosa ou subordinada.

Os programas que conectam o esporte e a educação aparecem em um cenário de crescimento das desigualdades socioeconômicas e de exclusão social. Considerando a exclusão social como um processo passível de ser superado e não como uma condição estática, é possível compreender que sejam desenvolvidas ações tanto por parte do poder público quanto por parte da sociedade civil organizada a fim de superar essa questão social. A integração esporte e educação é, pois, pensada como oportunidade de inclusão social.

Todavia, essa questão precisa ser problematizada dado o baixo número de crianças e jovens que poderão, de fato, serem incluídas a partir da prática esportiva. Como ponto positivo dessa junção são apontadas questões como a integração, a identidade coletiva, a cooperação, enfim, os valores do “espírito esportivo”. Além disso, fazem parte do discurso otimista que relaciona educação e esporte a diminuição da evasão escolar, a melhoria no rendimento (dado que na maior parte dos programas a contrapartida a ser oferecida pelas crianças e jovens é a frequência e manutenção da média de notas), a disciplina e o respeito às regras.

Portanto, faz-se indispensável problematizar algumas questões da conexão desse programa com a organização dos Jogos Olímpicos no que tange principalmente às parcerias do programa não somente com escolas, mas também com projetos esportivos de iniciativa privada, pois em alguns casos pode-se enfraquecer o espaço educacional e gerar um conflito entre utilizar o esporte como ferramenta de formação individual e entre utilizá-lo como programa de alto-rendimento.

BIBLIOGRAFIA

BINDER, Denna. *The legacy of the Olympic games for education*. The legacy of the olympic games: 1984-2000. Lausanne: International Symposium, 14th, 15th and 16th November 2002 / organized by the International Chair in Olympism: Olympic Studies Centre of the Autonomous University of Barcelona and Olympic Studies Centre of the International Olympic Committee – Lausanne: International Olympic Committee, 2003.

BOURG, Jean-François. *Economia do esporte*. Bauru, SP: Edusc. 2005.

CASHMAN, Richard. *Impact of the Games on Olympic host cities: university lecture on the Olympics*. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB). International Chair in Olympism (IOC-UAB). 2002.

_____. *What is "Olympic Legacy"?*. The legacy of the Olympic games: 1984-2000. Lausanne: International Symposium, 14th, 15th and 16th November 2002 / Organized by the International Chair in Olympism: Olympic Studies Centre of the Autonomous University of Barcelona and Olympic Studies Centre of the International Olympic Committee. – Lausanne: International Olympic Committee, 2003.

CODEA, André; CODA, Janaína; BERESFORD, Heron. "Uma perspectiva histórica sobre os Jogos Olímpicos: da pré-história dos Jogos a Barão de Coubertin e o ideal olímpico". In: *Coletânea de textos em estudos olímpicos*, volume 1. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.

DACOSTA, Lamartine & Mirayaga, Ana. *Estado da Arte do Conhecimento sobre Legados de Megaeventos Esportivos no Exterior e no Brasil*. Legados dos Megaeventos esportivos. Brasília, 2008. Ministério dos Esportes.

EARP, Fábio Sá. *O que é a economia do entretenimento?*. Pão e Circo: limites e perspectivas da economia do entretenimento. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem. 2002

IOC. *Olympic Solidarity, Creation and Development*. Olympic Solidarity. 2006

IOC. *Where the Action Is*. Olympic Solidarity. 2009

JÚNIOR, José; MORAIS, Elisabeth; BERESFORD, Heron. “Uma reflexão filosófica sobre o processo do Olimpismo na relação da physis, tendo o Esporte como e o Ser Humano como o fim”. In: *Coletânea de textos em estudos olímpicos*, volume 1. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.

MINISTÉRIO DOS ESPORTES. *Legados dos Megaeventos esportivos*. Brasília, 2008.

PARRY, Jim. *Olympism for the 21st Century*. Centre d'Etudis Olímpics (CEO). Universitar Autònoma de Barcelona (UAB). 2003

POYTER, Gavin. *Regeneração urbana e Legado Olímpico de Londres 2012*. Legados dos Megaeventos esportivos. Brasília, 2008. Ministério dos Esportes.

PRONI, Marcelo Weishaupt. *A reinvenção dos Jogos Olímpicos: Um projeto de Marketing*. Revista Esporte e Sociedade. UFF. 2008

RUBIO, Katia. “Do Olimpismo ao Pós-Olimpismo: Elementos para uma reflexão sobre o Esporte atual”. In: *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo. 2002

SILVA, Leidina Helena. “Coubertin e os valores religiosos dos esportes modernos”. In: *Coletânea de textos em estudos olímpicos*, volume 1. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.

BOURDIEU, P. Programa para uma sociologia do esporte. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: _____ . Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? In: _____. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

BOURDIEU, P. 1997. Os Jogos Olímpicos. In: Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Zahar.